UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JUSCILENE DA CONCEIÇÃO BARBOSA

AS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO: a atuação do FEESMA

São Luís – MA
2017

JUSCILENE DA CONCEIÇÃO BARBOSA

AS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO: a atuação do FEESMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor Antônio Paulino de Sousa

São Luís – MA
2017

JUSCILENE DA CONCEIÇÃO BARBOSA

AS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO: a atuação do FEESMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em_____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa (PPGE/UFMA)
(Orientador)

_____
Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho (PPGCSO/UFMA)

_____
Profª. Drª. Francisca das Chagas Silva Lima (PPGE/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Antônio Paulino de Sousa, meu orientador, pelo apoio fundamental para o alcance dos objetivos deste trabalho.

Às/aos professoras/es do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA, cujas contribuições, em sala de aula, foram importantes para refletir os caminhos metodológicos desta pesquisa.

À professora Maria José Pires Barros Cardozo (PPGE/UFMA) e ao professor Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (PPGCSO/UFMA) pelas contribuições durante meu exame de qualificação. Da mesma forma, agradeço a disposição da Professora Francisca das Chagas Silva Lima (PPGE/UFMA) e do Professor Juarez Lopes de Carvalho Filho (PPGCSO/UFMA), pelas reflexões críticas, na banca de defesa, que contribuíram para esta versão "final" dos resultados da pesquisa.

Sou igualmente grata a Luzinele Everton de Arcobaça, amiga de "tantos caminhos, de muitas jornadas".

Agradeço de forma especial a Carlos Pereira, Luiza Mendes, Joaquim Alves e Rubenice Rodrigues, pela disponibilidade de tempo e de partilha. Sem a contribuição de vocês não seria possível reunir os elementos necessários para a conclusão deste trabalho.

A todos e todas do movimento de economia solidária do Maranhão, de forma especial às amigas/os da Associação de Loreto, a quem devo a paciência, contribuição, generosidade e o apoio durante tantos anos e durante este período de estudo.

RESUMO

Neste trabalho analisamos as intencionalidades políticas pedagógicas do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA, focalizando suas práticas e seus discursos. A emergência deste agente coletivo com visibilidade mais orgânica a partir de 2006 é constitutiva de um amplo leque de alianças que disseminou a ideia da economia solidária como um movimento de contraponto ao capitalismo e buscou legitimá-la como uma "questão" social relevante com implicações político-ideológicas para a organização do trabalho, acionando símbolos do "desenvolvimento justo e solidário", da "autogestão" e da "solidariedade". Para essa análise, refletimos sobre os discursos e os agentes de referência que elaboram e disseminam as definições em torno do conceito e das práticas de economia solidária. Resenhamos o contexto histórico, a partir dos anos 1980 e 1990, da crise do capital e de seu processo de reestruturação, quando começa a ter visibilidade as práticas e as articulações de economia solidária. Observamos todo o processo de crescimento e de institucionalização da economia solidária, a partir dos anos 2000, em âmbito nacional e local, notadamente sob a gestão do PT no Governo Federal, identificando a atuação de agentes, discursos e estruturas de oportunidades políticas que se abrem nessa conjuntura. Esboçamos, ao final, uma síntese das análises realizadas a partir dos dados obtidos com a investigação empírica, discutindo as perspectivas político-pedagógicas da economia solidária sob a ordem o capital. Para essa análise reunimos aparato teórico da Educação Popular, da Sociologia do Trabalho e da Sociologia Histórica. Grupo de Pesquisa: Cultura Científica e Produção de Conhecimentos Educacionais. Linha de pesquisa: Instituições Escolares, Saberes e Práticas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação Popular; Práticas Pedagógicas; Estado.

ABSTRACT

In this paper, we analyze pedagogical political intentions of State Forum of Solidarity Economy of Maranhão (FEESMA), focusing on its practices and its speeches. The emergence of this collective agent, which has had more organic visibility since 2006, is constituted by a wide range of alliances that disseminated the idea of solidarity economy as a movement of counterpoint to capitalism and sought to legitimize it as a relevant social "issue" with political and ideological implications to work organization engaging "fair and solidary development", "self-management" and "solidarity" symbols. For this analysis, we reflect on discourses and reference agents who elaborate and disseminate the definitions around the concept and practices of solidarity economy. We review the historical context, starting in the 1980s and 1990s, of cash crisis and its restructuring process, when practices and articulations of solidarity economy begin to become visible. We observed the whole growth and institutionalization of solidarity economy process, since 2000s, at national and local levels, notably under Labor Political Party (PT) management in Federal Government, identifying agents' actions, speeches and political opportunity structures that are considered in this scenario. Finally, we outline a synthesis of realized analyzes from data obtained with empirical research, discussing political-pedagogical perspectives of solidarity economy under the order of capital. For this study, we combined theoretical apparatus of Popular Education, Sociology of Work and Historical Sociology. Research Group: Scientific Culture and Educational Knowledge Production. Research Line: School Institutions, Knowledge and Practices.

Keywords: Solidarity economy; Popular Education; Pedagogical Practices; State.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAPJ - Associação de Apicultores e Apicultoras de Presidente Juscelino – AAAPJ

AC – Ação Católica

ACA - Associação Camponesa

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão

AMTR - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CENTRU - Centro de Educação E Cultura do Trabalhador Rural

COMARCO - Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COPPALJ - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco

CPCs – Centros Populares de Cultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRESOL - Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EES – Empreendimentos de Economia Solidária do Maranhão

FASE: Federação de Órgãos para a Assistência Técnica e Educacional

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEESMA – Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

ICEA – Associação Internacional de Educação Comunitária – Regional América Latina

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

JOC – Juventude Operária Católica

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PPDLES: Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária

PT – Partido dos Trabalhadores

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SETRES – Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária

SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNICAFES/MA - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária no Maranhão

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Composição do Segmento de Economia Solidária no Brasil

Ilustração 2 – Resultados das Pesquisas realizadas pela CPT

Quadro 1 – Organizações que estão na origem da economia solidária no Maranhão

Quadro 2 – Atual coordenação do FEESMA

Ilustração 3 – Bandeira Exposta durante a VI Plenária de Economia Solidária do Maranhão

Ilustração 4 – Subsídio da I Conferência Estadual de Economia Solidária

Ilustração 5 – Subsídio do Programa PPDLES da SENAES

Ilustração 6 – Estrutura da parte externa da feira

Ilustração 7 – Estrutura da parte interna da feira

Ilustração 8 – Banner da campanha contra os agrotóxicos

Ilustração 9: Banner do FEESMA

Ilustração 10: Relação direta produtores e consumidores

Ilustração 11: Banner de divulgação da feira

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Áreas de atuação dos empreendimentos de economia solidária

Gráfico 2 – Categoria social

Gráfico 3 – Triênio de início dos empreendimentos

Gráfico 4 – Benefícios, garantias e direitos para sócios nos empreendimentos

Gráfico 5 – Tipo de movimento ou luta social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I. ECONOMIA SOLIDÁRIA: horizontes teóricos na construção do conceito.....21

1.1. Economia Solidária: a gênese de um conceito.....25

1.2. Concepções Teóricas sobre a Economia Solidária no Brasil.....30

Paul Singer: economia solidária como um modo de produção antagônico ao capital.....31

Gaiger: economia solidária como uma forma de produção específica.....36

CAPÍTULO II: AMÉRICA LATINA: as condições sócio-históricas de emergência da economia solidária 40

2.1.Industrialização e mercado de trabalho na América Latina.....42

2.2.As resistências: Educação Popular, as lutas revolucionárias latino-americanas e algumas conexões com a Economia Solidária.....52

CAPÍTULO III: Economia Solidária no Brasil 58

3.1.Antecedentes da Economia Solidária.....59

3.2.Da mobilização à ação.....65

CAPÍTULO IV: ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NÚMEROS E PRÁTICAS NO MARANHÃO.....72

4.1. Condições sócio-históricas da emergência do debate da economia no Maranhão....75

4.2. Definições e práticas da economia solidária no Maranhão: a atuação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA.....95

4.3. O FEESMA como sujeito de uma prática pedagógica: os conhecimentos na dinâmica da "luta".....115

A Plenária de economia solidária.....115

As feiras de economia solidária.....116

4.4. Notas sobre o "Proclamado" e o Vivido nas Práticas do FEESMA.....119

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....125

REFERÊNCIAS.....127

APÊNDICES

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é um fenômeno social e econômico em emergência e crescimento no Brasil. Mas, não somente no Brasil, em toda a América Latina e em diferentes países no mundo têm sido realizadas experiências de Economia Solidária. A maioria dos discursos correntes sobre a economia solidária a afirma como uma proposta, um projeto e um movimento econômico e social que tem em sua base a cooperação, a autogestão, a propriedade coletiva dos meios de produção, portanto, uma economia sem relações de trabalho assalariadas.

A partir do final do século passado suas práticas têm se multiplicado, formando, assim, um mosaico de experiências de produção, de trocas e comercialização, de finanças solidárias, de consumo e de educação que assumem formas organizativas como cooperativas, associações, grupos informais, empresas recuperadas, redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias. Tais grupos, em sua diversidade, declaram a solidariedade como a lógica que fundamenta suas relações internas e afirmam que suas práticas se ancoram na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção e de comercialização. Num plano mais amplo, enunciam a luta pela transformação social a partir da multiplicação dessas formas organizativas autogestionárias[1].

A proposta da economia solidária, de acordo com Dubeux (2013), coloca em debate o sentido capitalista do termo economia e dos atos econômicos. A Economia solidária se fundamenta numa lógica inversa à lógica monetária do capital e fora dos marcos do economicismo, por isso, resgataria, para essa estudiosa, os princípios econômicos do teórico Karl Polanyi: da domesticidade, da reciprocidade, da redistribuição e do mercado. O desenvolvimento do capitalismo teria conseguido desvirtuar os três primeiros e ancorar todos os atos econômicos somente no princípio do mercado. Por isso, para Dubeux (2013), é possível associar economia e solidariedade, a impossibilidade estaria em unir economia capitalista e solidariedade.

O crescimento dessas experiências denominadas de economia solidária pode ser comprovado pelo último mapeamento nacional da economia solidária, realizado entre os anos 2010 e 2013, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária que revelou, em números e em perfis, a diversidade que compõe a economia solidária. Foram identificados 19.708

[1] FBES. Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Acessível em http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria

Empreendimentos Econômicos Solidários - EES[2]. Estes compõem a base de dados do SIES[3]. O tratamento dos dados identificou um percentual maior de EES na região Nordeste (42%), seguida do Sul (19%), Norte (15%), Centro-Oeste (13%) e Sudeste (11%). No Maranhão, o mapeamento da economia solidária[4] identificou, nesse período, 1.383 EES, sendo validados pelo Comitê Gestor[5] 838 EES, envolvendo 65.567 trabalhadores e trabalhadoras associados/as em práticas de produção, de comercialização, de trocas e de finanças solidárias. Além dos EES foram identificadas, no estado, 107 entidades de apoio e 08 políticas públicas de economia solidária em 115 municípios.

Esses números indicam a multiplicidade de práticas que se identificam como economia solidária no Maranhão, como por exemplo, na área da produção: grupos de agricultura familiar, de base agroecológica, de apicultura, artesanato, culinária, serviços, artesanato, reciclagem, catadores e catadoras de materiais sólidos, extrativismo, pesca artesanal, etc. Na área da comercialização: as feiras (entre outras, o Circuito de Feiras de Economia Solidária de São Luís, Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Munim), as quitandas, os armazéns, as lojas e empórios de economia solidária e outros centros fixos de comercialização dos produtos e serviços da economia solidária. No campo das finanças solidárias: os financiamentos com fundos rotativos solidários coordenados por entidades de apoio. Na articulação em redes são significativas, entre outras, as experiências da Rede Mandioca coordenada pela Cáritas Regional do Maranhão, os Circuitos de Feiras Agroecológicas coordenados pela Associação Agroecológica Tijupá e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Maranhão – UNICAFES-MA.

Referidas experiências, seu crescimento e a diversidade de suas práticas têm despertado o interesse de estudiosos e estudiosas de diferentes áreas de conhecimento, que se deparam com este fenômeno e tentam interpretar o sentido impresso nas suas práticas e nos

[2] "O conceito de empreendimento econômico solidário compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito" (GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento de Economia Solidária. In: CATTANI,

[3] O SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). (Fonte: http://sies.ecosol.org.br/sies)

[4] No Maranhão, o mapeamento foi realizado pela UNITRABALHO (UFMA). Os dados sintetizados constam na cartilha: BRASIL, SENAES. **Mapeamento da Economia Solidária do Maranhão – 2010/2013.** Coord. Aurora Amélia B. de Miranda. São Luís: Gráfica e Editora Liceu, 2014.

[5] Comissão formada por representantes do poder público e do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão para definir, entre as iniciativas mapeadas, aquelas que podem ser consideradas experiências de economia solidária a partir de um conjunto de características.

seus discursos. E assim, em cada país, especialmente nos latino-americanos, a Economia Solidária tem ganhado particularidades mais diversas.

Há uma multiplicidade de análises e interpretações sobre a Economia Solidária, enquanto fenômeno social e econômico e/ou enquanto movimento social. Seu significado nem sempre é claro e tem gerado muitas polêmicas, dividindo opiniões de estudiosos e estudiosas. Essas interpretações oscilam desde aquelas que depositam grandes esperanças na Economia Solidária, inclusive como estratégia para suplantar o capitalismo, passando por aquelas que tecem críticas, mas, veem um campo de possibilidades de organização de uma economia do trabalho ou como espaço de uma alternativa de geração de trabalho e renda em contextos de desemprego, até aqueles e aquelas que encaram a Economia Solidária como um grande engodo, como "cântico de sereias" [6].

É justamente no bojo deste interesse que esta pesquisa se insere, uma vez que seu foco parte da análise do processo de visibilização da economia solidária a partir dos anos 2000, notadamente nos Fóruns Sociais Mundiais, e dos agentes que disseminaram seus discursos mobilizando estruturas de apoio em uma conjuntura sociopolítica a qual oportunizou que essa temática fosse elevada à categoria de "problema" social. Dessa ampla articulação foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fbes, provocando um processo de mobilização que culminou com a emergência de fóruns e redes estaduais de economia solidária em todo o país.

Nesse contexto mais geral, no Maranhão, foi constituído o Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA, considerado, pelos seus porta-vozes, o espaço legítimo de representação da "causa" da economia solidária no estado. O FEESMA associou um conjunto expressivo de organizações de apoio e de experiências de economia solidária de produção, de trocas e de comercialização, de finanças solidárias, de educação, assumindo os processos de interlocução com o Estado e com outros segmentos sociais. Constituiu-se, assim, em agente coletivo da economia solidária no Maranhão, organizando e propondo ações no âmbito da valorização e do apoio às diferentes iniciativas de trabalho coletivo de inúmeras organizações de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.

As diferentes ações desenvolvidas pelo FEESMA são práticas educativas que sendo tão intrínsecas aos processos desenvolvidos junto aos EES, por vezes, os sentidos e as perspectivas políticas que orientam tais práticas podem ficar ocultas, sendo necessário um esforço para fazer emergir a perspectiva histórica - ou as perspectivas históricas – a que elas se filiam e pelas quais se constroem e orientam as práticas na economia solidária.

[6] WELLEN, Henrique. Para a Crítica da "Economia Solidária". São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Considerando tal perspectiva e objetivando interpretar a economia solidária enquanto um fenômeno que se propõe a construir, por dentro do capital, uma alternativa ao próprio capitalismo, acionando os símbolos da "autogestão", do "desenvolvimento justo e solidário", da "sustentabilidade", e do "trabalho como seu princípio educativo" [7], buscamos responder, com este estudo, à seguinte questão: quais as intencionalidades político-pedagógicas das práticas de economia solidária do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão - FEESMA?

Estabelecemos como objetivos para orientar nosso estudo: 1- Identificar o contexto sócio-político econômico da América Latina, notadamente a partir dos anos 90 do século passado, onde se situam as primeiras articulações em torno da ideia da economia solidária; 2- Analisar as relações em termo de alianças e embates políticos que foram forjadas em âmbito nacional e culminaram com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária com repercussões nos estados; 3- Descrever o processo de institucionalização e as práticas do Fórum de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA como agente coletivo representante da "causa" no estado e, 4- Analisar as intencionalidades político-pedagógicas imbuídas nessas práticas.

Entendemos que construir o entendimento das intencionalidades político-pedagógicas da economia solidária, a partir das experiências do FEESMA, requer que busquemos identificar a práxis pedagógica que orienta as relações entre realidade social e as práticas específicas da economia solidária coordenadas pelo FEESMA. São nessas práticas que buscamos identificar as relações entre as condições objetivas da economia solidária e as condições subjetivas, em outras palavras, entre a "luta" cotidiana pela sobrevivência e a reflexão crítica sobre essas próprias condições, sobre suas causas.

Nesse sentido, não poderíamos buscar fundamentar essa reflexão em outro arcabouço senão o da Educação Popular. São notórias as contribuições que diferentes e diversas experiências de atividades político-pedagógicas exerceram em diferentes contextos da história brasileira as quais se tornaram espaços de fomento, fermentação e disseminação de uma práxis que, segundo Paulo Freire (1970), faziam da educação um ato político, sacudindo a pretensa neutralidade que, historicamente, tentam imprimir aos processos educacionais. Assim, nossa análise é conduzida no sentido de compreender, no entrelaçamento teórico-prático e a partir dos discursos proclamados pelos porta-vozes da economia solidária, os interesses que os

[7] FBES. Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. 2013. Acessível em http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria

conhecimentos produzidos pelo FEESMA nas suas práticas econômicas solidárias mobilizam e como organizam estratégias de "luta" pela transformação das condições postas.

Optamos, para isso, por um aparato teórico que nos possibilitou compreender os condicionantes históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais nos quais e dos quais emergiu a economia solidária nos níveis local e nacional, oportunizada por uma convergência de ações coletivas que culminaram em diferentes organizações e aparatos estatais voltados à sua defesa e promoção. Para contribuir neste entendimento mobilizamos, para além da educação popular, as contribuições da sociologia do trabalho e da sociologia histórica.

Desse modo, para nossa proposta analítica, buscamos na sociologia histórica o embasamento para operar com mecanismos macrossociológicos, focalizando a economia solidária como resultado de condições históricas que possibilitaram, numa determinada conjuntura, a sua ascensão como uma "questão" social importante. Portanto, sendo histórica, envolve relações de poder, de interesses, absolutamente indissociáveis da totalidade social e das mudanças que estavam em processo, especialmente a partir dos anos 2000, notadamente com a ascensão do PT ao governo federal.

Observando o viés desta perspectiva e ainda nos esforços da sociologia histórica, as contribuições de Tarrow (2009) foram relevantes dado que este estudo é focado num tipo específico de fenômeno que se identifica como movimento social, representante de uma "causa" e mobilizador de um conjunto de ações coletivas duráveis no tempo, e por apresentarem elementos de uma identidade comum. Este autor utiliza o conceito de *estruturas de oportunidades políticas* como esferas de oportunidades e constrangimentos sob as quais ocorrem ações coletivas, que podem suscitar o *confronto político* e os *ciclos de mobilização*. As mobilizações coletivas podem ser de confronto ou de cooperação e o sucesso das mesmas depende, segundo Tarrow (2009), da capacidade de agregar pessoas e organizações para formar coalizões. Essas articulações e negociações exigem, para esse autor, a formação e o acionamento de *estruturas de mobilização*, entendidas como organizações formais que, dependendo da conjuntura política do contexto específico e dos processos interativos oriundos destes, podem propor, coordenar e sustentar conflitos e organizar ações coletivas sustentadas. (TARROW, 2009).

As categorias construídas por Tarrow (2009) estão imbuídas na sociologia histórica e expressaria a interação histórica entre movimentos sociais e seus oponentes, cujas relações e transformações dependeriam dos interesses e das oportunidades correlacionadas às mudanças nos Estados e no capitalismo (TARROW, 2009).

Sendo a economia solidária um fenômeno social e econômico, advogada por seus porta-vozes como uma "nova forma de organizar o trabalho", de maneira "coletiva e solidária", compreender esse fenômeno exigiu resenhar as mudanças que se processaram no mundo do trabalho, especialmente nas quatro últimas décadas do século passado e nos anos 2000, para localizar os condicionantes políticos, econômicos e sociais que possibilitaram a emergência e crescimento desse fenômeno. Assim, mobilizamos a sociologia do trabalho, prioritariamente reunindo as contribuições de Ricardo Antunes (2000, 2006) e Márcio Pochmann (2002, 2004) para compreender as causas que impactaram as transformações daquelas décadas no mundo do trabalho, incluindo as novas formas de organização, o fenômeno do desemprego e a obsolescência de diversas profissões, que geraram diferentes e novos mecanismos de exclusão do mundo do trabalho e da qual emergiu, como uma vertente possível, a proposta da economia solidária.

Compreender as intencionalidades político-pedagógicas da Economia Solidária exige, num primeiro momento, que se reconheça o campo complexo que a envolve: desde sua concepção, história, práticas e identidade. Essa complexidade é evidenciada na multiplicidade de compreensões desse fenômeno no Brasil, na América Latina e no mundo, percebível tanto nas variações conceituais do que seria a Economia Solidária, de quais seriam suas formas e suas práticas, quem a compõe, suas estratégias e seus objetivos e finalidades, quanto no que concerne às suas práticas e representações. Esse quadro de imprecisões fica bem demarcado quando se observa a diversidade de denominações que, em muitos autores, parecem se referir ao mesmo fenômeno: *"economia solidária", "socioeconomia solidária", "economia popular", "economia popular e solidária", "economia social", "economia de comunhão"*. Isso aponta para a ausência de consensos em torno das definições conceituais do fenômeno.

A proliferação de interpretações pode de imediato, indicar duas questões: a primeira é que, como fenômeno recente, as construções em torno da Economia Solidária estão em disputa. A segunda tem relação direta com a primeira, e essas diversas interpretações se referem justamente às diferentes especificidades das experiências, de acordo com os contextos em que vão surgindo e tendo visibilidade, principalmente, de acordo com as perspectivas que apontam para a Economia Solidária, vistos por estudiosos e estudiosas que analisam tal fenômeno.

Observando o campo complexo que envolve a Economia Solidária e a nossa familiaridade com a temática, optamos, metodologicamente, pela construção de um quadro teórico conceitual que foi o aporte para nossas análises. Para isso, foram necessários três movimentos: primeiro, analisamos as referências teóricas que têm construído os discursos sobre

a Economia Solidária; segundo, reconstruímos o contexto histórico-político no qual emergiu a Economia Solidária na América Latina para demarcar a especificidade de sua proposta no Brasil e, terceiro, investigamos, com o suporte do quadro teórico construído, as práticas em Economia Solidária a partir das ações do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão - FEESMA. A opção por este caminho metodológico permitiu a leitura histórica desse fenômeno, dado que é recente e com interpretações diversas e de fortes imprecisões.

Este percurso ajudou-nos a situar, ao longo da pesquisa, a partir de onde se fez a análise e de que perspectiva este trabalho foi construído. Isso importa pelos obstáculos na construção do objeto de pesquisa, pois, o FEESMA, como espaço analisado, os símbolos que esta organização aciona e as ações que mobiliza fazem parte de nossa experiência de militância.

Dessa forma, este estudo pode ser considerado uma pesquisa militante. Há nela uma relação de militância que a torna tanto uma ação de militância política quanto uma pesquisa exercida num contexto de militância. Investigamos porque fazemos parte, mas não aceitamos tacitamente o que vivenciamos como natural e, por isso, pesquisamos porque desejamos conhecer o que está imerso, os sentidos ocultos, não aparentes, fazendo o exercício de historicizar as práticas cotidianas, mantendo uma vigilância epistemológica, pois "a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade" (BOURDIEU, 1999, p. 23). Não somente para o sociólogo, mas para todos e todas pesquisadores/as de uma forma geral. Esses obstáculos foram muitos e, por vezes, paralisaram minha pesquisa com as dificuldades teórico-metodológica.

As questões que surgem da militância foram grandes motivadoras para a realização deste estudo. Está relacionado diretamente com as dúvidas que temos ao exercer a militância num segmento que se propõe como contraponto ao capital, com sua constituição e com as relações que vêm consolidando da sua emergência nos anos 1990 ao momento atual. Afinal, a que tem servido a economia solidária? E, consequentemente, pelo que de fato militamos? Assim, foi preciso um grande esforço para conseguir a distância necessária e pôr em suspenso motivações e interesses já incorporados pela trajetória de militância. E isso não foi algo fácil, pois exigiu, durante todo esse percurso, uma vigilância epistemológica para que a "paixão militante" não se constituísse um obstáculo que impedisse o espírito de conhecer o mais profundamente possível o objeto de estudo a fim de que a pesquisa não servisse somente para afirmar determinadas visões dirigidas a uma utilidade prática (BACHELARD, 1996). Não podemos afirmar que tenhamos logrado em fazê-lo.

Nessa tentativa, dividimos esta pesquisa em duas partes. Na primeira, fizemos o esforço de reconstruir a trajetória da Economia Solidária no Brasil, de sua gênese ao seu atual momento, apresentada em dois capítulos: no primeiro, reunimos o esforço de diferentes pesquisadores e pesquisadoras que interpretam essas experiências, assumindo, cada um/cada uma, posições diferentes e apresentando perspectivas políticas e ideológicas distintas e divergentes. No segundo capítulo, analisamos o contexto social, econômico e político no qual esse fenômeno emergiu na América Latina. Por se tratar de um quadro mais amplo, foi necessário para compreendermos a singularidade desse fenômeno no Brasil, optarmos pela composição de um recorte histórico das décadas de 1980 a 1990, período no qual diferentes estudos e pesquisas situam a emergência das experiências de Economia Solidária na América Latina. O processo de constituição da economia solidária e de seus porta-vozes só pode ser compreendido se tomada a lógica histórica, processual e relacional. O desenvolvimento da primeira parte deste estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica sobre Economia Solidária, tomando-a como categoria de estudo.

Os dois primeiros capítulos foram subsídios para a análise das práticas em economia solidária que compõem a segunda parte desta pesquisa. Nesta, no terceiro capítulo, investigamos a especificidade da Economia Solidária no Brasil, identificando as experiências que estão na sua gênese, a trajetória, as articulações e o papel do Estado. No quarto capítulo traçamos a trajetória do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão - FEESMA: sua origem, percursos e percepções sobre as práticas. A delimitação temporal da pesquisa junto ao FEESMA é inviável a partir de sua maior institucionalização em 2006, pois seus condicionantes mais gerais remontam às décadas anteriores. Esboçamos, ao final, uma síntese das nossas análises.

Nesse processo analítico coletamos dados a partir de entrevista com 04 militantes do FEESMA embasados em roteiro previamente definido. A opção pelos 04 militantes foi orientada pelo tempo de atuação dos mesmos no FEESMA e pelo fato de estes terem acompanhado o processo de sua institucionalização e continuarem na militância, além de sua dedicação à "causa" da economia solidária. Eles e elas guardam a memória dos processos e são reconhecidos/as em vários espaços, inclusive nas instâncias estatais, como porta-vozes autorizados da economia solidária. A opção pela entrevista semiestruturada deu-se para que entrevistados/as tivessem mais liberdade para expor suas ideias, mas, ao mesmo tempo, o roteiro ajudava que suas argumentações seguissem uma lógica que não os distanciasse dos objetivos da pesquisa.

Além das entrevistas utilizamos a observação direta em dois eventos do FEESMA: uma plenária estadual de economia solidária e três feiras de economia solidária. Estas nos proporcionaram dados relevantes para os resultados da pesquisa.

Pelo fato de o FEESMA não ter armazenado registros e documentos sistematizados, a pesquisa arquivística sobre suas práticas ficou prejudicada. As dificuldades de acesso a dados sistematizados das práticas do FEESMA não deixou de revelar-se um obstáculo à construção do objeto de pesquisa. A mobilização das técnicas de pesquisa obedeceu a construção do objeto e do caráter qualitativo da pesquisa.

Esperamos que este estudo, de algum modo, possa contribuir no intenso debate que se trava na atualidade quanto ao papel e às intencionalidades da Economia Solidária.

CAPÍTULO I

ECONOMIA SOLIDÁRIA: horizontes teóricos na construção do conceito

Adentrar no terreno conceitual da Economia Solidária requer, na nossa percepção, duas questões: a primeira o entendimento que nomear determinadas experiências como economia solidária tem uma relação com uma significação que é complexa, mas tem objetivado designar determinadas práticas, sujeitos e discursos, dando-lhes destaque e "exclusividade". Ao separar e designar certas práticas como de economia solidária visibiliza-se sujeitos coletivos

ou não, mas, ao mesmo tempo, silenciam-se outras práticas em curso, pois as relações de poder que se conformam em torno desse segmento legitimam o que é ou não economia solidária.

A segunda questão relaciona-se com essa distinção da economia solidária que mobiliza um conjunto de símbolos: "desenvolvimento justo e solidário", "sustentabilidade", "bem viver", "autogestão" que tentam qualificar a economia solidária, distinguindo-a e valorando suas práticas a partir destes símbolos.

Todos os conceitos em questão estão de uma forma ou de outra, relacionados com as definições de economia solidária: "economia solidária como estratégia para um desenvolvimento justo e solidário"; "economia solidária como estratégia para o desenvolvimento sustentável e solidário"; "economia solidária para o bem viver"; "economia solidária para o desenvolvimento justo e para o bem viver" entre outros. Estes símbolos são acionados constantemente pelos porta-vozes da economia solidária de tal forma que compõem o conceito de forma naturalizada e, por isso, precisam ser problematizados por terem uma eficácia simbólica para aqueles que militam na "causa" da economia solidária. O fato de parecerem concepções naturalizadas indica um trabalho pedagógico de inculcação que se realizam nas práticas concretas.

A temática do desenvolvimento é talvez a que melhor expresse essa inculcação. O desenvolvimento faz parte de um plano global de imperialismo criando uma estrutura de dominação a partir da dicotomização do mundo entre "desenvolvido"/"subdesenvolvido", "avançado"/"atrasado", "centro"/"periferia", de forma que expressa ideias relativas à modernização econômica e tecnológica, indicando processos em que países, grupos, comunidades, deveriam se organizar tendo com meta alcançar o desenvolvimento, medido sempre a partir destes extremos (ACOSTA, 2011).

Esteva (2000) faz uma análise histórica do termo chamando-o de "história distorcida", inaugurada com o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, ao dar um novo significado para desenvolvimento e definir a maior parte do mundo como subdesenvolvida, criando um símbolo, que, desde então, é usado para referir-se à hegemonia norte-americana.

> [...] O discurso de Truman tinha subitamente criado uma nova percepção do "eu" e do "outro". Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados [...]. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformadas magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila [...] (ESTEVA, 2000, p.60).

Em nome do desenvolvimento os países ditos "subdesenvolvidos" criaram planejamentos, aceitaram intervenções, endividaram-se e reordenaram-se "para adaptar-se ao "desenvolvimento" e alcançar o padrão estabelecimento pela esfera norte-americana. Este se transformou no destino comum da humanidade, uma obrigação inegociável (ACOSTA, 2011, p. 47). Para este autor

> Os caminhos para o desenvolvimento não são o problema maior. A dificuldade radica no conceito. O desenvolvimento, enquanto proposta global unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos. A negação violenta do que é próprio desses povos foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas: recordemos, por exemplo, a atuação destrutiva da colonização ou das propostas políticas do FMI (ACOSTA, 2011, p. 50).

Os amplos esforços para sustentar o desenvolvimento e mascarar sua lógica encontraram na adjetivação do termo os meios de minar resistências e continuar garantindo sua escalada como relação de poder. O conceito de "desenvolvimento sustentado" ou "sustentável" representou um novo projeto de inculcação de categorias e nada mais é que um instrumento discurso para justificar a reprodutividade dos fluxos de capital e de mercadorias, ou seja, uma tentativa de salvar o desenvolvimento enquanto prática de poder.

Essa temática, institucionalizada pelo Estado é mobilizada na economia solidária através de diferentes normativos que "orientam" o acesso aos recursos públicos e impõem uma diretriz político-pedagógica dos instrumentos discursos a serem adotados e transmitidos na prática dos empreendimentos econômicos solidários. Tomemos como exemplo um desses normativos, a Chamada Pública 002/2011 – SENAES/MTE que teve como objetivo "implementar ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial visando a superação da extrema pobreza [...]" (p.2). Este se enquadra no discurso da superação das desigualdades a partir de ações isoladas oriundas da própria comunidade, como se dependesse destas a transformação das condições históricas impostas, de modo global, pelo desenvolvimento capitalista.

Ao definir o "desenvolvimento sustentável" como "alternativa ao atual padrão dominante de desenvolvimento" (p.4), mas que o alcance deste está relacionado ao "desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico local" (p. 4), são impostas formas de pensar que nublam e impedem a própria crítica ao sistema e ao desenvolvimento, que se traduz na lógica de pensar a inversão de situações históricas de desigualdades a partir de ações individuais e/ou comunitárias.

Para acessar esses recursos é exigida a elaboração de propostas contendo todas as prerrogativas técnicas e normativas impostas, as metodologias que serão mobilizadas, os objetivos que devem coincidir com aqueles das normas postas, estratégias de envolvimento das comunidades e as formas de comprovação dos resultados (o projeto). O Estado estabelece, dessa forma, uma concorrência desigual entre as organizações da economia solidária. Mais que isso, exerce um controle sobre as organizações e sua forma de agir dentro do que é permitido institucionalmente. Dessa forma, "a ajuda ao desenvolvimento não é simplesmente feita de recursos financeiros: estas últimas são acompanhadas por ideias, valores e conceitos, cujas ONGs adotam e traduzem do seu jeito" (BUCLET, 2009, p. 99). Por aí também, o estado exerce sua função de categorizar e legitimizar as organizações de economia solidária aptas a "promover o desenvolvimento". Para obter tal reconhecimento por parte do Estado, a organização se predispõe a manter laços com o governo.

Esses instrumentos discursivos, importados, se transformaram em símbolos na economia solidária. A "sustentabilidade" está presente nos discursos dos agentes tanto do mercado quanto da economia solidária. Da mesma forma, o "bem viver" é outra temática que consideramos importada e inculcada nos agentes da economia solidária que, de forma irrefletida, utilizam-na adjetivando a ideia do desenvolvimento. No entanto, o bem viver, na sua origem se contrapõe a qualquer imperativo global. O bem viver

> "[...] apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. Não se trata simplesmente de um receituário [...] Tampouco é a simples soma de algumas práticas isoladas [...]". "[...] parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, principalmente dos povos e nacionalidades indígenas [...] São propostas invisiblizadas por muito tempo, que agora convidam a romper com conceitos assumidos como indiscutíveis [...] (ACOSTA, 2011, p. 69-70).

Outro tema central à economia solidária, de acordo com seus porta-vozes, é da "autogestão". Esta seria uma das principais características que acionaria a adesão à economia solidária, nesse caso simbolizando a posse coletiva dos meios de produção e a democracia na gestão do empreendimento.

Não iremos, aqui, entrar nas discussões teóricas sobre a gênese desse conceito, dado que seus pressupostos são essencialmente normativos e suas definições devem ser analisadas levando em consideração as relações e conjunturas específicas onde é acionado, resultado de reelaborações ao longo do tempo e distintas formas de apropriação. Reporta às interpretações marxistas no século XIX, que não deixaram de ser útil, nos processos históricos de reapropriação desta temática, para conciliar interesses de empresariado e operariado (BOTTOMORE, 1988).

Revestida de um ideário, a categoria da "autogestão" está impregnada nos discursos da economia solidária com o intuito de demarcar processos atravessados pela "democracia" e "autonomia" na produção. Participa, assim, do jogo simbólico de identificação da economia solidária, atuando na produção de uma certa visão sobre as práticas econômicas solidárias

Nesse jogo de disputas de definições e de acesso a recursos públicos para construir as ações em economia solidária adere-se sem maiores reflexões aos esquemas de percepção e ação que não permitem conceber a autogestão para além das normas e classificações sancionadas juridicamente, isto é, gerir recursos econômicos, materiais e humanos, sendo enquadrada nas características institucionalizadas pelo Estado.

Todas estas temáticas, as diferentes interpretações, concorrem para a elaboração do conceito de economia solidária. Estão nos discursos daquelas e daqueles que tentam construir os referenciais teóricos da economia solidária. Nessa construção, mesmo encontrando similaridades, há muitas contradições e divergências tanto interna ao segmento da economia solidária, quanto de países e até continentes, sendo exemplo as concepções elaboradas a partir de uma vertente latino-americana que se distinguem das noções utilizadas por pesquisadores europeus. Portanto, não há um consenso em torno do conceito de economia solidária. Assim como suas práticas, são múltiplas as definições sobre o que seria esse fenômeno, como definilo num campo teórico. Cada autor ou conjunto de autores faz a leitura da economia solidária sob o olhar de uma determinada orientação e tenta imprimir, a partir de suas opções teórico-ideológicas, um sentido, um rumo para tais práticas.

Mas há três questões que são consensos. A primeira refere-se ao fato de que as diferentes concepções de economia solidária são forjadas a partir da observação das práticas e não de uma simples idealização: foi a percepção por parte de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que identificaram um fenômeno social em emergência e buscaram compreender o seu funcionamento e, com isso, apontaram diferentes perspectivas. A segunda questão de consenso entre os porta-vozes da economia solidária refere-se às práticas econômicas solidárias que mesmo diversas e incipientes apontam possibilidades de uma economia pautada numa lógica diversa do capitalismo e, portanto, recuperariam os sentidos da economia voltada para a "reprodução da vida". E a terceira questão refere-se, para os porta-vozes desse segmento, ao entendimento das experiências de economia solidária como iniciativas que teriam em comum a "autogestão", a "solidariedade", a "propriedade coletiva dos meios de produção" e a "distribuição equitativa da renda".

Quanto à gênese do conceito, tem crescido a convergência entre pesquisadores e pesquisadoras de que na América Latina, especificamente no Chile se encontra o seu *locus*, e emerge das pesquisas de Luiz Razeto Migliaro

1.1 Economia Solidária: a gênese de um conceito

Luiz Razeto Migliaro é filósofo e professor chileno que começou a dar contornos à construção do termo "economia solidária" quando tentava compreender um movimento diferente de trabalhadores e trabalhadoras que se construía a partir da economia informal, mas, ao mesmo tempo, se diferenciava desta. Para Razeto (1984) acontecia a emergência de um fenômeno novo no mundo do trabalho.

Na década em que Razeto começou a identificar, pesquisar e a escrever sobre aquele fenômeno, o Chile ainda estava sob a ditadura de Pinochet (1973-1990). Foi um dos primeiros países a adotar, de forma totalizante, as orientações das políticas neoliberais e enfrentar, como toda a América Latina, uma enorme recessão e um quadro de estagnação econômica e de desemprego. É neste contexto de adversidade e mesmo por causa dele, que Razeto (1984) observou o surgimento de inúmeras iniciativas de trabalho informal cujas particularidades indicavam estar em gestação um tipo específico de economia popular: associativa e com um traço de solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela exclusão do mercado capitalista. Acreditava que estava em curso o desenvolvimento de uma nova força econômica, que tinha no "novo cooperativismo" a organização de uma "economia da solidariedade".

Identificamos que um dos marcos dessa problematização foi o seu livro "Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático" de 1984, onde aparece pela primeira vez o termo "economia da solidariedade" e no qual Razeto expõe sua concepção das causas que originavam aquele tipo específico de práticas econômicas. Essas práticas, mesmo guardando semelhanças, se distanciavam, na perspectiva desse autor, do cooperativismo tradicional e pareciam vincular-se a uma utopia que fazia referência às possibilidades de outra forma social de estruturação do mercado e das relações de trabalho pautadas pela solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras, constituindo o que seria, para Razeto, uma "economia da solidariedade". A exclusão social estaria na origem desse fenômeno econômico e social.

Ao buscar definir esse fenômeno como uma "economia da solidariedade", Razeto (1984) afirmava que a teoria olhava a prática de inúmeras iniciativas de economia popular e buscava apanhar a singularidade destas experiências com traços que a distinguiam de outros

formatos de economias informais. Aquelas teriam na solidariedade sua maior característica e no trabalho cooperado e autogestionário dois fatores importantes de distinção.

> En los años recientes han surgido nuevas experiencias organizativas, nuevos problemas ideológico-políticos y nuevas cuestiones teóricas, que no sólo han vuelto a dar actualidad al tema de la cooperación y la autogestión, sino que han significado una verdadera ofensiva intelectual y cultural de parte de sus sostenedores. En efecto, el creciente desempleo que ha afectado las diversas economías, especialmente en los países subdesarrollados pero no sólo en éstos; los fenómenos de marginación y exclusión que se han acentuado y adquirido un carácter estructural; el desarrollo de las denominadas "economías informales o subterráneas"; la emergencia de otras formas económicas alternativas basadas en la solidaridad y la ayuda mutua; el rol cada vez más significativo asumido por las fundaciones e instituciones no-gubernamentales que buscando el desarrollo de los sectores más pobres han canalizado grandes recursos y promovido la emergencia de nuevas organizaciones cooperativas y autogestionarias (RAZETO, 1984).

Haveria, para Razeto, uma tendência à multiplicação desse fenômeno por todo o Chile, o que poderia provocar mudanças nas estruturas políticas-ideológicas em vigor. Isso porque, para o autor, a forma como se organiza a base material na sociedade incide diretamente sobre as estruturas políticas-ideológicas e culturais e os conteúdos das políticas de Estado. Na perspectiva de Razeto (1984) uma vez que o fator econômico é preponderante, a ascensão de outra forma econômica traria consequências culturais e ético-políticas nas relações diretas com a forma de conceber a sociedade, as pessoas e as relações.

> Las diferentes formas de organización del mercado, las distintas correlaciones de fuerzas sociales que se estructuran en relación a los procesos económicos, inciden no sólo en la eficiencia de la producción y distribución de los bienes y servicios sino también en los procesos y estructuras políticas y culturales. Que exista un mercado predominantemente capitalista o uno en que predomine la propiedad estatal y la planificación centralizada, condiciona de modo muy distinto la vida política, los valores e ideologías, la organización social, las formas y contenidos del Estado. A la inversa, la pugna por estructurar la economía – la producción y el mercado – en formas capitalistas, socialistas (u otras intermedias) está precedida y acompañada por diferentes concepciones ético-políticas y por distintos proyectos de Estado. El desarrollo de formas económicas cooperativas, de un movimiento y de un sector autogestionado integrado y de un proceso de democratización del mercado, han de tener también implicaciones culturales y políticas, particularmente relevantes teniendo en cuenta que se trata de un hecho simultáneamente económico-social y políticocultural que trae consigo relaciones nuevas entre economía y política y entre dirigentes y dirigidos.” (RAZETO, 1984).

A convite da CEPAL, Razeto desenvolveu, em 1985, a oficina “Economia de Solidariedade y Mercado Democratico” – nome idêntico ao título de um de seus livros. Nesta, o autor expôs suas pesquisas junto ao segmento de trabalho associado. No documento final deste evento, identificamos, numa nota de rodapé, o uso do termo economia solidária pela primeira vez na literatura.

> Un mercado democrático será um mercado en el cual están co-presentes estos tres sectores en proporciones que pueden ser variables de acuerdo a las características históricas, sociales, culturales de cada sociedad; pero donde lo decisivo es el proceso

> de distribución social y democratización económica en cada uno de sus sectores. Si es asi, el proceso de transformación democratizadora de la economía es una tarea permanente que está vigente en el socialismo, en el capitalismo, en las economías mixtas, desarrolladas y subdesarrolladas, en cada sector económico e incluso en cada unidad económica. También, como hemos dicho, al interior de la economía solidariá, en las actividades volxaitarias y cooperativas, en las donaciones y en las economías familiares. [...] (RAZETO, 1985, p. 20)

As ideias de Razeto, de uma economia da solidariedade, chegaram ao Brasil na década de 90 do século passado. Razeto escreveu o artigo "Economia de solidariedade e organização popular", que compõe o livro "Educação Comunitária e Economia Popular" organizado por Gadotti e Gutiérrez (1993). Aprofundou, neste trabalho, suas concepções de economia popular e de economia da solidariedade. Economia popular o autor considera ser

> [...] um fenômeno generalizado que se estende na América Latina, no contexto das profundas transformações do mercado e das estruturas econômico-sociais em curso. Referimo-nos a processos que, na bibliografia econômica e sociológica dos últimos anos, têm sido compreendidos através de expressões como "economia informal", "estratégias de subsistência", "economia subterrânea" e outras similares (Razeto, 1993, p.34).

A partir daí, Razeto afirma que economia da solidariedade é

> [...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. - que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como no sistema de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços produzidos, e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação (RAZETO, 1993, p. 40).

As experiências com as características de economias da solidariedade que Razeto acompanhou no Chile e na América Latina[8], como ele previu, multiplicaram-se rapidamente na década de 90 em diante, não por coincidência, em tempos de implementação da agenda neoliberal. Nesse período desenvolveu-se um leque de pesquisas e um acúmulo de conhecimentos sobre experiências de economia solidária e a América Latina foi um campo aberto de produção de formulações inovadoras sobre esse fenômeno.

[8] De suas pesquisas junto aos grupos que Razeto considerava de economia solidária, este autor escreve o primeiro livro com este tema**: Empresas de trabajadores y economía de mercado,** em 1982**.** Em 1983 escreve **Las Organizaciones Económicas Populares**, e **ECONOMIA POPULAR DE SOLIDARIDAD:** Identidad y proyecto en una visión integradora, em 1986.

Vários/as pesquisadores/as, por caminhos distintos e com algumas similaridades, conhecendo ou não as pesquisas de Razeto, acompanharam o que consideravam experiências inovadoras de economia solidária em seus respectivos países e formularam diferentes concepções. Entre estas, por exemplo, um movimento de recuperação de massas falidas por operários, sendo a Argentina o país da vanguarda nas ações de fábricas recuperadas. Para Novaes (2005) foi na conjuntura da crise que atingiu profundamente a Argentina na virada dos anos 90 para os anos 2000 que nasceu e cresceu o movimento de recuperação de fábricas por operários para garantir seus postos de trabalhos e uma nova forma de gestão.

> Frente a isso, muitos trabalhadores optaram por ocupar fábricas, reivindicar a expropriação definitiva dos meios de produção, repartição igualitária do excedente e instalação de mecanismos de decisão parlamentarista no seio da unidade produtiva. Não podemos esquecer que o ato de recuperar a fábrica significa para o trabalhador recuperar algo no qual ele se sente participante, que ajudou a construir, que faz parte da sua história de vida (NOVAES, 2005, p.16).

Ainda na Argentina destacamos as formulações teóricas de estudiosos/as como Boa Ventura dos Santos e José Luis Corragio, que tiveram forte influência nas formulações brasileiras sobre a economia solidária. Estes atores começaram a trabalhar com uma ideia que predomina nos países latino-americanos, uma concepção de Economia Popular e Solidária ou Socioeconomia Solidária. De Corragio (2000), vem a acepção da Economia Solidária como Economia do Trabalho. Para este autor é necessário um esforço de diferentes pesquisadores para, conceitualmente, reconstruir o mundo da economia popular, "essa economia que emerge das rupturas contínuas impostas repetidamente ao cotidiano popular pela reprodução global do capital, e dos comportamentos reativos da população trabalhadora em luta por reproduzir a sua vida (CORRAGIO, 2000, p. 94)." Corragio trabalha com a hipótese de que a partir da economia popular se constitua uma Economia do Trabalho, mas, para isso, é necessário fortalecer e ampliar as experiências existentes como reais possibilidades: "os envolvidos devem poder confiar em experimentá-las e em vê-las realizadas dentro ainda dos estreitos limites de suas vidas" (CORRAGIO, 2000, p. 112). Isso só será possível, para o autor, com um amplo envolvimento de todos que veem essas possibilidades na economia dos setores populares.

Assim como na América Latina, na Europa também emergiram diferentes formulações que contribuíram para construção do conceito de economia solidária e influenciaram pesquisadores/as brasileiros/as, principalmente as concepções francesas e inglesas. Podemos citar como exemplo dessas influências, no caso inglês, o socialismo utópico, especialmente de Robert Owen. Vários estudiosos/as brasileiros/as constroem as referências históricas da economia solidária relacionando as experiências atuais àquelas do século XIX, considerando que a economia solidária teria "ressurgido" nas décadas recentes. Paul Singer é o representante

máximo dessas elaborações, disseminando a ideia da economia solidária inspirada na experiência dos Pioneiros de Rochdale[9]. Por isso, em Singer (2000, 2002, 2005), o cooperativismo é a expressão mais delineada da Economia Solidária. Sendo uma das principais referências, a interpretação histórica de Singer é assumida por diversos pesquisadores/as, fato facilmente observado em inúmeros trabalhos sobre essa temática.

Da França, as concepções e influências no campo latino-americano e notadamente brasileiro são múltiplas, mas Jean-Louis Laville tem se destacado, sendo uma forte presença em muitos trabalhos. Suas análises relacionam a economia solidária ao movimento associativista francês. Nas ideias da Economia Plural e da Economia Social na França, o autor vai buscar as particularidades e similaridades com a economia popular e solidária na América Latina. A economia solidária é, para Laville (2004), uma iniciativa econômica com relação e objetivos sociais e de cidadania.

Essas ideias latino-americanas e europeias influenciam o pensamento brasileiro nas formulações teóricas sobre economia solidária.

1.2 Concepções Teóricas sobre a Economia Solidária no Brasil

No Brasil, o debate teórico sobre a economia solidária teve efervescência a partir dos anos 2000, sendo Paul Singer, Lia Tiriba, Euclides Mance, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger alguns nomes que vêm se consolidando. Entre estes/as autores/as brasileiros/as, não se constituiu um consenso sobre as definições de economia solidária, nem mesmo quanto à sua nomenclatura. Existem concepções distintas e muitas vezes divergentes que tentam dar conta, teoricamente, dessas práticas, mas, ao alimentarem este debate, Singer, Gaiger, Arruda e Mance se tornaram referências nacionais. Talvez, por unir pesquisa e militância (Mance, por exemplo, tanto escreve sobre redes de colaboração solidária, quanto atua na assessoria às redes da economia solidária); talvez por ocupar cargos públicos estratégicos (Singer); por desenvolver pesquisas juntos aos empreendimentos (Gaiger). Ou por sua influência no campo Pastoral da Igreja, especialmente nas alas mais progressistas da Igreja Católica (Arruda). Seja como for, os quatro têm sido referências nos debates sobre a economia solidária.

[9] Criada em 1844 por 28 operários – 27 homens e 1 mulher , em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a "**Sociedade dos Probos de Rochdale**" (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico (Acessível em http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/)

Encontramos similaridades nas formulações de cada um deles, mas também há muitas divergências. Singer (2000, 2002, 2005), por exemplo, considerado o principal porta-voz da Economia Solidária, concebe esse fenômeno como "um novo modo de produção" que tende a crescer "até substituir o modo de produção capitalista". Esta sua concepção tem-lhe rendido grandes críticas, inclusive no próprio segmento da economia solidária. A partir das formulações de Singer, podemos antecipar que a teoria, na economia solidária, de fato se constrói olhando as práticas, mas, muitas formulações e estudiosos idealizam estas práticas tentando imprimir-lhe uma perspectiva que seria, no mínimo, ingênua.

Gaiger (2003, 2005, 2006), ao contrário de Singer e sendo crítico de muitas de suas concepções, entende a Economia Solidária (em alguns artigos o autor denomina de economia popular e solidária) como uma "forma social de produção específica" e não prevê que a mesma possa, por si só, suplantar o capitalismo. Para Arruda (2003) a Socioeconomia Solidária, como este autor define, "equivale à economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – gestão, cuidado da casa e, por consequência, dos que nela habitam" (ARRUDA, 2003, p. 224). Com isso, Arruda (2003) defende a Socioeconomia Solidária como um movimento que ultrapassa a dimensão estritamente econômica para alcançar as dimensões das relações sociais, culturais e filosóficas na construção do "bem viver".

Euclides Mance é um autor cujas formulações têm contribuído mais diretamente com a criação de estratégias para o fortalecimento da Economia Solidária. Suas pesquisas e ideias sobre redes de colaboração solidária têm sido utilizadas como subsídios nas práticas de articulações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Fbes. Para Mance (2002, p. 245), as redes solidárias "garante às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária", que funcionando "[...] integram grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização".

A diversidade de concepções e perspectivas dos diferentes estudiosos indica que o conceito de economia solidária está em construção e em disputa. Reflete também desacordos teóricos e analíticos que torna possível distinguir diferentes correntes de pensamento sobre a economia solidária. A questão está em saber que intencionalidades ideológicas tais formulações contêm e como se reproduzem nos discursos e práticas de agentes da economia solidária. Distinguir essas diferentes concepções, portanto, é relevante para a análise das intencionalidades políticas pedagógicas da economia solidária.

Pelo limite deste trabalho, optamos por distinguir as duas concepções mais correntes no Brasil: a de Paul Singer e de Luís Inácio Gaiger. Os dois têm pontos de convergências nas suas construções teóricas e apontam prospectivas diferentes para a economia solidária. A delimitação em torno destes dois nomes foi motivada pelo fato de serem aqueles de maior referência em curso nos debates e pesquisas sobre a economia solidária. Suas formulações teóricas têm gerado pesquisas sobre sua trajetória na economia solidária e apontam as divergências têm como fundamento perspectivas político-ideológicas distintas sobre esse segmento.

Paul Singer: a economia solidária como um modo de produção antagônico ao capital

Paul Singer é economista, militante de movimentos e partidos de esquerda. A sua trajetória dos anos 2000 até os dias atuais está relacionada com a Economia Solidária, principalmente a partir de 2003 quando assumiu a Secretária Nacional de Economia Solidária - SENAES[10], fato que o transformou em um dos principais expoentes desse segmento no Brasil e em outros países da América Latina. Para a discussão teórica deste trabalho, abordaremos o papel do Estado na perspectiva de Singer e duas de suas concepções: a definição de economia solidária e suas elaborações sobre a história da economia solidária.

Os primeiros escritos de Singer abordando a temática da economia solidária datam de 1996[11] quando destacou a relevância do papel do Estado como ente propulsor da economia solidária. A partir do ano 2002 quando escreveu "Introdução à Economia Solidária" Singer (2002, p.10) define a economia solidária como "outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual". A partir de então Singer reforçou suas ideias defendendo a economia solidária como um projeto de transição do capitalismo para o modo de produção socialista, apontando as cooperativas como figura central, a "unidade típica", os "implantes socialistas" a partir dos quais a transformação se daria. Na sua percepção, a aplicação dos princípios cooperativistas

[10] A Secretária Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego, foi criada em 2003, atendendo às demandas do Movimento Nacional de Economia Solidária que lançaram uma carta por políticas públicas durante o Fórum Social Mundial daquele ano.

[11] Singer no artigo "Economia Solidária contra o desemprego" definia a economia solidária de forma muito genérica como um setor de "microeconomia" que podia agregar pequenos empresários e que seria "especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, tendo a solidariedade como elo entre os seus integrantes" (Singer, 1996). Outorgou à Economia Solidária um caráter de um projeto complementar a outros projetos em debate no Partido dos Trabalhadores – PT. Para Singer, naquelas primeiras definições, a Economia Solidária seria, como sugere o próprio título do artigo, uma resposta ao desemprego, portanto um projeto alternativo de combate ao desemprego e à exclusão social. Naqueles tempos, Singer defende o papel do Estado como ente propulsor da economia solidária e esta como uma política pública de inclusão econômica.

mobilizaria trabalhadores e trabalhadoras em cooperativas e sociedades econômicas que seriam administradas "democraticamente, ou seja, pratica a autogestão" (2002, p. 18).

Sua ênfase na relevância das cooperativas se deve ao fato de que, para o autor, a cooperativa supera a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção. Como a posse é coletiva estaria suplantada a distinção capital e trabalho, transformadas em relações democráticas onde todos teriam poder de decisão e a prática da "autogestão" levaria à modificação das relações sociais, ocorrendo, gradativamente uma "revolução social". Esta seria uma das bases do seu "projeto socialista". Para Singer (1999) o que está em curso com a economia solidária é a continuidade da revolução social iniciada no século XIX com as experiências dos socialistas utópicos e com as cooperativas implantando-se como antagônicas num contexto de capitalismo ainda em constituição. A cooperativa, para ele, seria uma "empresa autogerida" que conseguiria minar o capitalismo por dentro. A revolução social seria, então, um processo gradativo e de longo prazo, uma transformação cultural protagonizada próprios trabalhadores.

Com essas conjecturas, Singer (1999) faz o contraponto à revolução política destacando as experiências do Owenismo como a "primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica" (1999, p. 70). Assim, em Singer, estas experiências seriam um projeto social alternativo ao capitalismo, concebido para superar a exclusão social e no qual se combinam as forças produtivas com relações sociais de produção e a repartição equânime da renda. Portanto, as cooperativas seriam as protagonistas desta revolução, funcionando como "implantes socialistas nos interstícios do capitalismo".

Ao tentar construir uma história para a economia solidária, Singer (2002) a relaciona com as experiências do socialismo utópico. A Economia Solidária na sua fase atual seria um *continuum* daquela fase anterior e, assim, na atualidade, uma "reinvenção" das propostas dos socialistas utópicos, com predominância das iniciativas de Owen. "Ressurge" num contexto de grande desemprego e tem num novo cooperativismo sua fase embrionária, sendo aquela herdeira deste. Nesse sentido, a economia solidária seria potencializadora de uma "transformação social", "um modo de produção *intersticial,* inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas" [...] (2002, p. 116). Para o autor, a condição

funcional ao capital seria superada com a organização da economia solidária em cooperativas e aponta a experiência de Mondragón[12] como uma referência a ser apreendida.

Estes seriam, em teses, os pressupostos centrais do projeto político da "reforma social" de Singer (1998). Neste, o aparato estatal é fator relevante o que leva o autor a não colocar em xeque o papel do Estado numa sociedade capitalista. Com esta perspectiva se contrapondo à revolução política, Singer omite as lutas de classe, perpetua o mito do Estado como defensor do interesse geral, escamoteando o fato de que o mesmo é, historicamente, organizado para gerenciar os negócios do capital (Marx, 2010). Além disso, ao definir a economia solidária como "outro modo de produção", Singer (2002) nega que o capital seja "uma forma incontrolável de controle sociometabólico", que tendo "surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura "totalizadora" de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua "viabilidade produtiva", ou perecer, caso não consiga se adaptar" (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Nesse sentido, o modo de produção não pode ser reduzido a uma organização social da atividade produtiva ou mesmo a redes de empreendimentos produtivos. Deve ser compreendido como uma relação de poder na qual, o capital, não abre exceções para experiências que não lhe seja funcional.

Nesse sentido, Singer desconsidera que sob o domínio do capital não há espaço para a criação e condições materiais que não se submetam à sua lógica, tampouco para mudanças graduais que possam subverter sua ordem. Por isso para Mészáros (2011, p.102) o capitalismo é "[...]um modo que não pode reconhecer fronteiras (nem sequer em seus próprios limites estruturais insuperáveis)[...]". Portanto, as experiências de economia solidária estariam, inexoravelmente, submetidas às determinações do capital num plano mais geral.

Gaiger (2003) constrói teórica e empiricamente[13] o contraponto a Singer (2000, 2002). Partindo do conceito de modo de produção marxiano e de análises marxistas, Gaiger refuta a ideia da economia solidária como um modo de produção. O autor reconhece as ambiguidades em torno das interpretações de modo de produção, mas reconhece também que é um conceito que se refere a uma totalidade histórica e que esta é dada pelo "conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições

[12] Para Singer (2002), os princípios dos Pioneiros de Mondragón é um referencial às verdadeiras cooperativas: livre adesão, organização democrática, soberania do trabalho, natureza instrumental e subordinada do capital, participação na gestão, solidariedade retributiva, intercooperação, transformação social, caráter universal e educação.

[13] Luiz Gaiger é um autor que teoriza a partir das inúmeras pesquisas juntos aos EES. Nestas pesquisas, constantemente, este autor se dedica à compreensão das possibilidades, fragilidades e perspectivas dos EES.

materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e troca dos bens materiais" (GAIGER, 2003, p. 187). Precisaria estar aliado a isso, para Gaiger (2003, p. 187), uma alteração profunda do modo de apropriação da natureza que fosse capaz de engendrar um novo modo material de produção que lhe seja próprio "pois isso é o que lhe faculta dominar o conjunto do processo de produção social e subverter as instituições que ainda sustentam a ordem social, contra as novas necessidades de desenvolvimento" Nesse processo, Gaiger considera que há um elemento fundamental: a capacidade de uma inovação contínua da base técnica e tecnológica que seja capaz de realizar a reprodução historicamente.

Questionamos, assim, a proposta de transição do capitalismo para o socialismo que Singer propõe a partir da economia solidária. Para isso, seria necessário que a economia solidária reunisse as mesmas condições que possibilitaram um modo de produção suplantar outro, a exemplo da passagem do modo de produção feudal ao capitalista. No entanto, apoiando-nos em Mészáros (2011), não é possível afirmar que o capital abra espaços para que outro modo de produção coexista ou reúna forças para suplantá-lo de modo gradual.

Da mesma forma, ao adotar os utópicos como referência para uma concepção de sociedade, principalmente Owen, Singer incorpora também os elementos teóricos das propostas de socialismo destes, que no caso de Owen eram elaboradas na perspectiva de uma divisão de bens a partir dos ricos. Estes diluem a luta política numa concepção de mudança social gradual a partir do "voluntarismo" da classe dominante. Por isso, Marx e Engels (2010, p.66) dirigiram a estes uma dura crítica por rejeitarem "toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária; procuram atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam".

Um último elemento de análise em Singer é o papel do Estado no seu projeto de transição. Para Singer (2002, p.10), mesmo que toda "economia fosse solidária" haveria diferenças nos ganhos entre estas. Assim, "suas vantagens e desvantagens teriam de ser periodicamente igualadas". Para isso Singer destaca o Estado como ente regulador que "redistribuiria dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito". Dessa forma, não coloca em debate o papel do Estado numa sociedade de classes e os processos que, historicamente, o constituiu num corpo repressivo e jurídico-legal para garantir a própria reprodução do capital. Nada exemplifica melhor o comprometimento do Estado com a reprodução do capital do que a implantação das políticas neoliberais para

"adaptar" o aparato estatal à nova forma de acumulação capitalista. Assim, as políticas estatais estão também conformadas à lógica do mercado.

A crença de Singer no papel do Estado é bem melhor exemplificada a partir de sua própria atuação como secretário da SENAES. A partir de 2003, com a vitória do Partido dos Trabalhadores–PT e a condução de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, criaram-se as condições favoráveis para a Economia Solidária ter algum espaço na agenda pública. A eleição de Lula, por si só, não garantiu as condições da institucionalização de um espaço público de políticas de apoio à Economia Solidária. Foi um contexto que reuniu ao mesmo tempo a emergência de um governo dito "popular" e a decisão política de tornar visível a temática e as experiências de Economia Solidária por grupos de intelectuais, militantes, Igrejas e diferentes entidades socais, principalmente durante os Fóruns Sociais Mundiais. Essa mobilização culminou com a criação da SENAES e com Paul Singer sendo seu primeiro e único secretário durante os governos de Lula e de Dilma Rousseff.

À frente da SENAES (2003 a abril de 2016), Singer dissemina uma concepção de Economia Solidária como "um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver"[14], ignorando o Estado como espaço de disputa pela definição de classificações no nível simbólico exercido com a colaboração dos que a ele se sujeitam (BOURDIEU, 2001).

É assim que Singer aplica aquilo que foi sua concepção para o fortalecimento da Economia Solidária a partir do apoio estatal. Criou, entre outros, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento com inserção em todo o território nacional, com atuação dos chamados "agentes de desenvolvimento" que disseminavam as ideias do "desenvolvimento justo e solidário" da "sustentabilidade" e da "autogestão". Elaborou programas de apoio ao cooperativismo e as linhas de financiamento que possibilitava que as entidades representativas da economia solidária acessassem recursos para garantir suas atividades.

Tentou, no tempo em que ficou à frente da SENAES, garantir o aparato de Estado para financiar as ações da economia solidária e a presença da SENAES nos espaços de articulação da economia solidária (a SENAES integra a coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que discutiremos mais à frente), torna inegável a influência do Estado na criação dos slogans, dos símbolos, das estratégias para fortalecer as práticas de economia solidária.

[14] BRASIL, SENAES. Economia Solidária: Outra economia acontece. Campanha Nacional de divulgação e Mobilização Social. (MATERIAL INSTITUCIONAL DA SENAES)

Portanto, sem menosprezar a importância de outras contribuições teóricas e práticas de Singer, muitas de suas concepções em torno da economia solidária, visto que este tem sido um dos seus principais porta-vozes, têm contribuído para criar a ilusão de que a transformação se fará a partir da ação dos empreendimentos em redes e funcionando de forma autogestionárias, quando, como afirma Gaiger (2009) a economia solidária está subordinada às mesmas regras e lógicas do mercado capitalista.

Luís Inácio Gaiger: Economia Solidária como uma forma de produção específica

Foi pelo campo da pesquisa empírica, junto aos empreendimentos de economia solidária, termo que o próprio Gaiger cunhou, que o autor construiu sua referência na economia solidária. Em seus escritos, Gaiger (2003, 2006, 2007, 2008, 2009) se ancora numa forte orientação teórica, mas principalmente nos dados de suas diferentes pesquisas diretamente nos empreendimentos solidários. Isso lhe confere um conhecimento que o diferencia quando se trata de falar do cotidiano dos empreendimentos de economia solidária. Ele fala com maior propriedade das possibilidades, dos desafios, das dificuldades e dos limites da economia solidária a partir da realidade dos empreendimentos solidários.

Gaiger (2003, 2009) toma um caminho oposto ao de Singer quando trata da análise histórica e das definições da economia solidária. Para este autor, as experiências de trabalho associado, coletivo e cooperado, fazem parte dos processos históricos de organização dos trabalhadores. No entanto, ele demarca diferenças históricas nas vertentes europeias e latino-americanas dessas experiências. Na Europa, o autor identifica o surgimento de novas práticas associativas – a denominada Economia Social que para o autor guarda similaridades com as experiências da América Latina.

> A solidariedade no campo econômico volta à cena no umbral do século XXI. Ao Norte, destaca-se o dinamismo evidenciado pela Economia Social a partir dos anos 1980, com sua ênfase renovada na reciprocidade e no debate em torno das grandes questões da sociedade. Esses traços a aproximam da Economia Solidária da América Latina, hoje reconhecida e promovida como uma alternativa diante dos atuais modelos de desenvolvimento. (GAIGER, 2009, p. 1)

A partir das obras de Defouurny (1998) e Laville (2004), Gaiger (2009a) analisa a história da Economia Social na Europa. Esta, para o autor, guarda relações com as experiências associativas do século XIX e ao longo do tempo foi forjando "setores sócio econômicos como as cooperativas, as mútuas e as associações, ao mesmo tempo em que ensejou movimentos sociais correlatos a esses campos de ação" (2009a, p. 82), constituindo uma Economia Plural

que combinava recursos mercantis, não mercantis - a exemplo das subvenções públicas e recursos alheios à lógica monetária - as práticas de ajuda mútua, sendo, em muitos autores, comparada ao Terceiro Setor.

Desse modo, seu ressurgimento, na década de 80 foi fruto das mesmas condições em que surgem as experiências de economia solidária na América Latina: a recessão, o desemprego e a ampliação das desigualdades. No entanto, a incorporação de uma dimensão de luta política que a associaram aos "movimentos altermundialistas conduziram vários dos seus defensores a designá-la de economia solidária, termo então predominante na América Latina" (GAIGE, 2009a, p. 84).

Na perspectiva de Gaiger (2009a, p.86), a Economia Solidária na América Latina possui uma história própria que tem suas raízes em "antecedentes longínquos e próximos, a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos, cujo legado ainda resta avaliar". Para o autor, são múltiplas as raízes da economia solidária no subcontinente latino-americano, pois as lutas guardaram especificidades regionais e nacionais diversas, constituindo diferentes configurações de experiências produtivas solidárias. Assim, as conceptualizações também são múltiplas, com diferentes vertentes que confluíram para consolidar experiências "que hoje se reconhecem como parte de um grande movimento social e político, cuja unificação estaria em desejável estágio de construção".

Utilizando os dados de suas pesquisas, Gaiger busca demonstrar as fragilidades, dispersões e multiplicidades de interpretações no "universo" da economia solidária. Para Gaiger as formas como a economia solidária vêm se concretizando e suas próprias particularidades amplas a distanciam das possibilidades de crescerem ao ponto de se sucumbir o modo de produção capitalista.

Há, de acordo com Gaiger (2003), uma questão que precisa ser analisada detalhadamente para pensar o caráter da economia solidária: as inversões que a mesma consegue realizar, mas restritas ao interior dos empreendimentos: a supressão das formas assalariadas pela propriedade coletiva dos meios de produção e a introdução do trabalho associado, baseado em relações democráticas e autogestionárias. Nos empreendimentos predomina três características:

> [...] a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade [...] (2003, p. 191)

Contudo, são formas restritas aos empreendimentos solidários que não se reproduzem de forma mais amplas. Estas questões levam a entender

> os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. Nos dias atuais, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento (GAIGER, 2003, p. 194)

Nesse sentido, Gaiger (2003, 2009a) não vê perspectiva de um crescimento da economia solidária a ponto de ameaçar a economia capitalista, mas, ao contrário, como forma de produção específica dentro do modo de produção capitalista, a economia solidária estaria condicionada às regras gerais do mercado capitalista para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. Gaiger (2003) entende que, no máximo, a economia solidária poderia construir alguma independência relativa em relação ao capital, saindo de uma situação funcional ao mesmo.

> A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital (GAIGER, 2003, p.189).

Por isso, o autor considera que a economia solidária

> [...] refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos (GAIGER, 2009a, pp. 85-86)

Gaiger afirma que há várias questões que devem ser observadas quando se analisam as organizações de economia solidária e cuja aprendizagem vem de suas longas pesquisas junto a esse segmento. A primeira questão se refere à lógica utilizada nas pesquisas sobre a economia solidária: não se pode aplicar a lógica capitalista quando se analisa as possibilidades da economia solidária, pois a "questão de fundo diz respeito às possibilidades contidas na economia solidária para configurar vínculos que não aqueles ditados pelo cálculo utilitário e para materializar um regime singular entre distintos princípios econômicos" (GAIGER, 2008, p. 14). As pesquisas devem ser um esforço de teorização e de formulações de hipóteses, a partir desta singularidade.

A segunda questão se refere ao fato da centralidade do trabalho, sendo inseparável das demais dimensões da vida. Não há uma independência do fator produtivo, pois este se mescla com todas as demais dinâmicas da vida. Para Gaiger (2006, p. 520), essa centralidade do trabalho deriva de duas questões: o trabalho como a razão de ser dessas iniciativas e por ser o principal ou e às vezes o "único recurso propulsor daquelas atividades econômicas, devido essencialmente à fraca e geralmente insuficiente presença de capital e demais fatores produtivos".

Uma última acepção de Gaiger (2009a) refere-se à perspectiva política da economia solidária. Para o autor, na atualidade a economia solidária pode ser lida como uma resistência histórica. As experiências "expressam a impossibilidade e a recusa de viver segundo os preceitos da economia capitalista e nos termos de sua sociabilidade intrínseca; em outras palavras, a negativa de abandonar sistemas de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais, insistindo em resgatá-los ou em agir por sua instauração" (2009a, p. 87).

Pondera-se que, sem desconsiderar o peso importante de outras formulações teóricas, estas nos dão o escopo para a discussão que trataremos a seguir.

CAPÍTULO II

AMÉRICA LATINA: condições sócio-históricas de emergência da economia solidária

A América Latina, historicamente, tem sido berço para inúmeras experiências populares que são gestadas e consolidadas em contextos de "lutas", avanços populares, grandes retrocessos e resistências. Alterando períodos de algum alento de democracia e de violentas ditaturas e golpes parlamentares orquestrados por grandes "pactos das elites[15]", as "lutas" na

[15] Para Emir Sader, da Independência do Brasil, passando pela Primeira República até os nossos dias, a história política, econômica e social no Brasil é marcada por grandes pactos das elites brasileiras com as burguesias dos países ditos desenvolvidos, para salvaguardar os interesses destes. (SADER, Emir. 1999. "Brasil: uma historia de pactos entre elites". In BORON, Atlio (comp.), *Tiempos violentos*. Buenos Aires: Clacso). Recentemente o Impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, demonstra como se dão esses pactos das elites no país.

América Latina construíram, entre tantas outras, as experiências da Teologia da Libertação, da Educação Popular, e, mais recentemente, da economia solidária.

São experiências continentais que extrapolam os limites de cada país e criam particularidades em cada realidade específica, de acordo com os desafios locais. Possuem uma enorme força para fomentar articulações como em nenhum outro continente do mundo. Apontam, portanto, para a necessidade de novos rumos, outros modelos de educação, de produção de conhecimento, diante do que o modelo hegemônico impõe para essa região, tão bem registrado por Galeano (2010, p.17), quando afirma que

> [...] Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. São muito mais altos os impostos que cobram os compradores do que os preços que recebem os vendedores. [...]

Diferentes análises apontam o caráter de resistência e de alternativa dessas experiências, demarcando suas especificidades. Assim também, a economia solidária é assumida, por muitos porta-vozes, como uma dessas experiências de resistência e de construção de alternativas. Nos anos 1990 surgiram diferentes iniciativas de economia solidária em todo o subcontinente[16] latino-americano. No Brasil, foi um movimento expressivo tanto em números quanto em práticas de produção, de comercialização, de finanças solidárias e de educação. Fruto tanto da crise do capital nos anos de 1970-1980, quanto pelo seu processo de reestruturação produtiva nos anos 1990 em diante.

Pochmann (2004, p. 23) identifica que os contextos de crise do capital abrem diferentes possibilidades e, neste caso específico, foi o terreno no qual as experiências alternativas de geração de trabalho e renda avançaram em sua organização interna e em redes, para se constituir enquanto economia solidária, que, segundo o autor, não se configurava dentro das margens de outras economias alternativas existentes anteriormente.

> Em síntese, reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progridem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior

[16] Muitos autores (entre estes Cocciola) tratam a América Latina como subcontinente, não no sentido depreciativo, mas por compreendê-la como uma formação com particularidades que a distingue do continente mais amplo que aquela compõe, neste caso, o Continente Americano. Adotamos aqui, como Cocciola (2014), a nomenclatura subcontinente para tratarmos da América Latina. Não deve ser relacionado subcontinente com subdesenvolvimento. Não há nenhuma relação entre os dois termos. O primeiro se refere a uma questão geográfica. O segundo a uma condição histórica de exploração capitalista.

> do segmento não-organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista (POCHMANN, 2004, p. 23).

Segue-se que, para compreendermos a intencionalidade política pedagógica da economia solidária, será necessário que analisemos o contexto histórico no qual emergiu, cresceu e se consolidou da sua fase embrionária, como ressalta Pochmann (2004), à sua organização atual.

A análise da realidade brasileira não pode ser desvinculada do contexto latino-americano. Primeiro, porque o crescimento da economia solidária, guardadas as devidas especificidades, se dá ao mesmo tempo em toda a América Latina; segundo porque as experiências brasileiras se fortalecem justamente nas articulações com as experiências dos demais países latinos[17], o que possibilitará demarcar a singularidade da construção desta no Brasil e no Maranhão. Para isso, optamos por fazer um recorte histórico tendo como referência as décadas de 1980 e 1990 do século passado e, assim, identificar a conjuntura que influenciou no desenvolvimento da economia solidária. Estes anos finais do século XX, são apontados por pensadores e pensadoras (Gaiger, Lia Tiriba, Euclides Mance, entre outros/as) como o marco do "surgimento" da economia solidária na América Latina, pois a conjuntura socioeconômica e política deram as condições para a emergência de inúmeras experiências que se convencionou chamar, de forma majoritária no Brasil, de economia solidária.

2.1 Industrialização e Mercado de Trabalho na América Latina

O papel e as funções reservadas à América Latina no capitalismo mundial foram traçados desde o século XVI, mas, passa a ser orgânica a partir do século XIX quando acontecem os processos de independência dos países do subcontinente e, com isso, sua incorporação na divisão internacional do trabalho como "países livres". É orgânica porque, como ressalta Marini (2000, p.109), a inserção da América Latina se dá de forma que "as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência." Com isso, os países europeus e, posteriormente, norte-americanos se especializaram nas grandes indústrias enquanto os países latino-americanos

[17] Essas articulações foram possíveis, de forma ampla, durante as realizações dos Fóruns Sociais Mundiais de 2001 a 2003 3 de 2005, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

aprofundavam sua especialização como fornecedores das condições materiais para o pleno desenvolvimento daqueles.

Nesse sentido, a afirmação de Marini (2000) coaduna-se com a leitura de Galeano (2010) da independência política dos países latino-americanos. Para este autor, sem a independência econômica, a emancipação política não modificou as relações colônia-metrópole. "A independência abriu completamente as portas à livre concorrência da indústria já desenvolvida da Europa" (GALEANO, 2010, p. 196), ampliando a situação de dependência latino-americana.

As funções da América Latina no desenvolvimento do capital internacional são mais bem demarcadas entre as décadas de 1950 e 1970, quando o subcontinente é marcado pela implementação tanto do projeto desenvolvimentista[18] quanto pelas ditaduras militares. Os governos militares e aqueles eleitos de forma democrática levaram a cabo o modelo de desenvolvimento ditado a partir de fora. Esse modelo, centrado na indústria, partia do pressuposto de que o subdesenvolvimento era uma etapa do desenvolvimento. Assim, quanto maior o crescimento econômico, maiores seriam as possibilidade do desenvolvimento pleno.

Essa teoria desenvolvimentista foi amplamente difundida em toda a América Latina e no mundo. A ideia de que o desenvolvimento se dá em etapas sucessivas, sendo que o subdesenvolvimento seria superado caso os países aplicassem as políticas econômicas adequadas. Políticas estas orientadas pelos organismos internacionais[19] dos países ditos centrais.

Observa-se que passa a haver em toda a América Latina, neste período, a estruturação produtiva do capital a partir da consolidação pragmática de um processo de industrialização dependente da dinâmica dos países industrializados e centrais do capitalismo. Para Marini (2000) esse desenvolvimento da América Latina e seu rápido crescimento econômico, fazia parte do projeto de expansão do capital. Ainda de acordo com Marini (2000), na superexploração do trabalhador – no aumento da jornada de trabalho, no aumento da

[18] A Teoria do Desenvolvimento foi amplamente assumida e disseminada pela CEPAL. Este pensamento centrava-se num projeto de desenvolvimento econômico para a América Latina impulsionado pela industrialização, tendo no Estado o interventor e propulsor das políticas de desenvolvimento. Para os teóricos desenvolvimentistas, o progresso, a modernidade e a superação de pobreza no subcontinente latino-americano estava diretamente relacionada ao desenvolvimento industrial, como forma de superar o subdesenvolvimento e sair da condição de países exportadores de bens primários, em cujas trocas, no mercado internacional, os países da América Latina perdiam em valores. Para os pensadores da CEPAL, o subdesenvolvimento era uma etapa do desenvolvimento e aquela seria superada pelo processo de industrialização, caminho para alcançar o desenvolvimento pleno. Esta teoria foi criticada tanto pelos intelectuais que aprofundaram os debates sobre o desenvolvimento dependente da América Latina, cuja formulação mais completa foi desenvolvida por intelectuais marxistas.

[19] Entre os organizamos internacionais que maior influência exerceu no desenvolvimento latino–americano, podemos citar o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

intensidade do trabalho e na redução do consumo do trabalhador – tem-se os três mecanismos de compensação, por parte das elites, das perdas com as "trocas desiguais". Estes mecanismos de compensação colocam em risco a própria sobrevivência física do trabalhador. Com isso, o autor defende que foi a inserção da América Latina a novos patamares, na divisão internacional do trabalho, que possibilitou a acumulação capitalista a partir da mais-valia relativa.

> [...] porque a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. Já mencionamos que uma das funções que lhe foi atribuída, no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidade de meios de subsistência. O efeito dessa oferta [...] será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (MARINI, 2000, pp. 115-116).

Na esteira do modelo de desenvolvimento latino-americano, no Brasil, a partir dos anos de 1930, tem início o que Antunes (2006, p. 16) chama de "desenvolvimento hipertardio" do capitalismo, "um verdadeiro processo de acumulação industrial, especialmente a partir do getulismo".

Antunes (2006) analisa como o Brasil, assim como toda a América Latina, foi incorporado a reboque na estruturação capitalista a partir de um processo de industrialização dependente. Para esse autor, o processo de industrialização no Brasil deu três saltos de seu início, em 1930, até o seu auge na década de 1970.

A industrialização no Brasil foi possível a partir da substituição do modelo de importações "uma vez que as formas anteriores de indústria eram prisioneiras de um processo de acumulação que se realizava dentro dos marcos da exportação do café, no qual a indústria tinha papel de apêndice" (ANTUNES, 2006, p. 16). Para Antunes esse foi o primeiro salto que o país deu rumo à industrialização e de um novo patamar de acumulação do capital. Mais dois saltos, de acordo com o autor, foram necessários para o país se afirmar dentro dos padrões de industrialização requerida pelos grandes centros dinâmicos do capitalismo que financiavam a implantação de parques industriais no país.

> De corte fundamentalmente estatal e feição nacionalista, a industrialização brasileira somente deslanchou a partir de 1930 e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek em meados da década de 1950, quando o padrão de acumulação industrial deu seu segundo salto. O terceiro salto foi experimentado a partir do golpe de 1964, quando se aceleraram fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil (ANTUNES, 2006, p. 16).

O desenvolvimento industrial no Brasil caminhou, assim, lado a lado com o endividamento do país junto a credores norte-americanos. O período da ditadura civil militar ampliou enormemente a dívida externa do país e o colocou numa situação de grande dependência de formas e conteúdos de desenvolvimento impostos de fora, atendendo, assim, largamente aos interesses norte-americanos e das elites locais.

É a partir de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, como afirma Antunes (2006, p. 17), que o processo de industrialização do Brasil se consolida, criando as condições para que o padrão de acumulação capitalista tivesse períodos de expansão "com altas taxas de acumulação, entre os quais a fase do milagre econômico" (1968-1973). O país vivia, então, "sob os binômios: ditadura e acumulação, arrocho e expansão".

Uma característica da industrialização no Brasil, mas que é reflexo desse processo na América Latina, é que sua lógica seguia à risca as exigências das economias financiadoras. Mesmo implantando indústrias de bens intermediários, o grande eixo da industrialização brasileira foram os bens de consumo e de produção de matérias-primas para exportação. Assim, as indústrias no Brasil se desenvolveram dependentes da importação de tecnologias (técnicas, insumos, máquinas e mãos de obra especializada).

A ditadura no Brasil (1974-1985), serviu para agilizar os processos de industrialização que interessavam ao capital internacional, aumentando a dívida externa do país e ampliando as desigualdades internas. Não só no Brasil, mas praticamente em toda a América Latina, os regimes militares que foram implantados serviram para aprofundar a dependência e o domínio dos Estados Unidos na região.

Não por coincidência, além do espaço temporal, dos discursos político-econômicos e das postulações da chamada "Doutrina da Segurança Nacional" que conformou uma ideologia centrada na figura do "inimigo público interno", durante os regimes na América Latina, os processos de industrialização desenvolveram-se enormemente, garantindo a prevalência dos interesses norte-americanos, aliado aos interesses de uma burguesia interna em cada país que se utilizava do discurso nacionalista para garantir o projeto de expansão do capital. No entanto,

> [...]o nacionalismo burguês, até o de forte base militar, foi incapaz, inclusive no seu auge das décadas de 1940 e 1950, de quebrar a espinha dorsal da dominação imperialista do continente, assim como de formular um projeto de unidade continental que saísse do papel. Na década de 1930, além do Brasil, vários países latino-americanos suspenderam o serviço de suas dívidas, facilitando o desenvolvimento e a industrialização em alguns desses países. Já no período de 1945 a 1955, a América Latina remeteu ao exterior o equivalente a 10,5% de suas receitas de exportação. De 1950 a 1969 ingressaram na América Latina 20 bilhões de dólares em forma de investimentos e empréstimos. No mesmo período foram remetidos para o exterior 28 bilhões de dólares, sendo a remessa de lucros das companhias estrangeiras a principal responsável. O atraso econômico relativo e a desunião da América Latina foram a

> contra-figura do imperialismo norte-americano, cujo primeiro passo histórico fora o de declarar (com o "corolário Roosevelt" da Doutrina Monroe, de 1904) a América Latina como seu "quintal". Ao longo do século XX as bases do capital imperialista norte-americano foram adquirindo crescentemente um caráter mundial, mas nunca perderam sua base latino-americana, sua verdadeira "plataforma de lançamento" (COGGIOLA, 2014).

A industrialização, mesmo com seus limites – de um processo centralizado em algumas regiões, urbano, dependente e excludente, criou as condições para o que Marcio Pochmann (2004, p. 50) chamou de processo de estruturação de um mercado de trabalho.

> No decorrer dos últimos cinquenta anos puderam-se observar dois movimentos muito distintos no comportamento geral do mercado de trabalho nas economias latino-americanas. O primeiro ocorreu durante as três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando predominou uma tendência de expansão do emprego assalariado regular e regulamentado, ainda que em um quadro geral de heterogeneidade.

Quadro este que apresenta heterogeneidade, mas Pochmann (2002, p. 51) afirma que já se percebe o crescimento das políticas de emprego, marca as fortes contradições que acompanham as políticas de desenvolvimento econômico e de acumulação do capital no subcontinente, e mesmo com as "elevadas e constantes taxas de crescimento econômico, os países latino-americanos também apresentaram quedas dos níveis de subutilização da mão-de-obra. Ainda assim, parte significativa da População Economicamente Ativa permaneceu vinculada ao subemprego". Mesmo com estas contradições, Pochmann afirma um crescimento das taxas de emprego regular em toda a América Latina nas décadas de 1950 a 1973. Para isso, contribuiu

> [...] a maior cobertura dos mecanismos de proteção social e trabalhista e os avanços na organização do mercado de trabalho urbano sinalizaram efeitos positivos do ciclo de desenvolvimento. No período do pós-guerra, a taxa média de crescimento das ocupações não-agrícolas foi superior ao aumento da População Economicamente Ativa. A expansão média anual do emprego formal (com carteira assinada) foi estimulada pela criação de empregos nos setores mais organizados tanto públicos quanto privados (POCHMANN, 2002, p. 50).

No Brasil, de acordo com Pochmann (2004) e Antunes (2006), o ciclo de industrialização tem impacto na formação, pela primeira vez no país, de um mercado de trabalho, pois até esse período

> [...] predominou tão-somente a presença de mercados regionais de trabalho, subsumidos pela dinâmica rural primário-exportadora e imigração de mão-de-obra estrangeira, suficiente para deixar à margem a força de trabalho nacional, sobretudo a população negra. A partir de 1930 e por cinco décadas consecutivas, o Brasil deixou de ser uma grande fazenda produtora de bens primário- exportadores para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo (POCHMANN, 2004, p. 24).

A industrialização no Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, ficou restrita a algumas regiões, sendo mais forte a região sudeste, em detrimento de outras regiões, especialmente Norte e Nordeste e também às políticas voltadas para o trabalho no campo, que continuava, no caso do Nordeste, à mercê dos "coronéis" e oligarquias. Sem as devidas políticas para o trabalho no campo e num contexto que ampliou os conflitos agrários e o avanço do latifúndio, o êxodo rural pode ter tido aí uma de suas principais causas.

Para um país que até então era considerado rural[20], estes processos - de industrialização e de urbanização, de avanço do latifúndio e de desterritorialização de povos de diferentes regiões, principalmente, mas não unicamente, do norte e nordeste, possibilitou o alto padrão de acumulação do capital a partir do desenvolvimento industrial e da exploração do trabalho. No entanto, mesmo com esse quadro, Pochmann analisa que, no Brasil, "[..]predominou uma tendência de expansão do emprego assalariado regular e regulamentado, ainda que em um quadro geral de heterogeneidade" (2004, p. 50).

A estruturação desse mercado de trabalho é, para Pochmann (2004, p.24), resultado do intenso processo tanto da industrialização quanto de urbanização atrelada àquela, especialmente nos anos de 1940 a 1970, mas também contribuiu para isso "uma regulação pública fundada no assalariamento, cuja Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve, desde 1943, papel fundamental na promoção de menor heterogeneidade nas condições e relações de trabalho no país".

Ao trabalhar a estruturação do mercado de trabalho brasileiro, Pochmann e Moretto (2004), identificam dois períodos distintos no funcionamento desse mercado. O primeiro, de 1930 a meados de 1970 quando se dá a sua estruturação, e o segundo, de 1980 a 1990, que marca sua desestruturação. No primeiro período tem-se a expansão do emprego formal, simultaneamente ao crescimento da industrialização e, com isso, a formação de um segmento organizado de trabalho[21]. O segundo período foi marcado pela retração do emprego no contexto da crise capitalista da década de 1970.

[20] Os dados dos Censos Demográficos do IBGE mostram que em 1950 a população urbana brasileira era de 18.782.891 de hab., sendo a taxa de urbanização de 36,1%. Com a urbanização crescente da população brasileira a taxa de urbanização em 1970 era de 55,9%. Em cinquenta anos, entre 1950 e 2000, a população urbana aumentou 633,4% e em 2000 era de 137.755.550 hab., o que corresponde a uma taxa de urbanização de 81,2%. A população urbana aumentou quase três vezes mais do que a população total nesses cinquenta anos. Para este processo contribuiu o intenso êxodo rural e o grande crescimento vegetativo da população. (fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira - http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm)

[21] Seguimos aqui a classificação de Pochmann (2004) que considera a existência de um segmento organizado do trabalho (trabalho regularizado cuja organização sindical é representativo das lutas desse segmento) e um setor não organizado do trabalho (economia informal e a economia solidária).

Quanto ao primeiro momento, para Pochmann (2004), os números do IBGE demonstram essa tendência da estruturação de um mercado nacional de trabalho, enquanto em 1930 a taxa de assalariamento não passava de 20%. Entre 1940 e 1980 há uma inversão dessa tendência, pois durante essas décadas apenas 20% dos postos de trabalho eram de ocupações por conta própria. Assim, a taxa de assalariamento no Brasil, nestas décadas, chega a 66%, sendo que de cada 10 ocupações geradas, 8 eram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato.

O fato de ocupar uma posição economicamente favorável no ranking dos países industriais não se traduziu, no Brasil, numa situação de maior igualdade ou favorável aos trabalhadores e trabalhadoras. Contraditoriamente, tanto se demarcaram as desigualdades entre classes nos centros industrializados e urbanizados, quanto as desigualdades entre regiões industrializadas e aquelas cujo processo de industrialização não existiam ou eram muito incipientes, sendo somente apêndice das cidades industrializadas.

> Com o passar do tempo, apesar de alguns retrocessos políticos e a permanência aguda das desigualdades sociais, a estrutura econômica foi sendo modernizada, com a incorporação de novos segmentos na cadeia produtiva e com a constante geração de maior número de empregos, sobretudo nos setores secundário e terciário (Fajnzylber, 1983; Pinto, 1976; Tavares, 1981). Ainda que não seja possível identificar homogeneidade nas sociedades latino-americanas, não seria insustentável afirmar que no pós–guerra houve avanço no processo de desenvolvimento econômico, apesar da constante heterogeneidade produtiva e social (POCHMANN, 2002, p. 52).

Quanto ao segundo momento, da desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, Pochmann (2004) identifica que a partir da crise que se inicia ainda na década de 1970 tem-se a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho. Na década de 1980 reduz-se a participação relativa de empregos assalariados e acontece o aumento do trabalho no segmento não organizado, ou seja, na economia informal.

Para Kraychete (2000, p. 15) a partir de 1980, "os sucessivos ajustes macroeconômicos voltados para o controle da inflação e das contas externas, repercutiram sobre o mercado de trabalho [...], provocando o desassalariamento e o desemprego".

Nos anos 1990 o fenômeno do desemprego se amplia com a redução dos empregos assalariados e a ampliação dos trabalhos por conta própria. "Neste período, para cada 10 ocupações geradas, apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração" (KRAYCHETE, 2000, p. 15). Essa situação de desemprego é ampliada com o projeto de reestruturação do capital construído objetivamente a partir das políticas de reajuste estrutural, impostas pelo reordenamento do capitalismo em escala mundial à mercê da globalização da economia, guiada por seu arcabouço teórico, o neoliberalismo. A

ideologia neoliberal já estava, nas décadas de 80 e 90 do século passado, num estágio avançado nos países das economias centrais e as eleições dos governos conservadores de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos aceleraram os processos de reestruturação baseado numa lógica inversa daquela em andamento até então (CARCANHOLO, et al, 2002)

Na ordem neoliberal, no campo da reestruturação produtiva do capital, o fordismo cedia lugar para o toyotismo e, com isso, novas formas flexíveis de acumulação e um forte avanço tecnológico que possibilitou a redução drástica do número de trabalhadores, a intensificação das jornadas de trabalho resultando numa superexploração "da classe que vive do trabalho" (ANTUNES. 2006).

> Essa reestruturação do capital impôs, em escala mundial, técnicas de gestão e inovações tecnológicas totalmente diversas das anteriores, que criando as condições para o "enxugamento da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho" (idem, p.. 19)

Segue-se que com essa nova estrutura foi sendo desenhada a reestruturação do capital, guiada por uma lógica de redução da força do trabalho a algo descartável, visto que o Estado implementava políticas, programas e medidas que inseria trabalhadores e trabalhadoras, sem nenhuma proteção, no jogo concorrencial das grandes empresas.

> É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo "mundo empresarial", são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo. (ANTUNES, 2000, p. 35)

No Brasil, como de resto em toda a América Latina, a forte estagnação econômica da década de 1980, a crise da dívida externa, a alta dos juros e da inflação imergiu o país numa crise sem precedentes na sua história. Nesta situação, em um pacto das elites internas com as forças econômicas e políticas dos países ditos centrais para salvaguardarem seus interesses, o programa neoliberal foi implementado sustentando a inserção marginal da América Latina na nova divisão internacional do trabalho (Pochmann, 2004).

Num contexto ainda de ditadura militar ou ensaiando os passos da redemocratização, a maioria dos governos dos países latino-americanos adotou, sem questionamentos, o programa neoliberal para reorganizar suas economias. A situação histórica de dependência, a dívida externa e a falta de um projeto próprio no subcontinente foram forças que agiram contra a América Latina na sua relação com os países avançados do núcleo capitalista.

> A pressão internacional para implementação do receituário neoliberal não principiou na Rodada Uruguai do GAFT. Esta última faz parte de um processo mais amplo

> iniciado antes. É característica dos anos 80, desde o princípio, a imposição de programa de ajuste do tipo FMI, baseada no fato de que os países com pesada dívida externa não tinham muita alternativa. Ou aceitavam a imposição desses ajustes e conseguiam o refinanciamento de suas dívidas, ou então assumiam que não tinham condições de pagar a dívida. Esses programas de ajustes diagnosticavam o excesso de demanda interna como a causa da inflação e dos desequilíbrios externos. Portanto, o ajuste deveria ser feito pelo estabelecimento de limites para a expansão (e até da contração) do crédito interno, o que aumentaria a taxa de juros, diminuiria a demanda interna e proporcionaria a entrada de recursos externos. Os déficits públicos também deveriam ser combatidos, pois, além de aumentar a demanda interna, contribuiriam para a ineficiência do sistema econômico. (CARCANHOLO, 2002, p. 24)

Estas "recomendações", para garantir a eficiência econômica e restabelecer os padrões de acumulação do capital, ficaram explícitas no Consenso de Washington, cujo objetivo foi a ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina e, com isso, garantir a globalização da economia a favor da acumulação do capital dos países ditos centrais. As ideias expostas neste encontro foram tidas como um "receituário" que deviam ser assumidas pelos países latino-americanos e impostas como condição necessária para a concessão de novos empréstimos e para a cooperação econômica. Instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) apresentavam o neoliberalismo como uma cartilha a ser seguida em seu conjunto. Assim, fortaleciam o projeto de globalização da economia: elevação de impostos, juros altos e privatizações nos países da América Latina, favorecendo amplos setores privados externos, as elites locais em cada país e os interesses norte-americanos no subcontinente.

"Encontro com Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá"[22], documentário do cineasta brasileiro Sílvio Tendler (2002) acompanha alguns eventos que mostram o que foi, para a classe trabalhadora dos países da América Latina, a adoção das medidas neoliberais para recuperação da taxa de lucratividade do capital. Neste documentário, a globalização é analisada a partir de três vertentes: a globalização como é posta, a globalização como perversidade e o mundo por outra globalização.

O documentário faz uma leitura da implementação das políticas neoliberais a partir dos movimentos de resistência e das contradições, em todo o continente: a dolarização da economia no Equador e as resistências populares; a privatização da água na Bolívia e a revolta popular que provocou a desprivatização; o quadro de falência da economia Argentina com a abertura do mercado: a falência de fábricas, a situação de desemprego em massa da classe trabalhadora e a resistência popular na Praça de Maio. No Brasil, as privatizações promovidas

[22] O documentário discute os problemas causados pela globalização a partir da visão dos países periféricos e das periferias destes países. A leitura é feita pela perspectiva do geógrafo Milton Santos e de sua obra: Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.

pelo governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), o desemprego em massa e as manifestações isoladas. E em toda a América Latina um enorme retrocesso nas políticas de proteção social, de educação, de saúde. Juntou-se a isso as privatizações das empresas estatais e a transferência, para o setor privado, de grandes parcelas de investimentos públicos para o desenvolvimento de programas e projetos assistenciais.

Tendler (2002), em seu documentário trabalha com a ideia da existência de dois mundos e da enorme desigualdade entre estes: Norte e Sul, onde ao norte encontram-se os países desenvolvidos e ao sul do globo os países subdesenvolvidos ou países de terceiro mundo, na dicotomização que está subjacente ao projeto imperialista e ao imperativo do desenvolvimento capitalista como discutido no capítulo I. Com essa lógica, as políticas neoliberais colocadas em curso na América Latina foram dirigidas para garantir que cada país do subcontinente se tornasse permeável à globalização. A integração latino-americana na lógica econômica internacional foi subordinada a essa estratégia que favorecia a inserção de capitais estrangeiros na região e com isso uma transnacionalização da economia.

No Brasil, os processos de reestruturação do capital não foram sentidos com força na década de 1980. Neste período, tem início o processo de reestruturação produtiva na substituição do modelo de acumulação centrado no fordismo/taylorismo. Assim, na análise Antunes (2006), na década de 80, quanto ao processo do avanço neoliberal, o que se tinha era "uma tendência limitada e seletiva", mas "foi especialmente a partir da década de 1990, inicialmente com Collor e depois com FHC, que ele se ampliou sobremaneira" (ANTUNES, 2006, p. 20).

A aplicação do receituário neoliberal fez com que todos os ramos de produção são impactados. Maior controle do trabalho, flexibilização, desregulamentação, menor demanda da força de trabalho e maior qualificação e polivalência do trabalhador são algumas das transformações no mundo do trabalho nesse período que, de acordo com Antunes (2006), permitiu a intensificação da exploração sobre a força de trabalho. A classe trabalhadora permaneceu no mercado através de atividades precárias ou sofreu um processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, principalmente dos postos formais e estáveis. A situação de desemprego estrutural resulta, segundo Pochmann (2006, p. 60), na "inclusão do Brasil no bloco dos quatro países com maior volume de desempregados".

> Até o final da década de 1980, conforme as estatísticas oficiais, o desemprego era relativamente baixo no Brasil. A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e procurando um posto de trabalho ganhou forte relevância, em paralelo com qualquer período de tempo anterior (POCHMANN, 2006, p. 61).

As regras do Consenso de Washington foram levadas a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso -FHC (1995-2002). Naqueles tempos quem ousasse contrapor-se a tal pensamento era considerado, como nos lembra Carcanholo (2002, p. 15), "daquilo que o presidente FHC denominou sabiamente de ''neobobismo''. Analisando o quadro da posição dos considerados intelectuais brasileiros, Netto (1995) afirma que a ideário neoliberal conseguiu arrastar muitos para sua causa, inclusive alguns que no passado construíram sua trajetória intelectual denunciando a situação de dependência da América Latina. Para Netto (1995, p. 34) "[...] a todo instante vemos figuras desdizendo hoje o que afirmavam ontem, e certamente os veremos desdizer amanhã as suas verdades de agora [...]".

O neoliberalismo, seguindo o velho discurso do desenvolvimento e do progresso, "como a concepção capaz de orientar políticas destinadas a superar as mazelas do atraso e permitir alcançar as vantagens da globalização, o progresso e a modernidade" (CARCANHOLO, 2002, p. 82), favoreceu um ambiente totalmente adverso para a classe trabalhadora: desemprego, superxploração dos empregados e desesperança dos excluídos. Na América Latina, as políticas neoliberais e a globalização da economia ampliou o fosso das desigualdades sociais, constituindo o que Carcanholo (2002, p. 8) chamou "a tragédia do nosso tempo". Seja como for e "onde for que elas se instaurem, surge ou cresce a miséria, a degradação econômica, a desesperança, a apatia e o desespero".

É neste contexto de desemprego, subemprego, marginalização e segregação de grandes regiões, das duas últimas décadas do século XX, que emergem e se desenvolvem diferentes iniciativas que, para Pochmann (2004), foram os embriões do que hoje se denomina economia solidária.

2.2 As Resistências: Educação Popular, as lutas revolucionárias latino-americanas e algumas conexões com a economia solidária

As "lutas" de resistências nos países latino-americanos como narra Galeano (2010), fazem a história na América Latina. A leitura – de forma sintética, feita acima dos processos de desenvolvimento da América Latina seria incompleta se silenciássemos as "lutas" contra a hegemonia do capital e, com isso, anti-imperialistas. Galeano (2010), faz referência, entre outras: no Peru, as "lutas" dos descendentes dos incas liderados por Túpac Amaru; dos negros e negras no Brasil; a revolução mexicana liderada por Zapata e, mais recentemente, as revoluções de Cuba, em 1959, e da Nicarágua, nas décadas de 60 a 70 do século pssado.

Nesse sentido, as "lutas" das décadas de 50 até 70 são expressões tanto das desigualdades e da exploração, quanto do crescimento de um pensamento sobre a América Latina a partir do próprio continente. Pensamento este enriquecido com as leituras marxistas reavivada naqueles tempos, especialmente após a revolução cubana e analisada a partir de cada realidade. Juntou-se a isso o avanço de um pensamento social e filosófico sobre a América Latina que, não nasce nestas décadas, mas, nos atrevemos a inferir que tais décadas deram maior visibilidade às obras de José Carlos Mariátegui (Peru, 1894-1930), José Martín (Cuba, 1853-1895) Leopoldo Zea (México, 1912 - 2004), Franz Fanon (Caribe, 1925-1961), entre outros. Estes pensadores jogam por terra as dúvidas sobre a inexistência de um pensamento filosófico próprio na América Latina como afirmava Bondy (1968). A "impressão" da falta de um pensamento original latino-americano ressaltava, como denunciou Dussel (1984, p. 17), a invisibilidade, até aqueles tempos, "de uma história escrita da cultura latino-americana[23]".

Dussel (1984), citando Leopoldo Zea e sua obra *América en la história*, lembra que este autor afirmava que a dúvida sobre a originalidade no pensamento da América Latina repousava justamente no fato da "América está fora da história". O que, para Dussel, significava o desafio de encontrar o lugar da América Latina na história, de construir uma historicidade autêntica, crítica e dialética.

> Talvez a única maneira de enveredar pela crítica de uma historicidade autêntica, de historificar aquilo que temos à mão, deva ser empreender novamente uma tarefa de autoconsciência histórica [...] Temos que enfrentar criticamente tudo o que nos é dado "junto" e já "coordenado" como para despedaçá-lo, para que detrás dele apareça o oculto [...] (DUSSEL, 1984, p. 17).

Podemos afirmar que foi este desafio de uma historicidade autêntica, da crítica do que era "dado" e de uma autoconsciência coletiva em expansão, que animou os diferentes movimentos populares na América Latina. Estes questionavam o "modelo" de desenvolvimento pronto e coordenado que era "oferecido" para a América Latina.

O Movimento 26 de Julho em Cuba; a Frente de Libertação Nacional na Nicarágua e ainda, a Ação Católica, a Juventude Operária Católica (JOC) que se espalhou por diferentes países latino-americanos, o Movimento Operário (MOSAN), fundado por antigos membros da JOC, a Cruzada Nacional de Alfabetização; a Frente de Acción Popular (FRAP), que constituíram a Unidade Popular no Chile; as cooperativas agrárias na Guatemala; e por toda a América Latina, a Teologia da Libertação. Estes são exemplos de movimentos, cuja relevância

[23] DUSSEL, Enrique D. **Caminhos de libertação latino-americana.** Volume I: Interpretação histórico-teológica. Trad. José Carlos Barcellos, Hugo Toschi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984

é destacada por Dussel (1984) e que foram gestados e\ou se consolidaram e ampliaram suas ações nestas décadas.

São movimentos heterogêneos, com estratégias de lutas diferentes, mas têm em comum, como afirma Paludo (2015), o ideal da libertação da América Latina e de empoderamento das massas populares.

> O que parece se constituir na América Latina, nesse período, é um movimento político e sociocultural mais amplo, mediado por recursos financeiros que vinham de entidades de cooperação internacional, por instituições como a Igreja, partidos políticos, Centros de Educação Popular e escolas de formação de abrangência local, regional, nacional e latino-americana; assim como por intelectuais, ativistas, religiosos e lideranças que acabaram por conformar campos de forças políticas e culturais, não-homogêneos porque constituído por ênfases e tendências diferenciadas, mas contra-hegemônicos, com níveis diferenciados de radicalidade, e orientados por utopias da transformação social. (PALUDO, 2015, p. 226)

Paludo (2015, p. 226) identifica que é por dentro destes e de tantos outros movimentos que vai sendo gestado o "Movimento de Educação Popular[24]", o qual se consolida nos processos de lutas populares daquelas décadas, na direção da construção de um campo popular[25], em vista de constituir o "poder popular". A Educação Popular "cumpria um forte papel de ação cultural no interior do campo e para além dele, constituindo-se em mediação entre a realidade objetiva e o projeto de futuro em construção".

As cooperativas agrárias e outras iniciativas de trabalho e militância em favor da "causa" de "libertação latino-americana", somavam-se à "luta" uma perspectiva de garantir as condições de sobrevivência numa lógica diversa daquela imposta pelo desenvolvimento em curso. São essas experiências de produção coletiva, de trabalho associado desafiando a lógica individualista no contexto latino-americano que Razeto (1993) e outros/as pesquisadores/as observam e sobre as quais iniciam o trabalho de teorização do qual emerge a ideia de uma economia pautada pela solidariedade.

Essas "alternativas" criadas na América Latina reivindicavam o direito à continuidade histórica de suas práticas e saberes e desejavam romper com a lógica capitalista, por isso

[24] Assumimos aqui a perspectiva de Brandão (1995, pp. 31-32), a de que [...] educação popular tem sido o espaço mais intensamente motivado da educação subverter-se a si mesma, seja por estabelecer diferentes formas de aliança com unidades populares de trabalho político ou social, seja por resistir diferencialmente a tornar-se uma modalidade rotineira e consagrada de exercício pedagógico. Seja ainda, porque atualizada [...] a educação popular continua a ser o imaginário dos limites da educação. Ela almeja ser a possibilidade prática da crítica dos sistemas dominantes e institucionalmente consagrados [...], Para nós, relaciona-se com as práticas educativas problematizadoras, em sentido freireano, que acontecem no interior dos movimentos populares e sociais e que constroem, com os sujeitos das práticas sociais, os conhecimentos que possibilitam seu protagonismo histórico.

[25] O Campo Popular decorre de um pressuposto de análise da realidade que compreende a sua dinâmica como sendo posta em movimento pela inter-relação entre uma quantidade significativa de forças que são políticas e culturais e se articulam conformando campos sociais, que sempre guardam relação com a esfera da economia. Estes campos possuem "visões sociais de mundo" que orientam tanto as teorizações da realidade, quanto as ações. (PALUDO, 2015, p.46)

aliavam às atividades produtivas um processo de ruptura com objetivos, política, mecanismos e ferramentas que impõem a "reedição caricaturizada do estilo de vida ocidental" (ACOSTA, 2011, p. 117).

No Brasil, o projeto desenvolvimentista, nas décadas de 50 e 60 do século passado, aprofundou, no campo das relações exteriores, a situação de dependência do país. Internamente, as situações de exclusão e desigualdades sociais eram marcantes. Aprofundou-se o fosso entre os que mais tinham e aqueles que muito pouco ou nada tinham. Para Bezerra (1980, p.26), nesta conjuntura, emergem movimentos populares que tinham como características uma organicidade e objetivos diferentes dos movimentos que os antecederam. Tais movimentos se "propunham a despertar as energias populares pelo desvendamento dos conflitos sociais e pelo reconhecimento das tensões existentes em nome da construção de uma força de pressão suficiente para mudar as condições sociais postas". Eram movimentos organizados com a participação das esquerdas marxistas e de alas progressistas da Igreja Católica e se lançaram no campo da educação, tendo pautas que gravitavam da superação do "transplante cultural" a mudanças estruturais na sociedade.

Os anos 1950 e 1960 ainda são referenciais para a educação popular. Brandão (2002) interpreta esse período da educação popular como "fértil, difuso e de uma intensa militância política através da educação" que difunda "um múltiplo projeto pedagógica de uma ***educação liberadora, libertadora, depois popular"*** (p. 149, grifos do autor).

O nome de Paulo Freire foi o que mais se vinculou à ideia de educação popular. Sua trajetória pode ser interpretada como práxis que tem na origem a "opção pelos pobres", elemento marcante da teologia da libertação, que se transforma na pedagogia do oprimido, numa síntese de elementos filosóficos do cristianismo na sua vertente libertadora e do marxismo presentes nas temáticas que atravessaram o debate naqueles tempos: trabalho, pressão e a luta pela libertação, a alienação e a autonomia, etc.

Nesse sentido, tais inspirações consolidaram em: Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs), o Movimento de Educação de Base (MEB), a forte atuação das Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's) animadas pela Teologia da Libertação, a campanha "De pé no chão também se aprende a ler", o fortalecimentos das lutas estudantis e operárias[26]. No campo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master)[27].

[26] PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adulto**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973

[27] **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo, Expressão Popular, 2001.

Os movimentos urbanos dedicaram-se ao trabalho com a população adulta das grandes cidades, visto que esses centros urbanos passavam por rápidas transformações pelos processos de industrialização e pelo êxodo rural. Todos aqueles movimentos viam nas ações educativas e culturais um caminho para a conscientização das massas populares e se dedicaram ao trabalho educativo, especialmente com a população adulta analfabeta. As ações educativas que estes movimentos desejavam construir, eram comprometidas com o fortalecimento da consciência de classe e de poder popular, para que as massas populares, organizadas, assumissem, com lucidez, seu papel de sujeitos históricos, portanto, só poderia ser uma educação popular.

Na década de 70, no contexto da ditadura, algumas organizações desenvolveram trabalhos de educação popular, aliando a este a preocupação com a geração de alternativas de trabalho coletivo por todo o Brasil, a exemplo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional –FASE que atuou em comunidades rurais com o objetivo de fortalecer as práticas produtivas e aliaram, a isso, um processo de reflexão sobre as condições que geravam as situações de extremas desigualdades. A FASE, fundada em 1961 "desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo"[28]

No Maranhão, a FASE desenvolveu diversos projetos para fortalecer a agricultura familiar: hortas e roças comunitárias e criação de pequenos animais. Com estes projetos, animava também uma ação educativa com os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ações de educação popular que associavam as ações educativas a práticas de trabalho coletivo, a exemplo das cooperativas agrárias na Guatemala, se desenvolviam, na mesma década, em muitos países da América Latina. Em termos de articulações latino-americanas é interessante ressaltar o papel da Associação Internacional de Educação Comunitária – Regional América Latina – ICEA, fundada em 1974, que tem como objetivo "incentivar e promover iniciativas que associem educação e economia popular. Reúne pessoas que trabalham em comunidades locais e movimentos populares" (GADOTTI, 1993, p. 7-8). O ICEA promove a prática e o conceito de educação popular associado à conscientização, organização e produção.

A maioria destes movimentos populares, em toda a América Latina, foi reprimida pelas ditaduras militares nas décadas de 1960 a 1980. Tentaram organizar a resistência, por diferentes estratégias, na clandestinidade, durante o período de ferro das ditaduras, mas esta ressurge nas décadas de 80 e 90 do século passado, nos processos de redemocratização, numa nova

[28] Informações colhidas por telefone em conversas com o setor de comunicação da FASE e no site da organização: http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/

conjuntura. A herança do desenvolvimento dependente, baseado unicamente no crescimento econômico, no endividamento e na superexploração do trabalho é a de uma das piores crises história do continente e com um dos maiores índices de desigualdade social[29].

No contexto de desemprego daquelas décadas, cresce, em toda a América Latina, as formas alternativas de trabalho para garantir alguma renda e com isso a sobrevivência de parcelas cada vez maiores da população que se encontravam fora do mercado de trabalho. Portanto, há um acentuado crescimento do que se convencionou chamar inicialmente de setor informal/economia informal em contraposição ao setor formal de trabalho.

As "experiências de resistência" e "construção de alternativas" das décadas de 50 a 70 ressurgem renovados na conjuntura da redemocratização do país. Novos movimentos populares e organizações sociais são criados e buscam responder aos desafios das políticas neoliberais. Essas experiências nasciam na conjuntura criada com a reestruturação do capital naquelas décadas, provocando o que Pochmann (2004) chamou de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, já discutido anteriormente.

As altas taxas de desemprego no Brasil, a urbanização crescente, a precarização do trabalho e o abandono das políticas sociais criaram as condições que ampliaram a economia informal e a partir da qual emergiu diferentes experiências de trabalho que trouxeram, na sua formulação, de acordo com estudos do período, uma lógica inversa à do capital, inserindo-se na lógica de uma economia da solidariedade, como defendia Razeto (1993).

Quando as ideias de Razeto adquiriram visibilidade no Brasil, já se tinha em gestação inúmeras experiências de geração de trabalho e renda e de projetos coletivos de produção voltados para a subsistência e que se tornaram experiências cujas práticas estão na emergência da economia solidária no Brasil.

[29] De acordo com o documento da ONU (1985): "La pobreza en America Latina: dimensiones y políticas", o Brasil, em 1970, (ainda na fase do "milagre econômico"), tinha 46,7 milhões de pessoas numa situação de pobreza, perfazendo 49% da população. Esse contingente cresceu em números absolutos, em 1980, para 52,6 milhões de pessoas, que representavam 43% do total da população. Em termos de comparação, na década de 1980, de acordo com o documento, a situação de pobreza no Brasil somente é superada por Honduras e pelo Peru, igualando-se à Colômbia.

CAPÍTULO III
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária, conforme relata Gohn (2011), se insere nas novas formas organizativas, que se articulam em torno de uma "causa" e adotam a organização em fóruns, que, institucionalizados, empreendem uma luta por políticas públicas específicas, a fim de manter uma articulação estratégica com o poder público.

> A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los (GOHN, 2011, p. 342).

O processo de redemocratização foi o contexto no qual se visibilizou "demandas" específicas de grupos específicos, a exemplo da moradia, identidades étnicas, transporte, etc, Essas demandas para serem relevantes precisavam estar socialmente legitimadas, aparecendo como "problemas sociais". Em consonância com Lenoir (1998, p. 95), a emergência de temáticas socialmente legítimas resulta de duas séries de fatores:

> das transformações que afetam a vida cotidiana dos indivíduos na sequência de diversas reviravoltas sociais cujos efeitos diferem segundo os grupos sociais; no entanto, essas condições objetivas apenas dão origem a um problema social quando este chega a receber uma formulação pública. Tal fenômeno remete a segunda série de fatores (trabalho de evocação, de imposição e de legitimação (...) Resta uma terceira fase: o processo de institucionalização que tende a imobilizar e fixar as categorias segundo as quais o problema foi colocado e resolvido ao ponto de torná-las evidentes para todos.

A ocorrência de "problemas sociais" advém de um processo amplo, abarcando uma série de fatores com diferentes fases: a construção de um determinado discurso afirmativo e distintivo e as representações que este suscita, pois se relaciona tanto às condições objetivas que afetam as pessoas quanto à capacidade de seus porta-vozes. A esses fatores também se relacionou capacidade de mobilização destes porta-vozes em promover e envolver diferentes segmentos sociais em debates, encontros, manifestações que passaram a reproduzir e amplificar esses discursos. A consagração a "problema" social fecha o círculo com o reconhecimento estatal e, com isso, o estabelecimento de determinadas condições materiais (instituições estatais, aporte econômico à operacionalização de políticas específicas para o setor, entre outros) para construir soluções. A elaboração dessas soluções, a depender da conjuntura, poderá reunir os porta-vozes detentores dos discursos e "especialistas" estatais ou não.

Partindo dessas orientações, os objetivos deste capítulo se dirigem a delinear condicionantes econômicos, políticos, sociais e culturais da emergência da economia solidária no Brasil e de forma específica no Maranhão, uma temática tida como relevante e que mobilizou amplos setores sociais: universidades, Igrejas, diferentes organizações sociais, etc. O plano mais geral desses aspectos no Brasil permitirá entender, em termos processuais, o alcance que estas ideias tiveram para a mobilização coletiva no Maranhão, incluindo aí um significativo conjunto de elos criados por agentes politicamente articulados.

Para entender a especificidade desse fenômeno, discutiremos sua trajetória, sua organização política e sua relação com o Estado, envolvendo uma variedade de agentes num trabalho de importação e redefinição de categorias discursivas.

3.1 Antecedentes da Economia Solidária

> O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. [...] De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida (POCHMANN, 2004, pp. 24-25).

Pochmann (2004) faz referência a dois elementos que o contexto das décadas de 80 e 90 reuniu e que pode ter relação com o avanço da Economia Solidária: um grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores sem trabalho e sem expectativa e, diante daquele quadro das políticas neoliberais, a atuação comprometida de pessoas e organizações diversas que, de

acordo com seus porta-vozes eram, "interpelados por um sentimento de missão pastoral", de "humanidade" e/ou de "militância política", desenvolveram diferentes ações para dar respostas àquela situação das/os trabalhadoras/trabalhadores. Com isso, o desejo de construir alternativas contra a ideologia neoliberal e o crescimento da hegemonia do mercado capitalista.

Seguindo a lógica de Pochmann (2004), identificamos, ainda nos anos 1980, algumas experiências que podem ser consideradas como aquela fase embrionária da economia solidária no Brasil. Uma experiência significativa desse período foram os Projetos Alternativos Comunitários, animados pela Cáritas Brasileira[30].

Os primeiros projetos executados pela Cáritas datam nos anos iniciais da década de 80, ainda sob o regime militar. A Cáritas define o caráter desses projetos como alternativas para geração de trabalho e renda e como apoio à organização comunitária.

> Os PACs nascem de diferentes maneiras, sempre de acordo com a realidade de cada lugar, tendo em vista o fortalecimento das organizações e grupos comunitários. Eles existem para fortalecer as iniciativas comunitárias, voltadas para o campo de produção, comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água e formação sócio-política e cultural das comunidades (Sistematização da Cáritas Regional Piauí). (CÁRITAS, 2003, pp. 14-15)

Os projetos foram desenvolvidos priorizando comunidades rurais e regiões com altos índices de segregação, incluindo aí algumas cidades do Nordeste. No Maranhão, dados da Cáritas (2003) apontam que os Projetos Alternativos Comunitários – PACs abrangeram, geograficamente, "62 municípios integrantes de 10 das 12 Dioceses do Estado do Maranhão: Bacabal, Balsas, Brejo, Caxias, Coroatá, Imperatriz, Pinheiro, São Luís, Viana e Zé Doca" (CÁRITAS, 2003, p. 32).

Os Projetos Alternativos Comunitários – PACs, de acordo com seus porta-vozes, apresentavam dois objetivos macros: 1- gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária e, 2- fortalecer os setores populares para lutarem pelas mudanças sociais que contribuíssem para construção de outras perspectivas de vida e de desenvolvimento. Para alcançar esses objetivos, as formas e o conteúdo destes projetos deveriam apontar para um processo continuado de educação popular visando fortalecer a organização e as lutas das comunidades onde os projetos eram desenvolvidos.

> A organização social e política são um fator fundamental para a viabilização dos PACs. (...) Além de ser fator de êxito dos PACs, os aspectos políticos e organizativos são também uns de seus principais resultados: 'do seu caráter alternativo se postulam alterações objetivas no cotidiano do trabalhador e da trabalhadora, mas também se espera que os PACs cumpram um papel importante na criação e viabilização de

[30] A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. (http://caritas.org.br/)

> espaços coletivos de mobilização, organização e vivência comunitária.' (...) ...os PACs têm sido instrumentos de fortalecimento das práticas alternativas de solidariedade. (...) Tem-se por conseqüência o fortalecimento de organizações e o aumento do envolvimento nas lutas sóciopolíticas. São vários os exemplos dos PACs como instrumentos que reforçam a resistência e a fixação à terra na luta pela reforma agrária. (CÁRITAS, 2003, p. 58)

A superação das práticas assistencialistas se colocava no horizonte dos projetos da Cáritas. No entanto, para seus porta-vozes, a execução dos PACs em regiões que concentravam altos índices de pobreza "também tinham um viés assistencial a fim de atender a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas dos sistemas convencionais e do mercado capitalista" (CÁRITAS, 2003, p. 15). Fazia parte então cuidar da viabilidade econômica dessas iniciativas e, para a Cáritas, aquilo só era possível desde que conjugado com um amplo processo de educação.

> [...] dois critérios estão presentes na definição dos destinatários dos PACs: a situação de exclusão na qual se encontram e a mínima capacidade organizativa dos mesmos. Os dois critérios devem ser combinados como fatores de viabilidade dos PACs: enquanto o primeiro é amplo, o segundo é restritivo. Um desafio é superar o assistencialismo, fortalecendo a ênfase no aspecto solidário (lutas sociais e processo educativo). O outro desafio é de como combinar a solidariedade com a viabilidade econômica dos projetos produtivos, atuando com grupos em processo de exclusão. (idem, 37-38)

Ao analisar as fontes de financiamento dos Projetos Alternativos Comunitários -PACs identificamos contradições com o discurso de autonomia dos porta-vozes destes projetos. Primeiro, a existência dos PACs e sua dinamização foi possível com a utilização de recursos de entidades de cooperação internacional ligadas à Igreja, mas também foram "financiados por organismos multilaterais como o Banco Mundial, o UNICEF e a FAO" (idem, p. 14).

Criado para garantir e proteger a expansão do capital, o Banco Mundial é uma instituição que compõe um conjunto de agências (FMI, BIRD, OMC, ONU, etc.). Logo, entendemos que a contradição reside, entre outros fatores, em construir uma situação de autonomia com recursos que advêm de fontes que, historicamente, intervêm nos ditos países subdesenvolvidos, em nome do imperialismo norte-americano. Basta, para isso, fazer memória, entre outras, da atuação do Banco Mundial nas reformas educacionais da década de 90, na conjuntura dos ajustes macroeconômicos, impondo diretrizes que obrigavam a redução das verbas públicas destinadas à educação pública, a privatização do ensino superior e, assim, a mercantilização da educação, favorecendo amplos setores privados. Da mesma forma, atuou para que a cartilha do Consenso de Washington fosse aplicada de forma integral.

O Banco Mundial, assim como as demais agências multilaterais, age de forma coercitiva e ideológica, utilizando-se para isso de um aparato econômico para firmar e conservar as alianças necessárias que garantem, de "forma pacífica", a dominação na América Latina e noutras regiões "em desenvolvimento", sempre baseada naquela dicotomia que consolida o projeto imperialista dos Estados Unidos. Portanto, é no mínimo desafiador compreender como a utilização de recursos advindos de tal órgão, poderia contribuir para a construção de alternativas relativamente autônomas e independentes. Ou que o repasse desses recursos aconteceu sem nenhuma "orientação" mais profunda quanto aos objetivos e percursos daquelas experiências da Cáritas. Além disso, questionamos até onde a utilização desses recursos legitima a própria dominação que organismos como o Banco Mundial, existe e atua para preservar.

Contraditoriamente, os Projetos Alternativos Comunitários, ao reunir aspectos produtivos, de viabilidade econômica, de trabalho e de práticas educativas se inserem como experiências que consideramos antecedentes da economia solidária na forma como se organiza na atualidade. Nesse sentido, podem ser tomadas como um dos pontos de onde é possível fazer a leitura tanto da construção da economia solidária, quanto da sua intencionalidade político-pedagógica.

Assim, para além da Cáritas e dos Projetos Alternativos Comunitários - PACs, diferentes organizações e projetos alternativos surgiram nas décadas de 80 e 90 e formavam os primeiros desenhos da economia solidária. Diferentes pastorais sociais e outras organizações humanitárias criaram alternativas de trabalho e renda, especialmente pós-ditadura civil militar. Algumas destas organizações agiram com um sentido mais estreito, com um viés unicamente assistencialista. Outras atuavam no sentido de fortalecer organizações que construíssem práticas e um pensamento antineoliberal. Compreender essa distinção que se tem desde a emergência da economia solidária é relevante para analisar as intencionalidades de suas práticas.

Os Projetos Alternativos Comunitários – PACs e outras experiências permaneceram desarticuladas nos anos 1980, mas conseguiram despertar o interesse de diferentes organizações e intelectuais. Podemos afirmar que a ação destes agentes é intensificada a partir dos anos 1990 e se reflete tanto na incipiência das pesquisas neste campo quanto na criação de organizações que passaram a atuar diretamente com os chamados grupos de economia solidária, sendo, algumas destas, criadas com o claro intuito de fomentar novos grupos. Essas organizações, posteriormente chamadas de entidades de apoio, agiram para provocar a articulação que a economia solidária adquire a partir dos anos 2000.

Constituem exemplos dessas organizações criadas por trabalhadoras e trabalhadores, por intelectuais e por universidades e, muitas vezes, pela junção de todos:

- A Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG: criada em 1994, com o objetivo de assessorar, apoiar e fomentar empresas recuperadas por trabalhadores e trabalhadoras. As políticas neoliberais levaram à falência dezenas de empresas nos anos 1980/1990 e diante da ameaça do desemprego trabalhadores e trabalhadoras de muitas dessas empresas assumiram a massa falida, constituindo cooperativas de produção autogestionárias. A experiência que disseminou essas ações e possibilitou a criação da ANTEAG se deu com a recuperação da fábrica de sapatos Makerli[31] por seus/suas 450 trabalhadores e trabalhadoras que contou com o apoio do DIEESE[32]. Para os porta-vozes da ANTEAG, há dois elementos que a diferencia do cooperativismo tradicional: a ênfase na educação autogestionária de todos os associados e as associadas e o fato de suas intervenções serem diretamente em empresas e indústrias falidas. A ANTEAG, posteriormente, passa a integrar o movimento latino-americano de fábricas recuperadas.
- Em 1995 foi criada a ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares pela coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sua criação se deve tanto pela preocupação com o quadro de desemprego e com a inclusão econômica de setores excluídos, quanto pela percepção de pesquisadores/as, pois as experiências que emergiam, naquele período, baseadas numa lógica da solidariedade, demandavam outra base tecnológica para se fortalecerem e se consolidarem. Torna-se uma experiência pioneira no Brasil e modelo para a implantação de outras ITCPs em diversas universidades públicas no país. Estas experiências de incubação colocavam o conhecimento acadêmico produzido nas universidades em favor das economias alternativas. O movimento das ITCPs criou a

[31] Empresa de porte grande de calçados localizada em Franca – São Paulo que faliu em 1992. De acordo com Singer, em uma entrevista sobre o assunto: "os sindicatos convocaram os trabalhadores para ver se eles ficavam com a empresa e vários técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) foram ajudar os trabalhadores. Os trabalhadores, que assumiram a Makerli, orientados pelos técnicos do Dieese, criaram então a Associação dos Trabalhadores em Autogestão e Participação Acionária (Anteag)." O nome faz referência ao modelo americano que, no entanto, não se adapta à realidade brasileira, mesmo porque aqui a legislação não oferece nenhum incentivo à compra de empresas pelos empregados. O movimento começou com a Makerli porque a criação de uma "fábrica sem patrões" tornou-se famosa no Brasil inteiro e virou objeto de peregrinação. Pessoas de várias partes do Brasil iam a Franca para ver a fábrica que funcionava sob a autogestão dos operários, sem patrões. (Revista Estudos Avançados. Vol. 22 nº 62, São Paulo, Jan/Abr, 2008 – Acessível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020)

[32] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares em 1999. As ITCPs, de acordo com seus porta-vozes, contribuem para a formação de associações e cooperativas de produção em diferentes regiões do país[33].

- A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO foi criada em 1996 com o objetivo de apoiar a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras a partir da democratização de conhecimentos sobre o mundo do trabalho, através de pesquisas, projetos de extensão e de ensino. No ano seguinte, 1997, a UNITRABALHO criou um grupo de estudo e trabalho de Economia Solidária, do qual participou o professor Paul Singer da USP. A UNITRABALHO foi responsável pelo mapeamento da realidade da economia solidária no Brasil nos anos de 2005 a 2007[34].
- A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada em 1999 por uma articulação que reuniu a CUT, a UNITRABALHO, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e o DIEESE. De acordo com seus porta-vozes, nasce de uma preocupação crescente destas organizações com as transformações profundas processadas no mundo do trabalho: precarização das relações de trabalho, desemprego, exclusão social e com a organização dos diferentes segmentos do trabalho para o enfrentamento do projeto neoliberal[35].

Incidiram também nesse processo, além das já citadas, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab, criada em 1992; a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda. – CRESOL, criada em 1995.

Estas organizações tiveram um papel relevante na articulação dessas experiências de economia solidária durante os anos 1990, atuando como agentes coletivos criando capilaridades que possibilitou a visibilização dessas práticas e a construção de uma série de discursos que incidiram na institucionalização de um espaço "legítimo" de defesa da "causa" da economia solidária.

Não será possível, no limite deste trabalho e nem é objetivo do mesmo, fazer uma análise aprofundada para identificar as razões não evidentes para o rápido surgimento de diferentes organizações que se colocaram na linha de frente da articulação e do fomento às iniciativas da economia solidária: as motivações não expressas, as fontes de financiamento de suas ações e a aceitação, sem maiores análises e críticas, da economia solidária como uma

[33] Acessível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php
[34] Acessível em http://www.unitrabalho.org.br/
[35] Acessível em https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/

alternativa ao desemprego ou mesmo sua idealização como um setor econômico ou modo de produção capaz de superar o capitalismo.

Quanto à ação destes agentes, pode-se afirmar, como Pochmann (2004), que a economia solidária emergiu e se disseminou a partir da articulação de diferentes movimentos sociais, organismos pastorais, intelectuais, centros acadêmicos e Empreendimentos Econômicos Solidários. Mesmo com diferentes perspectivas teórico-político-ideológico, esta articulação foi relevante para construir uma agenda nacional em torno da economia solidária.

3.2 Da Mobilização à Ação[36]

A economia solidária articulou-se em âmbito nacional a partir dos anos 2000 com a atuação daquele conjunto de organizações e de diferentes estudiosos, a exemplo de Paul Singer, mas com uma grande heterogeneidade de práticas. Os diferentes horizontes teóricos e de práticas destas organizações, militantes e intelectuais contribuiu para que a economia solidária tenha, na atualidade, perspectivas diversas e, muitas vezes, conflitantes.

A economia solidária ganhou destaque nos espaços dos Fóruns Sociais Mundiais realizados de 2001 a 2003 e em 2005[37], na cidade de Porto Alegre. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fbes, originada desse processo, destaca que o I FMS possibilitou um impulso na organização do Movimento de Economia Solidária.

> Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelavam-se na oficina denominada "Economia Popular Solidária e Autogestão" onde se discutiu auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda (FBES, 2015).

O Fbes tem uma trajetória que se inicia por dentro dos FSMs, que possibilitavam o encontro dos agentes mobilizadores dessa "causa". Os contornos institucionais surgiram com a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro) do qual inúmeras organizações participaram, aceitando o desafio de fazer a articulação nacional das experiências de economia solidária. Neste sentido, o "GT Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada "Economia Solidária", graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações". A nomenclatura "GT Brasileiro" era

[36] Esta sessão será construída tanto com o apoio de obras que resultaram de encontros de articulação daquele período, quanto a partir de pesquisas no site do FBES e das organizações de apoio à economia solidária.

[37] O Fórum Social Mundial, com lema "Outro Mundo é Possível" era organizado por movimentos sociais e alternativos de muitos continentes, que promoviam o debate e a visibilidade de experiências e de ideias em torno das possibilidades de transformação social global com a superação do modo capitalista. O slogan das últimas edições: "Outro Mundo é Possível e Outra Economia Acontece" reconhecia as possibilidades da economia solidária.

necessária porque durante I FSM também foi constituída a Rede Global de Economia Solidária, a qual o Brasil integrou. Esta tinha como objetivo mobilizar, articular e aproximar as experiências mundiais de Economia Solidária. Os Fóruns Sociais seriam o espaço desse encontro (http://fbes.org.br/linha-de-tempo/).

Em dezembro de 2002, sob a coordenação do GT Brasileiro foi realizada a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária. Na ocasião foi redigida e aprovada uma carta direcionada a Luís Inácio de Lula da Silva, que tinha sido eleito presidente aquele ano, poucos meses antes da Plenária Nacional. Intitulada **"Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento"**, a carta foi entregue a Lula durante a edição do FSM de 2003. Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da economia solidária e reivindicava a criação de uma Secretaria como órgão que responderia pela política de apoio e fomento à economia solidária.

Assim, com o mandato de Lula (2003) se conformou uma conjuntura que possibilitou que a economia solidária fosse alçada ao patamar de uma "causa legítima", de um "problema social". A ação das organizações acima citadas, as articulações realizadas por agentes com "trânsito" em diferentes espaços da militância da economia solidária e espaços político partidários, com predominância do PT e o repertório dos discursos já construídos sobre a economia solidária foram mobilizados em diferentes espaços políticos, com destaque para os FSMs: um modo de organização coletivo de produzir e trocar guiado por noções valorativas como "distribuição equitativa de renda", "autogestão" e "sustentabilidade", "desenvolvimento justo e solidário", exemplificam os símbolos acionados pelos agentes mobilizadores da economia solidária.

O intercâmbio e alianças políticas envolvendo esse conjunto resultaram numa série de ações cuja trajetória culminou com a criação tanto do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fbes, quanto da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ambas no ano de 2003 e fruto das mesmas articulações de uma ampla frente (Igrejas, partidos políticos, intelectuais, organizações sociais e movimentos populares), com interesses e influências diferentes que são incorporados na economia solidária. Cabe aqui destacar o referencial religioso com exercício de grande influência quanto às definições de marcos interpretativos com relação à economia solidária, presentes nas definições em torno da "solidariedade" e da "partilha".

O Fbes, segundo seus porta-vozes, se tornou um instrumento do Movimento de Economia Solidária para articular empreendimentos solidários e organizações de

apoio. Logo no primeiro encontro, o Fórum aprovou uma carta de princípios, possibilitando caracterizar melhor o segmento da economia solidária e definir as orientações de suas ações políticas[38].

O Fórum Brasileiro passou a reunir organizações de apoio a Empreendimentos de Economia Solidária e constituiu-se como agente coletivo, reconhecido pelo Estado, para fazer interlocução em nome da "causa", assim, constituíram-se instâncias filiadas ao Fbes em todas as unidades federativas do país. Em sua maioria, assumiram a nomenclatura de Fórum Estadual de Economia Solidária, outras optaram por denominarem-se Redes de Economia Solidária, ou Redes de Socioeconomia Solidária e, ainda, Fórum de Economia Popular e Solidária. Esta diversidade não se dá por acaso, mas resulta, a nosso ver, em opções que têm relações com as influências de intelectuais, de uma vertente mais cristã e do Estado, basta para isso rever o quadro das diferentes concepções de pensadores da economia solidária destacado no capítulo I. Partidos políticos de esquerda e universidades também compuseram o eixo de apoiadores externos.

Este conjunto buscou construir metodologicamente estratégias para as "soluções" das "demandas" da economia solidária num plano específico como um "mal" que precisa de "remédios" e que envolviam sempre medidas governamentais, conforme analisaremos mais adiante, a partir da Carta da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Assim, as classificações e os problemas são vistos em si mesmos excluindo o processo de produção destes. Lenoir (1998, p. 62) referindo-se à construção de problemas sociais, menciona que

> Com efeito, os "problemas sociais" são instituídos em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento que lhes correspondem. Isso é tão verdadeiro que uma das particularidades dos problemas sociais é que, em geral, estes se encarnam, de forma bastante realista, nas "populações" que apresentam "problemas a serem solucionados".

Cabe considerar que, frequentemente, as pesquisas realizadas para saber os efeitos das ações governamentais no campo da economia solidária, bem como a própria construção e operacionalização delas, são feitas por experts, muitos dos quais posicionados numa relação de interconexão nos dois campos: do Estado e dos Movimentos Sociais. Nessas condições, reificam categorias e representações incorporadas sobre o mundo social e silenciam os interesses que atravessam o processo de planejamento, operacionalização e execução dos programas.

[38] Acessível em http://fbes.org.br/linha-de-tempo/

Isso é nítido nas relações que acontecem com a criação da SENAES e com ocupação de postos estratégicos por agentes ligados à "questão" da economia solidária, acelerando que as reivindicações acerca do segmento pudessem ser incluídas na pauta do Estado. O próprio Estado compôs a coordenação do Fbes e a estrutura da economia solidária numa articulação que não deixa dúvidas sobre o papel estratégico do aparato estatal na inculcação de símbolos e diretrizes para a economia solidária, bem como na constituição de redes de compartilhamento de agentes de economia solidária com a esfera governamental em distintas escalas de poder. A imagem a seguir indica esse complexo campo da economia solidária.

ILUSTRAÇÃO 1 Composição do segmento da economia solidária
Fonte: www.fbes.org.br em 25/01/2016

A figura demonstra a multiplicidade de organizações, instâncias, agentes governamentais ou não compondo o campo da economia solidária no Brasil. A definição da participação de instâncias governamentais nos espaços de decisão reflete tanto as convergências muito comuns na economia solidária fruto da interconexão de agentes com trânsito nos campos partidários e dos movimentos sociais, quanto o processo de constituição de legitimação da economia solidária como uma "questão" social para a qual houve uma ampla atuação de agentes político partidários, principalmente do PT. Repercute também as mudanças nas oportunidades de acesso à política institucional por parte dos movimentos sociais, bem como e inserção de membros destes movimentos em cargos públicos em praticamente todas as instâncias do Estado.

É interessante notar que há uma concorrência de visões a partir da composição da economia, representando segmentos que influenciaram na sua formação: Igrejas, sindicatos, partidos políticos através dos seus setoriais de economia solidária, redes de gestores públicos, frentes parlamentares. Percebemos, nessa rede, um forte aparato estatal e as setas indicam uma situação de interdependência e interconexões no segmento da economia solidária e deste na estrutura do Estado.

Para exemplificar e ampliar mais esse quadro da interdependência é interessante a análise da Carta Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Plenária esta que foi realizada entre os dias 9 e 13 de dezembro de 2012, na cidade de Luziânia, estado de Goiás, convocada pelo Fbes. A carta é uma síntese dos debates realizados durante a plenária de economia solidária que reuniu os três segmentos da economia solidária, de acordo com o Fbes: empreendimentos econômicos solidários, organizações de apoio e poder público e teve como lema: "Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável" (FBES, 2013).

Podemos, então, dividir a carta em três sessões: na primeira o Fbes faz uma análise da conjuntura daquele momento de uma crise mundial denunciando o avanço do capital e a maior exploração do trabalho. Na segunda sessão aciona o conjunto de representações simbólicas que definem a economia solidária, contrapondo suas práticas ao capital e elevando a si mesma como estratégia para o "desenvolvimento sustentável e solidário", afirmando um compromisso com as demais lutas populares e convocando demais movimentos a fortalecer campanhas e bandeiras da economia solidária. Ao fim da sessão apresenta, de forma sintética, as diferentes experiências de economia solidária que apontam para o "desenvolvimento sustentável" criando o elo para a terceira sessão da carta que expõe os caminhos para o fortalecimento dessas práticas.

Chama-nos a atenção, justamente nesta última sessão, os sujeitos que a economia solidária mobiliza para alcançar os seus fins: "para tanto, encaminhamos ao Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, as seguintes sugestões [...]"(Fbes, 2013, p. 28). No tópico seguinte convoca a sociedade para fortalecer as práticas solidárias através das campanhas, do consumo e da divulgação.

O conjunto de propostas encaminhadas ao Estado está organizado em torno de políticas públicas direcionadas para a comercialização, o financiamento, visibilidade de produtos e serviços, inserção de políticas em todas as esferas do governo através de normalizações e o apelo a uma reforma política ampla com financiamento público de campanha, sendo que esta última foge totalmente ao contexto de toda a discussão travada anteriormente na carta.

Notamos, neste conjunto de proposta direcionada ao Estado, as concepções de Singer (2000, 2002) a respeito do papel estratégico do aparato estatal como estruturador da economia solidária e a indisposição de uma reflexão crítica sobre o papel histórico do Estado na sociedade capitalista de impor visões de mundo. A intervenção estatal é aceita tacitamente pela economia solidária assumindo os riscos que essa forte influência possa refletir nos resultados das suas ações e interações com outros segmentos sociais e populares. Percebemos, na cumplicidade circunscrita na carta e no rol das propostas apresentadas ao Estado, aqueles processos de interconexões com o pertencimento duplo de agentes no campo da economia solidária e no campo político governamental, que pode indicar interesse que tal situação se perpetue.

Assim, a carta passa-nos a impressão de que a economia solidária teria como fim o acesso a um conjunto de políticas públicas, uma vez que indica definições compartilhadas para aquisição de uma condição de acesso maior a recursos por dentro do Estado. Esse fato visto pelo ângulo da interação propicia efeitos significativos na esfera política, porque o campo da economia solidária é heterogêneo, possui influências e matizes múltiplos, sendo os EES não homogêneos em seus interesses e perspectivas quanto à economia solidária. Mas, ao delegarem representações, EES e organizações mais diversas da economia solidária, entram no jogo de interesses daqueles que falam em seu nome (BOURDIEU, 2011).

A carta também permite inferir a existência de uma ilusão bem fundamentada de que o aparato estatal pode fortalecer práticas que venham contra aquilo que ele, na perspectiva marxiana, foi gerado para garantir: a manutenção das condições de reprodução do capital. Por isso, todas as definições incorporadas pela economia solidária que tentam qualificar o "desenvolvimento" conforme discutimos no capítulo 1. Portanto, resume-se a fortalecer um pensamento sobre o próprio avanço do capitalismo. Nesse sentido, essas orientações quanto às

definições, conteúdos e formas de organização da economia solidária são diretrizes para as orientações de formação e conformação dos fóruns nos estados**.**

A pesquisa que resultou neste trabalho trouxe elementos empíricos que evidenciam a permeabilidade do Estado no segmento da economia solidária, bem como de outras organizações tanto religiosas quanto agências financiadoras de diferentes ordens com influências ideológicas diversas na configuração da mesma. Tal pesquisa empírica foi realizada junto ao Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão - FEESMA, agente coletivo de mobilização da economia solidária no estado. Sua constituição se inscreve na mesma lógica da criação do Fbes no cenário nacional.

CAPÍTULO IV
ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NÚMEROS E PRÁTICAS NO MARANHÃO

Este capítulo objetiva discutir, a partir do quadro histórico e teórico construído nos dois primeiros capítulos, os condicionantes políticos e sociais da emergência da economia solidária no Maranhão. Assim, analisa, com base na pesquisa empírica, no universo tão complexo da economia solidária, as intencionalidades políticas que agentes e Empreendimentos de Economia Solidária imprimem aos processos pedagógicos que se estabelecem nas práticas de economia solidária para, com isso, fazer emergir as perspectivas político-ideológicas que orientam tais práticas em economia solidária.

A história da economia solidária no estado deve ser capturada dentro da mesma lógica dos processos que se desenvolviam nacional e internacionalmente desde os anos 1980. Portanto, a leitura deve ser feita compreendendo o Maranhão como parte constitutiva de uma totalidade social. Foi nesse sentido que investigamos as práticas da economia solidária no estado.

Nesse sentido, para esta investigação reunimos depoimentos de 04 militantes da economia solidária. O reduzido universo de investigados justifica-se pelos próprios objetivos deste estudo, pois pensar os percursos, as práticas e as intencionalidades destas, requer o diálogo com agentes dessas práticas com acúmulo para nos fornecer os elementos que contribuíssem com nossas análises. Nas entrevistas demos ênfase à importância de conhecer os percursos desses agentes, suas origens e as influências que tiveram a partir das formas de engajamento até adentrarem no campo da economia solidária. Isso importa pela própria complexidade do campo da economia solidária que reúne diferentes vertentes político-filosóficas na sua conformação. Isso tem implicações na forma como se conduzem as ações coletivas e as intencionalidades destas como refletimos no capítulo III. Para isso, optamos por perguntas abertas que supõem maior espontaneidade e apresentação das percepções dos/as militantes.

O primeiro entrevistado foi Carlos Antônio Bonfim Pereira e a entrevista foi realizada na sala da Coordenação de Economia Solidária da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Maranhão – SRTE. Carlos Pereira é natural de Fortaleza-CE e é bacharel em

Economia. Trabalha na Associação Agroecológica Tijupá onde começou sua militância na agroecologia e na economia solidária, primeiro como estagiário no ano de 1996, passando a técnico contratado a partir de 1998 e assumindo o cargo de Coordenação do Programa de Economia Solidária no ano de 2009. As influências sobre suas opções de vida vêm de um amplo leque de participação em movimentos sociais de cunho mais anárquicos, em partidos políticos como PT, PCdoB e movimentos estudantis. Carlos tem uma longa militância na economia solidária, representa a Associação Agroecológica Tijupá na atual coordenação do FEESMA. Seus relatos contribuíram grandemente para subsidiar as análises das primeiras articulações da economia solidária no estado, mas principalmente para analisar as condições de institucionalização do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA.

A segunda entrevista aconteceu na sede da União por Moradia Popular e a entrevistada foi Maria Luiza Mendes, que é natural de São Luís-MA, onde reside. É formada em Serviço Social e ocupa, atualmente, cargo de assessoria na Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária – SETRES, fato que a entrevistada faz questão de esclarecer, pois gera certa confusão, já que a mesma atua como superintendente de economia solidária. Mas pelo fato de não ter sido criada, na SETRES, nenhuma estrutura oficial para a política pública de economia solidária, sua contratação é como assessora. A trajetória militante de Maria Luiza iniciou-se com uma forte vinculação com a Igreja, no período de efervescência das Ceb's, atuando na Pastoral Operária, que a mesma ressalta, tinha uma preocupação com a formação política formando militantes para outros campos sociais. Foi assim que a mesma passou a atuar na luta sindical e, daí, no Partido dos Trabalhadores. Sua inserção na economia solidária se deu a partir de uma teia de conexões: do sindicato e do partido político para o movimento de mulheres, com participação orgânica no Fórum Maranhense de Mulheres e para o movimento de moradia e movimento negro. Da militância nesses espaços surgiu a necessidade de garantir trabalho e renda a partir da própria militância. Assim, nasceu a ideia de um grupo de mulheres pretas para trabalhar de forma coletiva, sem subordinação a um patrão, surgindo daí o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina que trabalha a produção e comercialização de brinquedos pedagógicos em madeira. A partir do grupo acontece sua inserção na economia solidária. Luiza é, atualmente, pelo leque de conexões, uma militante que podemos considerar com uma interconexão em diferentes campos: partido político, movimentos sociais e ocupando cargo na estrutura do governo.

Joaquim Alves de Sousa, foi o terceiro entrevistado, e sua entrevista realizou-se na sede da UNICAFES. Joaquim Alves é natural de Pastos Bons, mas considera-se de São

Raimundo das Mangabeiras, pois se mudou para aquele município com um ano de idade. Educador popular, agricultor familiar, Joaquim tem uma trajetória diretamente relacionada às ações nas Ceb's que possibilitou sua "sensibilização" quanto aos problemas sociais. Oportunizou também sua ascensão política como uma das referências na defesa da agricultura familiar e da reforma agrária. Participou ativamente das ações do CENTRU nos anos 1980, militando junto com Manuel da Conceição na "luta" pela terra e na criação de alternativas produtivas e de comercialização com agricultores e agricultoras familiares visando a autonomia política e econômica. Atualmente, Joaquim é secretario da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA e Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária no Maranhão - UNICAFES/MA. Os relatos de Joaquim foram relevantes para compreender as condições sócio-históricas e as ações embrionárias no Maranhão, que estão na emergência do debate da economia solidária.

Rubenice Costa Rodrigues foi a quarta entrevistada, é estudante de serviço social e reside em Presidente Juscelino – MA, tem 04 filhos e é arrimo da família. Integra e coordena a Associação de Apicultores e Apicultoras de Presidente Juscelino - AAAPJ, representando a mesma na atual coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA. Iniciou sua militância a partir de sua atividade produtiva como apicultora, que desenvolve há 19 anos e garante sua subsistência e de sua família. A partir do trabalho com a apicultura se inseriu na AAAPJ e de sua participação nesta entidade abriu-se um leque de possiblidades de formação e de militância política em outros segmentos, a exemplo da agroecologia, que a levou à Associação Agroecológica Tijupá, da qual é sócia e coordenou por dois mandatos. Sua inserção na economia solidária se deu através de sua militância na AAAPJ, que se iniciou no Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. Rubenice pode ser considerada uma militante forjada nas lutas sociais. Exercendo função de agente de desenvolvimento local e solidário em diferentes projetos de economia solidária, nunca deixa de questionar, a si mesma e aos outros, a que serve esses trabalhos e as finalidades da existência da economia solidária.

Para além deste/as entrevistados/as face a face, houve necessidade de recorrer a relatos de Manuel da Conceição para melhor caracterizar a origem do debate da economia solidária no Maranhão que tem um dos alicerces na história da autonomia camponesa, finalidade da militância de Manuel da Conceição e das ações do CENTRU, entidade criada por estes com outros e outras agentes. Assim, consultamos duas obras que trazem a biografia de Manuel da

Conceição Santos[39], ou como ficou mundialmente conhecido, Manuel da Conceição, ou simplesmente Mané, agente importante na articulação das lutas campesinas contra a ditadura militar, de resistência ao desenvolvimento capitalista e de construção da autonomia no campo. Sua trajetória política envolve a luta sindical rural, a militância político-partidária no PT e sua atuação no CENTRU. Foi perseguido, preso político e torturado durante a ditadura e exilado. Sua trajetória no CENTRU e as ações engendradas por este, contribuem para a análise das ações embrionárias da economia solidária no estado como parte constitutiva dos movimentos sociais de resistência dos anos 1980 e 1990.

Quanto à pesquisa arquivística, como já enfatizado, tivemos dificuldades em acesso a documentos sistematizados sobre a história da economia solidária no Maranhão, mesmo da constituição e institucionalização do FEESMA. Outra dificuldade de acesso a documentos escritos referiu-se ao trabalho de algumas organizações que podem ser consideradas pioneiras, com projetos coletivos de produção voltados para a subsistência, a exemplo do trabalho da FASE. Os registros contidos nesta pesquisa foram colhidos de forma inusitada, numa conversa informal com José Murilo Moraes dos Santos, professor da UFMA, cineasta e fotógrafo, que acompanhou, pesquisou e registrou, em vídeos e fotos, vários movimentos de resistência nas décadas de 70, 80 do século passado. Os projetos de pesquisas que o mesmo acompanhava faziam conexões com diferentes ações educativas que eram desenvolvidas com comunidades campesinas, incluindo as ações da FASE, Cáritas e CPT. A conversa informal com Murilo Santos se transformou em uma entrevista sem nenhuma estrutura de perguntas, pois foi apenas uma escuta de relatos do período que poderiam nos ajudar com dados para resenhar práticas de organizações que podemos considerar pioneiras no trabalho com a ideia da produção coletiva no estado.

4.1 Condições Sócio-históricas da Emergência do Debate da Economia Solidária no Maranhão

A economia solidária no Maranhão, não pode ser compreendida, sem se olhar para as diferentes ações que aconteciam nas comunidades camponesas entre os anos 1980 e 1990. Isso importa por vários motivos. Primeiro, porque o Maranhão, de acordo com o IBGE (2010) era o

[39] PRIMEIRA E PRINCIPAL OBRA DE REFERÊNCIA: ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Memória, mediação e campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010. SEGUNDA OBRA: SANTOS, Manuel da Conceição. Paula Eliane Ferreira Soares e Wilke Buzantti Antunes, organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

estado do país com maior população rural, segundo porque é justamente desse mundo campesino que ganhou contornos a organização da economia solidária no estado. Não por acaso, o mapeamento da economia solidária no Maranhão revelou que a maioria dos empreendimentos solidários se encontrava justamente nas regiões rurais do estado, como revela o gráfico abaixo.

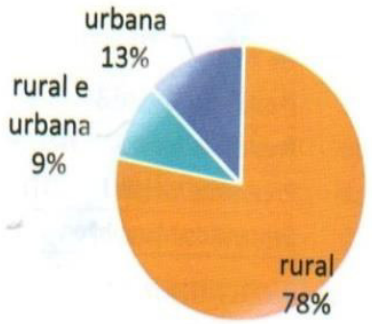

Gráfico 1 : Áreas de atuação dos empreendimentos de economia solidária
Fonte: Relatório do Mapeamento EES/UFMA/SIES/MTE, 2010-2013

A localização majoritária desses empreendimentos remete à discussão travada no capítulo III sobre a atuação de diferentes organizações que, nas décadas de 80 e 90 especialmente, tinham uma forte incidência em todo país desenvolvendo atividades educativas com atenção à organização produtiva a exemplo dos PACs coordenados pela Cáritas Brasileira. Indica também quem são, majoritariamente, militantes e trabalhadores/as da economia solidária como o gráfico indica.

Categoria Social	EES	%
Agricultores familiares	613	73%
Artesãos	55	7%
Artistas	1	0%
Assentados da reforma agrária	87	10%
Catadores de material reciclável	1	0%
Desempregados (desocupados)	25	3%
Garimpeiros ou mineiros	2	0%
Não se aplica ou não há predominância	45	5%
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	7	1%
Técnicos, profissionais de nível superior	2	0%
Total Geral	**838**	**100%**

Gráfico 2: Categoria Social

Fonte: Relatório do Mapeamento EES/UFMA/SIES/MTE, 2010-2013

Pelos dados acima, a concentração de trabalhadoras/es da economia solidária são do segmento da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária. Foi junto a estes e estas que no Maranhão houve atuação, além da Cáritas e entre outras, da FASE, da CPT, do CENTRU e de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente ligados às Ceb's, muitas destas com atuação desde os anos 1960 com a educação popular. O conjunto dessas organizações desenvolveu trabalho educativo com comunidades rurais no Maranhão já nos anos 1970, passando, nas décadas de 80 e 90 do século passado, a ocuparem-se também com a organização produtiva como forma de gerar renda e melhorar a qualidade de vida nas regiões de sua incidência, organizando trabalhadoras e trabalhadores para o "enfrentamento político às condições postas naqueles tempos".

Nessas décadas, o Maranhão é atravessado pela implantação dos chamados "Grandes Projetos" vinculados ao Programa Grande Carajás e impulsionados, especialmente no período do "Grande Milagre" (1968 - 1973), sob a ditadura militar. Como projeto de desenvolvimento tinha o objetivo de industrializar e modernizar o capitalismo na região e inserir o Estado na dinâmica do capitalismo internacional que passava pelos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, símbolo do corredor de desenvolvimento ao longo da qual se instalaram megaprojetos ligados à mineração e à metalurgia, ao monocultivo da soja e do eucalipto, grandes impulsionadores do agronegócio no estado. Referidos projetos passaram por um rápido processo de inovação e de expansão sendo ameaça constante às bases socioeconômica e culturais das comunidades e povos tradicionais: "ameaça violentamente propriedades rurais, aldeias e povoados, comunidades indígenas e quilombolas que eventualmente se encontrarem na linha de passagem de minerodutos e ferrovias, ou nas proximidades dos portos" (CARNEIRO, et al, 2010, p. 69).

A lógica do desenvolvimento implementado no Maranhão se inseria na totalidade social daquilo que era pensado e implementado pelo estado brasileiro e na América Latina, como discutido no segundo capítulo, priorizando os interesses do capital transnacional e com uma extrema subordinação externa, garantindo que as políticas nas diferentes esferas adotassem critérios para articular esses interesses.

Essa articulação das políticas no Maranhão para possibilitar a modernização das formas de extração e de acumulação de riqueza privada via internacionalização do capitalismo já em curso desde os anos 1960 foi impulsionado a partir do governo José Sarney que, eleito, inaugurou uma longa era oligárquica no estado. O discurso de Sarney ao assumir o governo do Estado em 1966 de que no seu governo não mais seria aceito o abandono do povo como

“exercício do cotidiano” e não seria adotada a “violência como instrumento da política para banir direitos dos mais sagrados que são o da pessoa humana[40]” se transformou justamente no elemento predominante do seu governo. Os recursos do Estado foram utilizados em abundância para garantir as condições de implantação dos grandes projetos em detrimento da população maranhense, atingindo de forma majoritária as populações campesinas. Na análise de Wagner Cabral, a oligarquia Sarney desempenhou

> um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, nem tanto como promotora desse processo, mas sim como gestora/administradora do processo de modernização econômica do espaço regional. Essa função, inclusive, transparece como o núcleo principal do discurso ideológico com que a oligarquia busca se legitimar perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante (WAGNER CABRAL, 1997, p.2-3).

A articulação de duas frentes, conforme Arcangelis (1987), foi essencial para criar as condições da expansão do capitalismo no Maranhão: terra e capital. A instituição da Lei de Terras em 1969 definiu o caráter de propriedade privada de imensas áreas de terras devolutas, juntando-se a isso a utilização dos recursos financeiros do estado para criar a infraestrutura para os megaprojetos internacionais e imperialistas, que aconteciam também em toda América Latina. Para garantir a efetividade disso, o governo criou, em 1971, a Companhia Maranhense de Colonização - COMARCO, com a função de negociar ‘terras públicas’ e "ocupar racionalmente as terras improdutivas e devolutas do Estado".

> A COMARCO tinha por objetivo a formação de núcleos de pequenos produtores independentes na sua área de atuação, contudo, a realidade se revelou outra pois “as precárias condições dos camponeses do projeto tornaram os mesmos uma excelente reserva de força de trabalho barata para o capital dos grandes projetos. Assim, é no projeto da COMARCO que o verdadeiro sentido na colonização dirigida que envolve pequenos produtores se manifesta de forma mais evidente, ou melhor, mais descarada”. Desse modo, a atuação da COMARCO foi pautada pela venda ilegal de terras a grupos empresariais de fora do estado, vendas que foram efetuadas sem levar em conta os lavradores já residentes nas áreas, os quais passam a ser sistematicamente expulsos de suas terras e transformados em trabalhadores assalariados (COSTA, 1994, p. 29).

Essas políticas criaram um modelo que modificou a estrutura fundiária e as relações sociais no campo. A grilagem de imensos contingentes de terra, o cercamento de áreas de extrativismo, como as de babaçus, o acirramento das lutas no campo, a expulsão de comunidades de agricultores, ribeirinhos, quilombolas para dar lugar aos grandes projetos (ARCANGELIS, 1987) criou uma dinâmica que passou a ser o “exercício do cotidiano” no

[40] Trecho do discurso de José Sarney durante sua posse em 31 de janeiro de1966. Acessível em https://www.youtube.com/watch?v=PpYor4Ju3XY

Maranhão: a expropriação do campesinato e a exploração de pessoas, das águas e das florestas, consolidando um modelo econômico sem preocupação com as necessidades, com as características das populações locais.

Nos anos de 1980 e 1990, fortemente marcados pela implantação das políticas neoliberais como discutido anteriormente, esse modelo desenvolvimentista é concretizado. O Maranhão é inserido nessa lógica com a consolidação do Programa Grande Carajás e o fortalecimento do agronegócio que representam as novas formas de acumulação do capital promovida pela globalização e que consolida as relações oligárquicas no estado.

Foi nesse contexto que Cáritas Brasileira, CPT, FASE e outras organizações desempenharam papel importante na mobilização, articulação e formação nas comunidades rurais atingidas diretamente pelos megaprojetos. É dentro destas mobilizações que localizamos os primeiros debates sobre economia solidária no Maranhão. Abaixo, relacionamos as ações das organizações que, pela nossa pesquisa, participaram direta ou indiretamente da incipiência do debate da economia solidária no Maranhão nos anos 1980 e 1990. A identificação destas organizações foi feita através dos depoimentos de entrevistadas/os nesta pesquisa e outros subsídios que tratam das experiências populares/comunitárias de produção coletiva na perspectiva da autonomia econômica.

No quadro de ações destas organizações, a Cáritas Regional do Maranhão implementou 03 PACs no Estado, sendo 02 no campo da formação e 01 de infraestrutura e equipamentos para a produção. Tais projetos buscavam seguir a orientação nacional de não se constituírem como projetos eminentemente econômicos, mas deveriam, sim, conciliar a produção e a formação política na perspectiva de fortalecer a luta por direitos político-sociais[41].

As Ceb's, naquelas décadas, tiveram uma efervescência e criatividade de forma marcante nas comunidades rurais, sendo lugar de referência para a construção de uma "consciência" e atuação política de diferentes lideranças do campo, a exemplo de alguns entrevistados durante este trabalho de pesquisa.

> Comecei essa militância nas Ceb's em 1979. Era dirigente das Comunidades Eclesiais de Base, a partir dali, pra mim hoje a minha base, a minha formação política, a minha formação de movimento, ela surge nas Comunidades Eclesiais de Base. Participava de vários movimentos, de vários congressos, de vários cursos, então a base minha é mesmo nas Ceb's. Mas em 1980 comecei, a partir das Ceb's, a descobrir essa relação com o movimento sindical, logo em 1980 a gente se tornou oposição ao sindicato. Também a gente tinha uma formação ideológica mais de classe, você tinha uma formação mais religiosa dentro desse aspecto da transformação. No mundo sindical a gente começa a perceber mais o ideológico enquanto construção da sociedade, enquanto classe. A partir dalí também comecei a militar no partido político, o PT.

[41] Cáritas Brasileira. Sobrevivência e Cidadania: Avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

> Então foram três bases da minha formação: Na Igreja pelas Ceb's, no movimento sindical e partido político (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

No Maranhão e durante o regime militar as Ceb's se tornaram referências para as práticas educativas de politização, sendo organizações religiosas da Igreja Católica não sofreram perseguição de forma direta. Nas décadas de 80 e 90 do século passado, diferentes lideranças pastorais traziam o acúmulo das experiências de educação popular dos anos 1950 e 1960 e mobilizaram a formação de lideranças políticas e pastorais que fomentaram os movimentos de resistência criando e agindo em outras organizações de cunho mais político e com uma agenda com pautas de "lutas" a exemplo de sindicatos e da CPT.

José Murilo Moraes dos Santos, professor da UFMA, cineasta e fotógrafo, trabalhou, desde a década de 70 do século passado, acompanhando as ações dessas organizações nas comunidades atingidas pelos empreendimentos ligados ao Programa Grande Carajás. Dos vastos depoimentos que Murilo recolheu de 1970 aos anos atuais, de registro das construções históricas de resistência ao desenvolvimento imposto, destaca um fato específico que relaciona como eventos importantes para a ideia da produção coletiva a qual está na origem da construção da economia solidária no estado: as ações da FASE e da CPT que na busca de construir essas resistências animavam a produção coletiva e a educação na perspectiva da autonomia.

FASE e CPT, conforme relata Murilo Santos, por caminhos diferentes, buscavam construir práticas de resistências com as comunidades campesinas: agricultores/as familiares, ribeirinhos, quebradeiras de coco, quilombolas. Seus registros, seu testemunho e suas memórias esclarecem muito sobre o contexto e a importância da atuação desses agentes coletivos naqueles anos.

Nos seus relatos, Murilo recorda que as equipes da FASE desenvolveram no Maranhão, nos anos de 1970 e início dos anos 1980, diversos projetos com concepções da subsistência pautada por princípios de coletividade e de "desenvolvimento comunitário". Eram pequenos projetos de roças comunitárias e de criação de pequenos animais, cuja finalidade consistia em mobilizar, reunir e organizar trabalhadores e trabalhadoras rurais para pensar e construir experiências numa perspectiva de "desenvolvimento autossustentável" tendo como orientação a produção coletiva, mas na perspectiva de aglomerar forças em torno de um projeto popular de resistências e de enfrentamento político. Nesse sentido, tendo a aparência de um projeto de assistência às comunidades, focado na preocupação com a subsistência, as ações das equipes da FASE tinham uma intencionalidade educativa voltada para a formação política e a

capacitação de lideranças locais para o "enfrentamento nas lutas sociais" de então. Essas ações, no Maranhão, foram alvo de investigação da ditadura civil-militar.

> Em 1978, o Jornal Pequeno publicou, no dia 31 de janeiro, a matéria intitulada Organização do crime em pleno interior maranhense (figura 10), em que a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) era acusada de organizar posseiros para a invasão de terras, cometendo crimes contra a propriedade privada. O diretor nacional da FASE enviou ofício ao diretor do jornal pedindo esclarecimentos sobre as origens das informações que geraram a referida matéria, classificando-a como ofensiva e difamatória. Em resposta, o diretor do Jornal Pequeno disse que as informações foram enviadas por cel. Antônio Alves Gondin, chefe do Setor de Comunicações da Secretaria de Segurança Pública, considerado "uma fonte de alta responsabilidade e se não divulgada, o Jornal poderia até responder por crime de omissão" (DOPS/MA. Ofício. 13/02/1978 cx. 12, maço 142C). (PORTELA, 2015, p. 53)

Havia, nesses projetos, uma intencionalidade educativa voltada para a politização e para a formação de uma "consciência" de classe que Murilo reflete, pelas suas próprias pesquisas e entrevistas à época, serem estas o interesse maior das equipes da FASE. O alcance dos resultados políticos era prioritário, sendo secundária a dimensão econômica relacionada com a roça comunitária. Para Murilo isso ficou claro em uma atividade específica, que o mesmo não consegue precisar data, mas que avaliava justamente o alcance dos projetos da FASE.

> Em um encontro de trabalhadores promovido pela FASE e eu estava lá pela CPT, e em um momento, a avaliação era o fracasso de um determinado projeto, alguém da equipe da FASE avaliou falando assim: "o mais importante não é o projeto é o trabalho de conscientização, é o que se aprendeu disso aí". Na verdade quando eu ouvi isso [...] praticamente ele declarou que o projeto era uma estratégia. Mas isso me deixou preocupado porque os trabalhadores estavam acreditando naquilo [...] (MURILO SANTOS. Entrevista realizada em 29/08/2017).

Murilo Santos aponta justamente na dimensão produtiva as contradições dos projetos da FASE. Primeiro em termos de prioridades, pois para trabalhadores e trabalhadoras camponeses a questão produtiva era prioritária, estava relacionada justamente com sua sobrevivência. Depois as dificuldades dos projetos produtivos serem adequados à dinâmica de vida das comunidades: "esses projetos iam sendo feitos, tiravam um pedaço de terra, mas que eu me lembre não havia uma discussão de como essa outra economia entraria dentro de uma rotina daquilo que já eram as práticas comunitárias" e relata várias situações em que testemunhou as dificuldades nascidas desses desencontros.

Outra questão emblemática que Murilo relata se refere justamente àquilo que não estava evidente na opção da FASE pelas questões educativas voltadas para a politização. A FASE naqueles anos "estava sob o domínio do PCdoB, havia aquela coisa de aparelhar, se dizia assim. Havia uma atitude, uma postura de consolidar o partido. Isso no final das décadas de 70

e início de 80. A gente acompanhava isso como equipe de pesquisa da CPT" (Murilo Santos. Entrevista realizada em 29/08/2017).

Estava em jogo, para Murilo, a ampliação dos quadros políticos do PCdoB que, naqueles anos, via no novo que surgia no caso o PT, uma ameaça ao partido. Assim, os projetos de "roças comunitárias", de "criação de animais", entre outros, se tornavam estratégicos.

> Dava pra ver que no caso desse trabalho da FASE, pelo menos feito em Santa Luzia e outros povoados, e outros não só da FASE, tinha a ideia de ser uma espécie de chamariz pro pessoal ficar em torno daquilo. Eu acredito que os trabalhadores tinham consciência disso, os que estavam mais próximos, inclusive filiados ao partido, que era o PCdoB (Murilo Santos. Entrevista realizada em 29/08/2017).

No entanto, Murilo reforça a importância histórica desses projetos que eram mais preocupados com a conscientização pertinente num contexto da violenta ditadura do estado brasileiro e, no Maranhão, do avanço do capitalismo predatório sobre os territórios e as práticas campesinas.

Outra contribuição interessante no debate inicial da economia solidária no Maranhão foi da Comissão Pastoral da Terra – CPT. A CPT, entidade ligada à Igreja Católica, criada no Maranhão em 1976, assumindo a 'tarefa profética' de solidariedade aos camponeses, dedicou-se ao trabalho de conscientização e de denúncia das injustiças no campo, desencadeando processos de articulação, de mobilização e de politização das comunidades camponesas.

Nas décadas de 70 e 80 do século passado, a CPT realizou um intenso trabalho de educação popular, de pesquisa e de denúncia. Através de 'folhetos', de materiais audiovisuais diversos, a CPT denunciava as injustiças, conclamava os trabalhadores para luta e realizava diferentes pesquisas que, centradas no cotidiano das comunidades, nos projetos de desenvolvimento contribuíam para denunciar as mazelas no campo e pensar a construção da autonomia política camponesa.

Murilo Santos, participante em muitas dessas pesquisas, ou como pesquisador ou como fotógrafo, recorda que as pesquisas tanto por suas metodologias quanto por uma de suas etapas, a da "devolutiva para a comunidade" se transformavam num processo de educação popular. Quem participava não saía igual, nem agentes externos – os pesquisadores, nem os pesquisados.

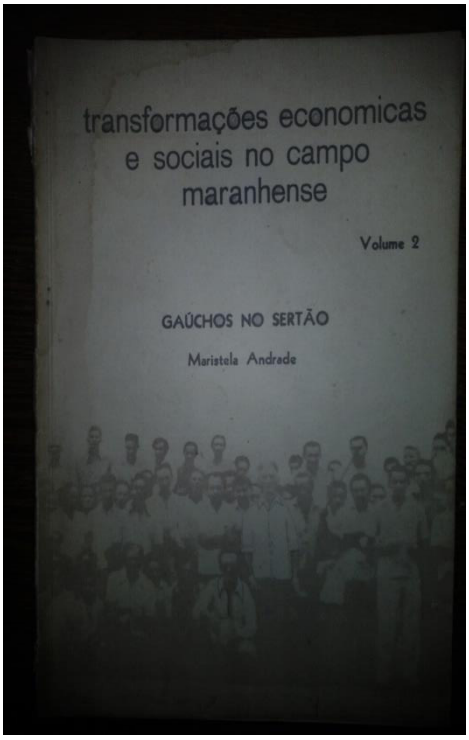

Ilustração 2: Resultado de pesquisas realizadas pela CPT.
Fonte: CPT

Podemos demarcar que esses processos formativos foram a grande contribuição da CPT, indiretamente, para a emergência do debate da economia solidária. Murilo recorda que por serem complexos e gerarem muitas confusões, a CPT "tinham um pé atrás para entrar nessa questão econômica. Muitas pesquisas que eu participei não trabalhavam com projetos que mexiam com a organização econômica em si. Então a preocupação maior era com a formação dos camponeses" (Murilo Santos. Entrevista realizada em 29/08/2017). A opção por uma ação pastoral mais relacionada à politização de camponeses e camponesas é visível na seguinte frase em destaque numa das páginas online da CPT por ocasião das comemorações de seus 40 anos: "A CPT é uma sementeira que forma lideranças"[42] No entanto, ao trabalhar a autonomia camponesa, a CPT e outras organizações possibilitaram que trabalhadores/as rurais e suas entidades de representação, pensassem e começassem a construir alternativas para a autonomia econômica.

Foram dessas experiências de educação popular e de projetos embrionários de produção coletiva como da FASE e das lutas sociais mobilizadas pela CPT que surgiram lideranças como Manuel da Conceição e que foram criadas e consolidadas novas organizações

[42] Acessível em https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt

sociais e diferentes formas de organizações coletivas de grupos de camponeses voltadas para a produção e comercialização coletiva. Na mobilização e articulação destas experiências produtivas foi que se proliferou o debate da economia solidária nos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000. Trata-se de associações, cooperativas, grupos informais e, muitos destes, estão diretamente vinculados aos sindicatos e/ou organizações que as apoiavam, a exemplo do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU e da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA.

Sustentamos o argumento de que no caso do Maranhão são nessas experiências que se iniciam o debate e a organização da economia solidária no estado. No quadro abaixo, relacionamos as organizações que tiveram um papel relevante como agentes coletivos no fomento dessas iniciativas produtivas naqueles anos.

QUADRO 1: ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO NA ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO

REGISTRO	ORGANIZAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO	PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO
Obra: Memória, Mediação e Campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense	CENTRU	No Maranhão, em 1984	-formação política e cultural de trabalhadores e trabalhadoras rurais; -Apoio à ação sindical; -Reforma Agrária; -Organização da produção e da comercialização coletiva da agricultura familiar	-Não foi possível o acesso a documentos para essa identificação. Nos relatos de entrevistados aparece de forma genérica o apoio de organismos internacionais, da Igreja Católica e de recursos públicos.
Site oficial da ASSEMA	ASSEMA	1989	-Programa Agroextrativista de Produção Integrada; -Programa de comercialização Solidária -Programa de Formação e Acesso a Direitos –	Não foi possível o acesso a documentos para essa identificação
Obra: Sobrevivência e Cidadania: Avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira	CÁRITAS	No Brasil, em 12 de novembro de 1956	-Ação: apoio a pequenos projetos comunitários	-Organismos internacionais vinculados à Igreja a exemplo da Miserior; -Recursos Públicos; -Recursos do Banco Mundial

Para o limite deste trabalho, com o intuito de facilitar a visão de conjunto da temática desenvolvida, vamos demarcar as ações destas organizações na incidência do debate da economia solidária, aprofundando um pouco mais sobre o CENTRU pelo acesso às informações a partir dos relatos de um dos entrevistados e de outras fontes.

O CENTRU, criado em 1984 na cidade de Imperatriz tendo à frente Manuel da Conceição, assim como outras organizações acima citadas, consegue pleitear e mobilizar recursos junto a agências financiadoras para garantir não só as atividades produtivas, mas também aliavam a isso as ações educativas voltadas para politização das massas camponesas. A princípio, para Joaquim Alves, já era claro que havia em prática outra economia que não era a economia capitalista.

> Dentro dessa visão, dentro também da questão da agricultura, dessa questão da economia solidária, eu vim conviver e discutir isso mais dentro do trabalho que a gente fez junto ao CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – onde conheci Manuel da Conceição. Alí a gente começa a discutir produção, essa questão da economia, vai discutir também matrizes da sociedade, a gente começa a perceber que os camponeses tinham uma economia própria. Os camponeses não estavam preocupados e sequer sabiam que faziam parte de uma economia capitalista, sequer sabiam que fazia parte de uma outra economia, que a gente não conhecia essa economia capitalista. Você vivia muito mais naquela época... O pessoal vivia mais da troca e uma troca espontânea, por exemplo, um agricultor que matava um gado pra comer ele dividia mais do que guardava, porque ali era como se ele estivesse guardando, era o que a gente chamava de vizinhança. A gente começou a descobrir que isso era um modelo de economia. Você entregava, você levava um pedaço de carne para o seu vizinho sem combinar, sem nada, e quando dava fé ele retornava essa carne, ou seja, podia até ter sido carne de bovino e o cara trouxe outro objeto. Era como uma troca espontânea, ninguém combinava nada (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

Para além da "vizinhança", aquilo que nomeavam como "troca de serviço" era outro aspecto que já indicava a existência de outra economia que desconhecia ou não totalizava as trocas de serviços e bens por meio do mercado. O mercado não ocupava um lugar central nas trocas naquele período, pois o contexto era mais atravessado por relações sociais que acionavam uma forma específica de solidariedade comunitária.

> A outra coisa que a gente sentia muito e depois descobriu que era outro aspecto da economia solidária, eram as trocas de serviços. A gente debateu, a gente estudava bastante isso, discutiu isso bastante dentro do CENTRU [...] (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

As práticas de "vizinhança", as "trocas de serviço", os "mutirões", revelam a existência, como afirma Joaquim Alves, de uma economia que existia e subsistia anterior e paralela à economia capitalista. Para reconhecermos o viés econômico dessas práticas é necessário pensarmos a economia numa perspectiva diversa daquele que se tornou a concepção

dominante a partir do capital e compreendermos que os vínculos sociais naquele contexto se expressavam nas condutas cotidianas para enfrentamento das condições materiais de sobrevivência. A solidariedade era o elemento que cimentava as práticas sociais, mobilizando a vida, em geral na qual a economia era parte.

> Tu ainda chega no campo hoje, ainda tem pessoal que tem as casa de palha e precisa de muita gente pra cobrir e se junta. O pessoal ainda faz uma festa pra conversar, faz um almoço, qualquer coisa. Eu ainda conheço gente em alguns lugares que ainda faz aquela festa à tarde. Não sei se você sabe, antigamente o pessoal quando queria juntar a turma todinha fazia um tal de vesperal {risos}. O pessoal de primeiro sem malícia nenhuma, naqueles tempos os pais da gente fumavam essa coisa assim, e até estalar o fumo na boca da noite era motivo de juntar todo mundo ali. Então a gente foi o último a chegar nesse rumo capitalista (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

Essa solidariedade, como afirma Laville (2009) contradiz a visão utilitarista e individualista do paradigma neoliberal em construção naquelas mesmas décadas. Não queremos com essas afirmações idealizar tais práticas e ocultar os conflitos e jogos de interesses subjacentes às mesmas, mas ressaltar que a solidariedade estava no cerne dos vínculos sociais que eram estabelecidos e que a teoria de Marcel Mauss (2003) nos ajuda a interpretar.

Marcel Mauss ao identificar nos estudos antropológicos sobre economia e direitos das chamadas civilizações primitivas, uma matriz sobre a qual se estruturavam as relações sociais, fornece contribuição primordial para a leitura de processos de vínculos entre indivíduos, grupos e coletividades a partir do paradigma da dádiva. A dádiva é o fundamento de relações sociais que incluía transações econômicas envolvendo grupos, famílias, clãs inteiros, baseadas na tríplice obrigação de "dar, receber e retribuir". Há, neste paradigma o que Mauss (2003) identifica como uma instituição que ele nomeia de sistema de prestação total, um compromisso de prestações e contra-prestações feitos através de "presentes e regalos" que, embora pareçam "voluntários" são, na verdade, "rigorosamente obrigatórios, sob pena de guerra privada ou pública" (MAUSS, 2003, p. 191). Esse sistema circunscreve ao mesmo tempo normas jurídicas, matrimoniais, econômicas, rituais e políticas que ontologicamente fundam o tecido social.

> Nas economias e nos direitos que procederam aos nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas ou de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam (...) o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente úteis. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (MAUSS, 2003, pp.190-191).

Não há um sistema de mercado, de trocas, desvinculado das demais dimensões de organização da vida e tampouco existe um mercado determinante, mas é um tipo específico de

solidariedade que garante os laços de trocas entre as comunidades. Para Mauss (2003) há uma moral, uma lógica própria nestes atos de trocas comunitárias que permanecem de forma subjacente em nossas sociedades. Estas trocas, em diferentes contextos e em muitas sociedades, continuam guardando relação com os antigos costumes que se sustentavam nas três obrigações: dar, receber e retribuir. Juntas, estas três obrigações mantêm aberto um laço permanente de reciprocidade típica de uma estrutura social baseada no parentesco, na vizinhança e na ideia de vínculos comunitários, cujo exemplo de Joaquim Alves exemplifica muito bem. Sendo assim, a dádiva está além da racionalidade instrumental do mercado nas sociedades modernas e sobrevivem em muitos costumes atuais.

> Em diversos momentos, viu-se o quanto a economia da troca-dádiva estava longe de inserir-se no quadro da economia supostamente natural, do utilitarismo. Esses fenômenos consideráveis da vida econômica de todos os povos [...] e as sobrevivências consideráveis dessas tradições, nas sociedades próximas de nós, ou nos costumes das nossas, escapam aos esquemas geralmente apresentados pelos raros economistas que quiseram comparar as diversas economia conhecidas (MAUSS, 2003, pp. 301).

Identificamos que longe da racionalidade do mercado e da intervenção direta do Estado, as relações sociais no mundo campesino que sustentamos são o suporte para a economia solidária no Maranhão. Como afirma Godbout (2002), para além do paradigma do neoliberalismo, elas estão ancoradas na gratuidade, como espelho da dádiva nas sociedades modernas, que o autor classifica como "o paradigma do dom". Neste, as relações sociais são ressignificadas gerando o bem público. Ressaltamos que não há, nas nossas afirmativas, a negação de conflitos e assimetrias com relações de poder, mas que, prioritariamente, como nos relatos de Joaquim Alves, há uma lógica nas trocas comunitárias campesinas daqueles tempos que contradiz a lógica utilitarista e típica das trocas mercantis. E foram estas que mobilizaram os primeiros debates e estratégias que deram formatos às experiências mais orgânicas de economia solidária no estado.

O contexto da emergência da economia solidária no Maranhão, como articulação de diversas experiências produtivas que se reconhecem distintas da lógica do capital, desponta da percepção de que já havia em curso, na dinâmica das próprias comunidades camponesas, uma forma específica de produção e de trocas que aconteciam de forma espontânea como prática culturalmente enraizada. As diferentes percepções e definições dos princípios que fundamentam a economia solidária, as formas possíveis de sua organização para enfrentamento das condições impostas pelo mercado capitalista e para garantir autonomia e continuidade dessas práticas num contexto de globalização surgem num segundo momento, a partir do debate que já se travava sobre essas práticas espontâneas.

> E dentro da visibilidade mais orgânica depois de muito isso acontecer espontaneamente a gente começou a discutir isso também dentro do associativismo. O associativismo passa a discutir uma coisa maior, essa questão da cooperação entre as pessoas, aí você aprofunda bastante essa questão das cooperativas da agricultura familiar, das cooperativas de economia solidária (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

Pelos dados acima, podemos afirmar que a história da economia solidária, em seu momento emergencial, não tem nenhuma relação com as experiências utópicas do século XIX como afirma Singer (2002, 2004) ao tentar construir uma história para a economia solidária. A economia solidária no Maranhão, assim como na América Latina tem um aporte diverso daquele que se processa na Europa e do qual emerge a economia social e solidária. As experiências de produção coletiva no Maranhão são gestadas nas práticas de resistências dos movimentos socais e populares presentes no contexto da ditadura civil-militar, principalmente nas áreas campesinas e surgem dos embates contra uma concepção de desenvolvimento. Ao tentar afirmar uma interpretação oficial da história da economia solidária, Singer (2002, 2004) invisibiliza esses fatos mais contenciosos da origem da economia solidária.

Como afirma Gaiger (2009) a economia solidária, no Brasil e em toda a América Latina tem sua própria história com raízes múltiplas e imbuídas na luta dos movimentos sociais em diferentes contextos, incorporando a dimensão da luta política e de estratégias em vista da autonomia econômica. Por isso, para Gaiger (2009) as experiências de economia solidária possuem configurações tão diversas, a exemplo das do Maranhão, como veremos abaixo.

As atividades do CENTRU exemplificam como o aprofundamento do debate sobre a produção e comercialização coletiva e as possíveis formas de sua organização jurídica tinham como perspectiva a autonomia política e econômica de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

De acordo com os relatos de Manuel da Conceição registrados no livro Memória, Mediação e Campesinato de Helciane de Fátima Abreu de Araújo, o CENTRU foi criado com o objetivo inicial de fortalecer e apoiar lideranças locais para fazerem oposição nos sindicatos de trabalhadores rurais que fosse "pelegos", assumir o controle desses sindicatos e animar a luta pela terra com ocupações de latifúndios. Mas o CENTRU objetivava principalmente, e a luta pela terra dependia disso, a formação política permanente dos trabalhadores/as rurais. O CENTRU assumiu a Educação Popular como norte de sua estratégia de educação: o estudo da realidade social, econômica e política para politizar trabalhadores/as para reconhecer e lutar contra as situações de injustiças no campo. Assumia a identidade de uma organização de educação popular.

> O CENTRU não nasceu para ser alternativa, o CENTRU nasceu para ser entidade de educação, de formação, de capacitar os trabalhadores nos órgãos que eles estão e se

> eles notam que o trabalho do CENTRU vai dar uma clareza que eles acham que os seus dirigentes tão composturas erradas, incorretas ou então estão pelegados, eles vão se organizar...e derruba seus dirigentes que estão lá. O CENTRU vai ajudar, quer dizer, se eles disserem que a gente tem que ajudar, a gente vai ajudar, mas jamais nós amos tomar a frente como entidade, não, é você que tem que assumir que são oposição, não é o CENTRU. Agora, o CENTRU pode ajudar, buscar meios, facilitar, ajudar, assessorar, conseguir alguma condição para você fazer a luta. Agora, é você que tem que encabeçar a situação de chapa, de agência, sabe, pessoal de apoio (MANUEL DA CONCEIÇÃO apud ARAÚJO, 1998, p. 124)

A concepção de educação e de educador/a de Manuel da Conceição representa o que o CENTRU disseminava. Na sua perspectiva, que identificamos estar imbuída dos elementos da Educação Popular dos anos de 1950 e início dos anos 60, do MEB e da Ação Pastoral – AP, nos quais a liderança de Manuel foi forjada. A sua concepção de educação extrapola a ideia da educação escolar, é pensada como um processo de emancipação do pensar, como ato político. Tem raízes nas ideias freirianas da leitura e da escrita como processos de leitura do mundo, de compreensão do contexto social, econômico e cultural e de libertação da palavra. Nessa perspectiva de educação, Manuel defende que educadores/as populares para educar as massas campesinas são forjados na própria luta, nas experiências cotidianas nas quais e das quais aprendem a vincular a educação com a realidade. São estes que libertam a palavra antes dominada por quem explora. Nessa perspectiva, a educação para Manuel está fundamentalmente vinculada à categoria de classe social.

> Quando eu falo de educação ou um companheiro meu do CENTRU ou qualquer outra pessoa que tenha uma dedicação na área rural não é a mesma coisa de educação quando Roseana, ou Sarney ou qualquer outro sujeito do governo está falando. Eu estou falando de uma educação que não é feita oficialmente. Estou falando de uma educação informal que pouca gente faz ela, que é trazer esse conhecimento para a classe trabalhadora, aos poucos, ir tendo esse domínio sobre ela, tendo esse conhecimento também, socializar esse conhecimento. Não é só aprender a ler, escrever... a técnica... aquele conhecimento de que é preciso uma mudança a partir de nós. Então, a educação tem que ser aquela que ajude a construir um novo ser humano, comece a pensar um mundo diferente. E para ele pensar num mundo diferente, ele tem também que começar a ser diferente nos seus procedimentos, nos seus contatos, nas suas relações, nas suas conversas, nos seus pensamentos, no tratamento das questões e conflitos... (MANUEL DA CONCEIÇÃO apud ARAÚJO, 1998, p. 128).

> Educador de quem? De sua própria categoria, da sua própria classe, ter seus educadores originários de lá. Por que é importante isso? Porque esse educador ele vai se formando, tendo consciência, mas usando uma linguagem própria que todos os seus companheiros são capazes de saber o que ele está falando (...) não é uma educação no sentido técnico da palavra, é uma educação mais no sentido político, no sentido ideológico, no sentido de classe, sentido humano, de companheirismo... (MANUEL DA CONCEIÇÃO apud ARAÚJO, 1998 , p 127).

Nesse sentido, para o CENTRU a autonomia política estava vinculada à autonomia econômica o que requeria, no pensar de Manuel da Conceição, um projeto de produção coletiva. Esse projeto de produção coletiva tinha uma centralidade na educação que o CENTRU parecia

imprimir às suas práticas e que aparece nitidamente nos relatos de Manuel da Conceição. A produção coletiva era importante, de acordo com relatos contidos na obra já referendada, para vencer as dificuldades na produção e na comercialização, o isolamento dos povoados, a falta de infraestrutura para o armazenamento da produção e a ação dos grandes atravessadores. Não bastava conquistar terras, era necessário organizar a produção e a comercialização de forma coletiva. Para isso, como principal porta-voz do CENTRU, Manuel da Conceição idealizou "uma estratégia de organização coletiva para a produção colocando-a como alternativa dentro do modelo econômico vigente**"** (ARAÚJO, 2010, p. 133). Para Manuel da Conceição, as cooperativas seriam instrumento para a inserção dos trabalhadores rurais de forma organizada no espaço da economia, num mercado que penetrava o mundo campesino transformando hábitos, impondo formas de consumo, mas entendendo que para os camponeses estes serão sempre "espaços de contestação [...] da luta permanente e da mudança" (ARAÚJO, 2010, p. 206).

Os impactos de grandes projetos provocaram o confronto de lógicas diferenciadas: do capital e dos/as trabalhadores/as organizados/as. Esses confrontos se expressavam na forma de apropriação dos territórios, nas questões ligadas às legitimidades, nas novas categorias que ensejavam novas representações e agentes sociais. Por isso, a estratégia do CENTRU era focada em duas dimensões: a formação política permanente e a organização produtiva. Para Joaquim Alves a maior expressão disso foi a criação da escola sindical Padre Josimo que, além da formação política, desenvolveu capacitação em cooperativismo. Estas capacitações aconteciam com apoio de outras ONG's, da Igreja Católica através de organismos como a Cáritas e Ação Operária.

Foi com essa estratégia de produção e comercialização coletiva que o CENTRU promoveu, fomentou e disseminou associações e cooperativas de trabalhadores rurais em diferentes regiões do Maranhão, mobilizando recursos advindos da Igreja, mas também das esferas do governo e da cooperação internacional. A FASE atuou com entidade de apoio, pois as experiências de roças comunitárias já não existiam na região sul do Maranhão, o trabalho da FASE era no aporte educativo. Mas, as experiências dos pequenos projetos de produção coletiva da FASE estimularam as primeiras experiências animadas pelo CENTRU: as cantinas, espaços de comercialização dos produtos de agricultores e agricultoras.

> Quando a gente criou a CENTRU aqui no Maranhão a gente tinha uma relação com quase todas as entidades, quando cheguei no CENTRU a FASE tava em fase de fechar aqui no Maranhão. É... agora a gente tinha muita relação com o pessoal da FASE do Rio de Janeiro, que vinha de lá pra cá pra ajudar a gente no debate. Mas os agricultores, aquilo que eu disse, na troca de serviço o pessoal tinha muitas roças comunitárias, chamava de trabalho em conjunto. Agora no CENTRU a gente

> trabalhou muito essa questão da comercialização em conjunto, se chamava cantina, espaço de apresentação dos produtos da agricultura familiar. A gente fazia muito isso. Eu me lembro que só em Imperatriz, se não me engano em 1988 quando a gente criou a Escola Padre Josimo, nos tinha só na região de Imperatriz que naquela época Imperatriz era bem maior do que hoje, porque tiraram outros povoados de Imperatriz, São Pedro da Água Branca, Cindelândia, vários povoados que eram povoados de Imperatriz, em cada povoado grande alí a gente tinha uma cantina pra trabalhar essa experiência de economia solidária. E essa história aí com a FASE quando em cheguei já tinha passado. Mas a gente tinha vários trabalhos com a Igreja, com a escola familiar agrícola e tinha uma que eu não me lembro mais o nome, mas essa escola ainda existe, essa escola que trabalhava dentro da pedagogia da alternância. Trabalhava também com essa visão da economia solidária. Ali em Balsas a gente tinha uma relação com a Igreja. Mas essa história das roças quando eu cheguei já estava nos finalmente (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

As iniciativas do CENTRU, mais ao sul do Maranhão, não foram únicas naquelas décadas. Os anos de 1990 foram férteis na ampliação dessas experiências no campo e também na cidade. Analisamos que a abertura democrática, os novos campos que a educação popular adentrou os recursos da cooperação internacional, os embates e a consciência ecológica, a agroecologia, as identidades coletivas que vão sendo afirmadas pela antropologia enquanto ciência foi abrindo campos de luta, novas categorias e novos agentes coletivos sociais que se engajam nessas lutas.

Exemplo disso é a ASSEMA que, na região do Médio Mearim Maranhense, também organizava trabalhadores/as rurais, quebradeiras de coco, quilombolas. A assessoria da ASSEMA apoiou a criação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ. Contribuiu para a criação e fortalecimento da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco - AMTR que realizavam coletivamente a produção de sabonete do coco babaçu, iniciada em 1990. Muito antes dos anos 90, essas mulheres já lutavam contra a derrubada das palmeiras. Da produção do sabonete de babaçu, a AMTR incentivou um grupo de reciclagem de papel em Lago dos Rodrigues. O papel reciclado produzido pelo núcleo AMTR de Lago dos Rodrigues era utilizado para embalar os sabonetes produzidos em Lago do Junco. Da organização destas foi possível, em 1991, realizar o 1º Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, ampliando a organização e o debate político da identidade das quebradeiras de coco e as estratégias de sobrevivência. Eram objetivos perseguidos na organização produtiva e na formação desses grupos: organizar trabalhadores/as para produzir coletivamente, recuperar a produtividade, abrir canais de negociação no mercado, superar o isolamento e a falta de infraestrutura[43].

[43] CPT. O Maranhão na Rota de Coalisão: experiências camponesas versus políticas governamentais. Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.). São Luis: CPT, 1998

No sul do Maranhão e por todo o Estado, a Cáritas Regional continuava seu trabalho de apoio a pequenos projetos de produção e comercialização coletiva usando como estratégia os Fundos Rotativos Solidários, iniciando, em âmbito nacional, o debate e a organização das finanças solidárias, um dos eixos de organização da economia solidária na atualidade. Outras organizações como a Entidade Apoio, a Associação Camponesa - ACA atuaram apoiando as experiências de produção e comercialização coletivas de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Joaquim afirma a importância desse debate realizado pelas organizações acima citadas como forma de fortalecer as experiências que se proliferaram na década de 90, pensadas numa lógica diversa daquela que camponeses e camponesas começam a conhecer à medida que o capital avança com os "Grandes Projetos", uma vez que tomam "consciência" das causas de sua condição de explorados e de empobrecidos.

> Nós no começo aprendemos muito que era uma situação gerada por Deus. Deus queria que alguém tivesse as coisas, que era sorte, que alguém não tivesse as coisas, que alguém fosse rico outros fossem pobres. A gente começou aprendendo por aí, por um costume por uma cultura popular das pessoas se conformarem com a situação econômica em que viviam. Você não estudou, você foi ouvindo, foi escutando: tu é pobre porque Deus quer. Agora quando eu chego no CENTRU que a gente vai discutir da relação da construção de sociedade, quando a gente vai estudar as sociedades, essa questão do feudalismo, do capitalismo é que a gente descobre que as coisas que a gente fazia, a situação da gente, era uma situação feita. Aí a gente começa a perceber uma relação de que você vive uma economia, mas que tem uma imposição de outra economia que se chama capitalista para que tu vá para essa economia capitalista. Acho que por isso é que Manuel dizia muito assim: "Olha para gente entender o que a gente tá querendo construir a gente precisa entender o que que a gente construiu: o capitalismo". Não dá pra tu achar que vai construir a economia solidária se tu não entender que tem o capitalismo, tu só vai criar isso porque tu tá entendendo que tu não concorda com o capitalismo e precisa criar alternativa. Então discutir hoje a economia solidária, ele tem que ser alternativa, ele não tem que ser capitalismo (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

É relevante assinalar que essas alternativas dentro do atual desenvolvimento demonstra que a economia solidária, na sua emergência, tem nexos diretos com os movimentos sociais e populares de resistência. Nasce nos desafios que os movimentos constroem contra o ideário do desenvolvimento naquela conjuntura já reportada. A questão produtiva era somente uma dimensão da atuação desses grupos que surgiam, como demonstram os dados acima, em sua maioria, em torno de lutas sociais: pelo acesso livre aos babaçus, pela reforma agrária cuja conquista da terra ensejava a formação das cooperativas de produção. Portanto, são grupos que estão associados a uma luta social e política. São estes que conseguem, mesmo com muitas contradições, perdurar no tempo com as ideias da produção e da comercialização solidária.

Para Carlos Antônio Bonfim Pereira, militante da economia solidária, da agroecologia e da coordenação do FEESMA, tais práticas são justamente aquelas que tinham maior

visibilidade e em torno das quais se organizavam as primeiras articulações da economia solidária.

> Tinha o trabalho da ASSEMA que era um trabalho que tinha mais visibilidade, inclusive era o tempo que eles tinham uma loja aqui no centro, Babaçu Livre. Nesse mesmo período tinha a loja do MST na Rua da Paz. As duas chegaram até inclusive a coexistir uma época. Agora em termos de trabalho mesmo dos grupos produtivos, alguns inclusive existem até hoje, a gente só conseguia visibilizar alguma coisa a mais quando fazia as feiras estaduais aqui. Na verdade a gente não tinha o que a gente tem hoje, isso que é a realidade. Antigamente também tinha o CENTRU que na época criou aquele bocado de cooperativas ali na região ali do sul maranhense, surgiu iniciativas de cooperativas também aqui na baixada lá em Viana e a gente também visualizava muito a produção que vinha do MST por conta aqui da lojinha. Tinha também o MIQCB iniciando também alguma coisa, já vindo com o azeite de babaçu. Mas verdade hoje até que a gente tem alguns grupos com uma produção até razoável que antigamente a gente via que era mais fraco. Inclusive essas cooperativas todas que foram feitas lá no sul poucas delas decolou pra gente ver um negócio e tal. A Coopervida é a que sobrevive. A Coopervida foi a que ficou ali no meio e pegou aquele povo que desejava continuar trabalhando com cooperativa. [...] Tinham algumas que se sobressaíam, mas hoje a gente vê mais e eu acho que pela própria visibilidade que as feiras estão dando. Eu não conhecia no começo uma boa parte desses grupos que estão aí. A maioria deles tem até mais de 05 anos e eu não conhecia o trabalho deles ainda. Nas feiras é que a gente vê. O trabalho que eu quero dizer é o trabalho interno dos grupos que é outra coisa (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

São essas experiências que apontamos como referenciais quando, a nível nacional, no final dos anos 90, iniciam as mobilizações em torno da articulação das experiências que afirmavam, conforme cita Manuel da Conceição, a produção e a comercialização coletiva como alternativa ao modelo de produção do grande capital. Como em todo o Brasil, também no Maranhão as chamadas organizações de apoio como a Cáritas, a ASSEMA, o CENTRU, entre outras, foram responsáveis por fomentar, disseminar e articular essas experiências. Por isso, o crescimento dessas iniciativas é visível partir dos anos 1990, como confirma o mapeamento da economia solidária através do gráfico a seguir.

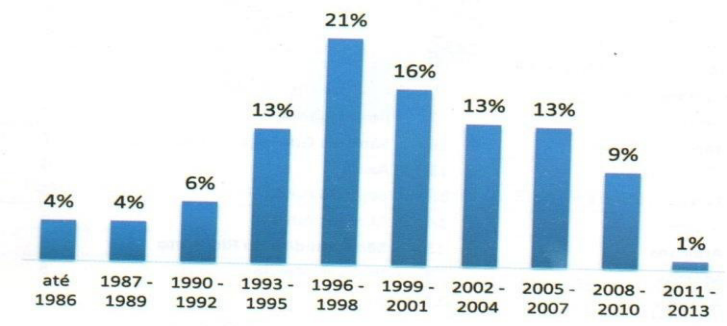

Gráfico 3: Triênio de início dos EES
Fonte: Relatório de Pesquisa Mapeamento EEE/UFMA/SIES/MTE, 2010-2013

O número de experiências de grupos produtivos no Maranhão, conforme demonstra o gráfico 3, entram numa fase de crescimento a partir de 1990 atingindo o pico entre 1996 e 1998. Isso indica que ocorreu um grande crescimento das experiências de economia solidária no Maranhão, somando 690 EES criados entre os anos de 1993 a 2001, havendo, a partir de 2001, uma queda progressiva no crescimento desses EES, chegando a apenas 1% de criação de EES entre os anos de 2011 e 2013.

Os números indicam haver uma relação entre a crise econômica e o crescimento do número de Empreendimentos de Economia Solidária. Portanto, concordamos com a perspectiva de alguns porta-vozes da economia solidária quando afirmam que no contexto da implantação da agenda neoliberal, entre os anos de 1992 e 2003, há um crescimento das organizações de economia solidária. Esse fato se registra também em todo o Brasil, assim como na América Latina, conforme discutido nos capítulos anteriores.

Infelizmente o mapeamento não nos permite inferir sobre os percentuais desse crescimento nas zonas urbanas, tampouco podemos nos permite compreender se os EES das zonas rurais, sendo majoritários, foram criados nesse período ou somente legalizados como associações ou outras formas jurídicas. No entanto, ao analisar a característica dos/as sócios/as que o mapeamento sistematiza - 34% são predominantemente de comunidades quilombolas e 23% são de outros povos chamados de comunidades tradicionais. Podemos pressupor que essas práticas possuem raízes longínquas nas organizações comunitárias, como nos afirmou Joaquim Alves.

Outra questão que o mapeamento não ajuda a esclarecer é o fato do decréscimo dos EES a partir de 2001 no Maranhão, não havendo nenhum avanço significativo após 2003, período da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, quando os programas e projetos de apoio às iniciativas de Economia Solidária são disseminados.

Este fato nos permite inferir algumas questões: primeiro que a ideia da economia solidária, do trabalho coletivo é entendida como uma alternativa em situações e contextos de desemprego quando se proliferam as pequenas iniciativas de trabalho coletivo nas comunidades rurais e periféricas da cidade; segundo, que essas têm continuidade, pelo próprio mapeamento, nas realidades onde o trabalho coletivo já era um hábito.

O importante deste período é ter claro que as ações destas organizações no estado do Maranhão – a Cáritas, o CENTRU, a ASSEMA, o MIQCB, entre outras, foram relevantes para

articular essas práticas que se encontravam dispersas, estimulando outras experiências e criando instâncias de mobilização e de ação coletiva.

Além das interações em prática no Maranhão, as participações das organizações de grupos produtivos no Fórum Social Mundial de 2001, 2003 e 2005 foram relevantes, pois as articulações que se desenvolviam em âmbito nacional e cujas orientações iniciais saíam dos encontros possibilitados pelos FSMs, já amplamente discutido no capítulo III, eram socializadas no estado pelos representantes das organizações de apoio acima citadas e de grupos produtivos que participavam daqueles encontros.

No caso específico do Maranhão, pelos relatos de Carlos Pereira, a organização de um espaço comum que agregasse todas essas experiências tem como marca o FMS de 2003. A delegação maranhense, a exemplo dos demais estados da federação, assumiu o compromisso de ampliar a rede de apoios à economia solidária no estado e constituir seu espaço de organização, nomeado de Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA. O FEESMA passou a ser o agente coletivo de mobilização, articulação, coordenação e defesa política da economia solidária.

4.2 DEFINIÇÕES E PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO: a atuação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA

O Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA começou a ser organizado em 2003 pelo conjunto das organizações já descritas acima, reunindo, a exemplo dos demais estados do país, os empreendimentos de economia solidária e as chamadas organizações de apoio. Esse período de fomento do Fórum foi vivenciado por entrevistados/as nesta pesquisa. Interessa a nós compreender, na reconstrução de dados dessa história, o percurso pelo qual é possível identificar a economia solidária como movimento social no Maranhão, as relações com o Estado e, centralmente, as intencionalidades pedagógicas imbuídas nessas práticas em curso.

Importante salientar as dificuldades de acesso a dados sistematizados da história e das ações do FEESMA pela falta de um arquivo desses registros. De acordo com o que colhemos de informações, a Secretaria do FEESMA é descentralizada a cada nova coordenação e não é conservado um arquivo único com os dados atualizados e sistematizados. Os documentos escritos que tivemos acesso referem-se a duas conferências estaduais de economia solidária e alguns relatórios de reuniões da coordenação e cartas finais de três plenárias.

Ressaltamos que a fim de definir quem seriam entrevistados/as nesta pesquisa recorremos ao quadro abaixo que lista a atual coordenação do FEESMA. Escolhemos, então, os atuais coordenadores que estavam na dinâmica inicial da construção do FEESMA e continuam na militância. Estes guardam a memória do vivido e do percurso ao atual momento do movimento de economia solidária. O tempo de militância está restrito à participação destas organizações na articulação do Fórum e não à sua atuação junto às suas bases.

Quadro 2: Atual coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão – FEESMA
Fonte: Relatório da V Plenária Estadual de Economia Solidária do Maranhão, realizada em 2016

ORGANIZAÇÃO	SEGMENTO	TEMPO DE MILITÂNCIA – a partir de	REPRESENTANTE
Associação de Artesãos Unidos Pela Fibra – Unifibra	Empreendimento de Economia Solidária	2010	Iraneide Sousa da Silva
Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina	Empreendimento de Economia Solidária	2004	Helena Mendes
Associação de Apicultores e Apicultoras de Presidente Juscelino	**Empreendimento de Economia Solidária**	**2004**	**Rubenice Costa Rodrigues**
Grupo Novo Olhar	Empreendimento de Economia Solidária	2010	Marta Pereira dos Santos
Circuito de Feiras do Lençóis-Munin	Empreendimento de Economia Solidária	2015	
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	Empreendimento de Economia Solidária	1996	Valdener P. Miranda
Associação de Mulheres de Paço do Lumiar	Empreendimento de Economia Solidária	2007	Rosinélia Ribeiro de Almeida
Grupo de Mulheres de Peri-Juçara	Empreendimento de Economia Solidária	2007	
Associação Agroecológica Tijupá	**Entidade de Apoio**	**2004**	**Carlos Antônio Bonfim Pereira**
Associação Vencer Juntos na Economia Solidária –AVESOL	Entidade de Apoio	2009	Gárdina Lima
Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura – ACESA	Entidade de Apoio	2009	Raimundo Alves
ONG Moradia e Cidadania	Entidade de Apoio	2006	Eunice Costa
Cáritas Regional de Bacabal	Entidade de Apoio	2009	Maria Santana Freire

Para além destes, pela sua atuação junto ao CENTRU e pela sua trajetória na economia solidária junto ao segmento da agricultura familiar, entrevistamos também Joaquim Alves de Sousa, que tem acúmulo das informações sobre a história e a atuação do CENTRU na construção da economia solidária no estado.

A instituição do FEESMA seguiu as orientações do que se processava em todos os estados brasileiros, que entre os anos 2001 e 2005 criaram fóruns ou redes estaduais como espaços de articulação dos segmentos da economia solidária definidos. As orientações

nacionais advindas do Fbes, pelo depoimento de Carlos Pereira, eram repassadas às comissões estaduais responsáveis pelas articulações locais. No entanto, na experiência do Maranhão, havia sérios dissensos em alguns comandos nacionais, especialmente no que se referia à composição local dos fóruns no tocante à participação do poder público na coordenação destes. Para Carlos, havia uma resistência em aceitar a presença oficial de representantes estatais numa posição de comando no fórum. Importante ressaltar que todas essas articulações realizadas, reunindo diferentes interesses para dar visibilidade à economia solidária, formavam estruturas conectivas, pois oportunizavam que a ação de um ator incidisse sobre outros. (TARROW, 2009).

No Maranhão, na perspectiva de Rubenice Costa Rodrigues, a constituição do FEESMA foi um marco que gerou uma expectativa em torno do fortalecimento dos grupos. Rubenice é militante da Economia Solidária e da agroecologia. Representa a Associação de Apicultores e Apicultoras de Presidente Juscelino – AAAPJ na atual coordenação do FEESMA.

> Vou fazer 19 anos de trabalho na apicultora e meu percurso na Economia Solidária foi a partir do meu trabalho com a apicultura, a partir da AAAPJ que me inseri na militância na ECOSOL. Quase no início dessa discussão aqui no estado. Já havia outros grupos fazendo essa discussão. Mas em 2004 me inseri nesta discussão da economia solidária. **Para mim na época a economia solidária era algo que fosse mudar, eu tinha muita esperança assim que fosse mudar a forma de organização dos grupos, que os grupos fossem se fortalecer. Eu tinha assim uma esperança muito, muito grande.** Aquela esperança de ver uma mudança, os grupos crescendo e produzindo. **Pra mim, aquele tempo falar da economia solidária era melhor coisa do mundo, algo que vinha pra trazer uma solução para os grupos. No decorrer do tempo eu fui ver que não né... Mas que a economia solidária pode sim transformar** desde que aquele grupo conheça de fato o que é a economia solidária, a organização, a autogestão. Porque se todo aquele grupo não tiver o mesmo conhecimento do que significa a economia solidária não vai ter essa transformação nem mesmo dentro do movimento (Rubenice Costa Rodrigues. Entrevista realizada em 03/07/2017, grifos nossos).

Rubenice lista, na sua percepção, três eventos marcantes para a consolidação do Fórum de Economia Solidária do Maranhão: 1- I Encontro nacional de empreendimentos de economia solidária realizado em Brasília, reunindo 2.500 representantes de grupos e entidades de apoio de 13 a 15 de agosto de 2004[44], realizada com recursos da SENAES; 2- A primeira feira de economia solidária no estado e, 3- Primeira conferência estadual.

> Antes do encontro de empreendimentos teve uma reunião em Bacabal e essa reunião era em preparação para esse encontro de empreendimentos e lá foram tiradas as pessoas dos empreendimentos para participar do encontro nacional de empreendimentos. **Na época lá estava a Cáritas, a ASSEMA e outros assentamentos da região de Imperatriz, estava o CENTRU**. A partir desse encontro foi tirado as pessoas para participar do encontro nacional de empreendimentos. **Foi muito, muito rico. O encontro de empreendimentos está na**

[44] Dados acessíveis em https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes

> **origem da organização,** a partir deste momento é que vários grupos começou a se encontrar, veio pra cá e se reuniu. Já havia uma discussão no Estado, mas os grupos trouxeram esse impulso. **E depois desse encontro de empreendimentos a gente começou a fazer a articulação do Fórum de Economia Solidária aqui no Maranhão.** Em 2005, acho que em 2005, quando fui eleita presidente da Associação Agroecológica Tijupá, acho que comecei a acompanhar com mais frequência o movimento de economia solidária. Pra mim outro momento marcante foi a realização da primeira feira de economia aqui no Maranhão. A primeira feira não teve apoio do poder público, ela foi organizada com o apoio das entidades de apoio e foi a melhor feira que teve, teve feira, teve formação. E acho que outro momento foi a I Conferência da Economia Solidária, acho que foi um momento muito marcante (Rubenice Costa Rodrigues, entrevista realizada em 03/07/2017, grifos nossos).

Enquanto membro de um grupo produtivo de economia solidária, o relato de Rubenice se apoia nas lembranças de experiências pessoais e contribuiu para entendermos tanto os sentidos que aqueles participantes do momento inicial e que continuam na militância atribuem à organização da economia solidária, quanto o próprio percurso da economia solidária na sua emergência no Maranhão, quando o termo "economia solidária" já estava majoritariamente sendo utilizado nacionalmente, como discutido no capítulo I. Nos relatos há uma mescla de saudosismo e de frustração, mas também de uma perspectiva positiva quanto à economia solidária, posto que a expressão "a economia solidária pode sim transformar" exemplifica bem.

Carlos Pereira e Luiza Mendes, de igual modo, relatam como experiências potenciais para a organicidade e institucionalização da economia solidária no estado as "conferências, plenárias e feiras, estes foram momentos expressivos com confluência de muitos grupos e organizações interessantes....várias ações importantes" (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017). Tanto Rubenice quanto Carlos fazem um recorte histórico a partir de 2006 para marcar um período diferencial na história da economia solidária no estado, com a institucionalização do FEESMA.

> Agora tem um recorte aí importante dessa história que é da coordenação do fórum de 2006 a 2012 foi uma coordenação bem ativa, coordenação bem dinâmica com frequência de reunião, regularidades de reuniões com uma periodicidade ate pequena. Naquele período estava entrando no governo Lula, então, era tudo paz e amor. A gente participava de muitos seminários. O fórum estava presente em vários eventos. Rogenir, Jaime, Valdener fazia isso e dava visibilidade ao fórum (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

Os recortes das interpretações sobre a história da organização do FEESMA relatados pelas/o entrevistadas/o, os eventos aos quais dão maior peso – o encontro nacional de empreendimentos e a primeira feira de economia solidária possibilita inferir que tais atividades foram importantes porque foram três eventos de socialização política inicial que contribuíram para a aglutinação de interesses desses grupos. Analisamos aqueles eventos como germinadores de um objetivo comum que unificaria e acionaria a adesão à economia solidária e possibilitaria a construção de uma solidariedade e identidade coletiva como marca de uma organização mais

consistente, ascendendo as ações coletivas em curso à categoria de uma estrutura de mobilização (TARROW, 2009).

As frustações muito presentes nos relatos de Rubenice indicam uma mudança na postura inicial da militante de uma visão "muito encantada" pela economia solidária para uma postura que ao longo das entrevistas indicam um posicionamento político mais cuidadoso na percepção das implicações de uma proposta de outra economia num contexto do capitalismo. Na sua percepção, para a "economia solidária dar certo as pessoas precisam vivenciar os princípios da economia solidária, mas é difícil porque a gente vive isso dentro de um sistema que ele é capitalista". Em outras palavras, Rubenice reconhece que é próprio da lógica do capital a sua expansão contínua e sem freios, que só é possível graças a uma brutal exploração do trabalho e em cujos limites não há espaço para alternativas. (MESZÁROS, 2008).

A clareza dos limites da proposta da economia solidária está sempre às voltas com a questão da "sustentabilidade" dos grupos de economia solidária que aparecem nos relatos de Rubenice como um grande desafio ao fortalecimento do próprio movimento de economia solidária. A fragilidade dos grupos, para a entrevistada, resulta numa situação de maior funcionalidade da economia solidária ao capitalismo.

> [...] a economia solidária tenta sobreviver dentro do capitalismo, mas ela não vai se contrapor ao capitalismo. Porque hoje os grupos não conseguem sobreviver, eles conseguem sobreviver alí, mas eles não conseguem força para se contrapor ao capitalismo. Não vejo um movimento forte... eu acho que não, tenta sobreviver dentro do capitalismo (Rubenice Costa Rodrigues. Entrevista realizada em 03/07/2017).
> .

Nesse sentido, as práticas ditas de economia solidária são vistas pela entrevistada como estratégias que não visam a uma resistência ou mesmo um contraponto ao capital, mas apenas atribuir-lhe uma face mais equânime. A crença que Rubenice deposita na ideia da "sustentabilidade", muito presente nos seus discursos, demonstra como algumas categorias pós-incorporadas pelos militantes passam a atuar como categorias do cotidiano e, uma vez naturalizadas, contribuem para redefinir o desenvolvimento, mas não questionar "os núcleos conceituas da ideia do desenvolvimento" (ACOSTA, 2011). Assim as adjetivações contribuem com a tarefa de atualizar esses discursos e esconder o jogo de interesses oculto no imperativo global do desenvolvimento.

Os discursos do "desenvolvimento sustentável", "desenvolvimento local" inseridos nas ideias centrais da economia solidária tiveram um aporte a partir da criação das Secretarias voltadas para fomentar a economia solidária a partir da política pública. Em 2006, na Gestão do governo Jackson Lago, a Secretaria de Trabalho e Emprego foi transformada em Secretaria

de Estado de Trabalho e Economia Solidária - SETRES. Na perspectiva de Joaquim Alves ao analisar os avanços da economia solidária este não é um fato isolado, já que se inscreve na lógica do capitalismo, mesmo reconhecendo, no atual contexto, a importância dessas estruturas.

> Olha eu não sei se a gente mudou, se a gente transformou. É que a gente consegue hoje visibilizar isso como política pública. Hoje se você trabalhar... se você vai no governo federal você conseguiu criar uma Secretaria né? A gente não sabe o final disso, a gente pode achar que isso até vai acabar, mas no momento isso foi muito importante no sentido de que você teria espaço pra fazer essa discussão. Se funcionou ou se não funcionou, mas foi construído aí e muitas entidades achou que foi legal essa parte da criação da Secretaria de economia solidária. Aqui no Maranhão se conseguiu também criar essa Secretaria, embora eu diga que isso pode ser um problema, mas não tinha também outro jeito. A gente não pode mais viver aquelas condições que a gente antigamente fazia, de botar o frito nas costas e ir embora pra fazer a economia solidária em qualquer lugar. Hoje você tem que fazer isso de avião que se não, não acompanha. Você tem que fazer isso de forma internacional, você não consegue mais fazer isso de forma isolada naquela comunidade que se não você vira um sobrevivente. Então eu não sei medir o tamanho desse avanço não. Tem hora que eu até imagino: será que a gente não regrediu um pouco nessa história da economia solidária pelas dificuldades do próprio capitalismo, da gente mesmo começar a assumir essa?.... Talvez o PT pensando em trabalhar um tipo de socialismo, eu acho que o PT trabalhou a humanização do capital. Há quem diga que o Lula e o PT ajudou muitos os pobres mas não deixou de ajudar até triplicado os grandes, humanizou a situação. Eu não sei medir essa história de crescimento da economia solidária (Joaquim Alves de Sousa. Entrevista realizada em 15/06/2017).

Assim como nos relatos de Joaquim Alves ao lembrar Manuel da Conceição, Rubenice também acredita que fazer economia solidária está relacionado à negação do capitalismo como único modo de vida possível. No entanto, entende perfeitamente os entraves à proposta de construir alternativas ao capital.

> Eu vejo que hoje as pessoas não estão tanto pela militância, mas pela sobrevivência dentro do capitalismo: eu tô aqui porque preciso sobreviver. Eu vejo assim. Pra mim assim, muita gente que está dentro do movimento eu acho que confunde muito a economia solidária com o capitalismo, que tá ali dentro do movimento da economia solidária só pra... mas é como se fosse um desvio, não sei explicar. Tô aqui pra ganhar dinheiro, mas não está preocupada com os princípios da economia solidária, com as práticas. Por outro lado, vejo que os grupos da economia solidária não conseguem sobreviver, eles nascem aqui e logo eles acabam morrendo porque não dá sustentabilidade (Rubenice Costa Rodrigues. Entrevista realizada em 03/07/2017).
> .

Carlos Pereira também relata a organização do FEESMA na mesma linha de argumentos de Rubenice, como uma confluência das ações de vários atores coletivos que já desenvolviam atividades de apoio a grupos de produção coletiva.

> Tudo iniciou assim de forma mais prática em 2004 no primeiro encontro de empreendimentos que teve no Maranhão que foi lá em Bacabal a convite de Bira. Aliás, um pouquinho antes disso, nós fomos convidados pra participar do primeiro mapeamento da SENAES, primeiro mapeamento **mesmo, pra se discutir do zero ....** Inclusive Bira era o superintendente do que a gente chamava de DRT e que hoje é SRTE. E o Bira Chamou as organizações que já eram do fórum, na verdade era um fórum pouco nome, não era uma coisa muito orgânica, a gente não tinha... Tinha a ASSEMA, CENTRU, CARITAS e mais algumas organizações que se agrupavam [...].

> Mas assim, a partir da iniciativa de Bira de chamar essas organizações lá para o mapeamento, ele chamou quem: CENTRU, CÁRITAS, ASSEMA e chamou mais alguns que ainda não estavam, que não tinham muito envolvimento, incluiu a gente lá {Associação Agroecológica Tijupá}, a SRS que na época era a Rogenir e iniciou alí um processo de discussão sobre o mapeamento. Nesse processo de discussão lá o Bira quis saber mais como é que estava funcionando o fórum, a dinâmica do fórum. O pessoal que era mais antigo explicou e ai ele disse: rapaz, por que a gente não parte para uma organicidade maior? E foi aí que pintou a ideia do encontro de empreendimentos [...] (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017, grifo nosso).

Carlos apresenta um elemento novo aos argumentos de Rubenice que é a participação do Estado na definição e no apoio a uma estrutura de mobilização para economia solidária, nos termos de Tarrow (2009), neste caso específico, da Delegacia Regional do Trabalho, que de 2003 a 2006 teve à frente da pasta Ubirajara do Pindaré Almeida de Sousa, conhecido com Bira do Pindaré, filiado ao PT e com forte trajetória nos movimentos sociais e pastorais sociais. Esse fato reporta também ao cenário nacional com a criação da SENAES que gera uma conjuntura favorável ao envolvimento das DRT's, posteriormente SRTE's, nas ações da economia solidária em cada estado, muito presentes até os dias atuais. Para Carlos, a criação da SENAES impôs a verticalização da política em todos os estados: "naquele período lá com o Estado, quase que vindo de Brasília pra o estado, fomentando que as Secretarias criassem seus setores de economia solidária" (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017). É importante relacionar estes dados com o debate do capítulo III de criação do FBES e da SENAES, que não se tornou um fato isolado, mas se irradiou por todo o país. No caso do Fbes na criação de fóruns estaduais de economia solidária e no caso do Estado, na criação de Secretarias, Órgãos ou Departamentos específicos, além da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A institucionalização do Fórum, segundo Carlos, como espaço representativo do conjunto dessas articulações atraiu a adesão de diferentes grupos produtivos à "causa" e imprimiu um novo ritmo às articulações iniciadas anteriormente pelo CENTRU, Cáritas, ASSEMA e outras. Esse novo impulso, para o militante, foi expresso no trabalho da coordenação eleita em 2006 para dar visibilidade e institucionalidade à economia solidária, fazendo-a aparecer como uma "questão" social.

Nesse plano da organização do FEESMA, a partir de 2006, se inscreveram diferentes dinâmicas que afirmaram aquele espaço como o agente coletivo com o papel político agregador e representativo de várias organizações, constituindo um segmento com uma pauta que demandou necessidades e exigiu uma atenção por parte de outros segmentos sociais e do Estado. Passou, também, a ser o espaço que, assumindo várias pautas do debate nacional e tendo

assim esse reconhecimento das instâncias nacionais e visibilidade estadual, a referendar os agentes, porta-vozes e os discursos da economia solidária, bem como identificar e definir quem e o que é economia solidária.

> Mas é bom ter referência, ter esse contorno institucional até porque com o diálogo que tu faz com a sociedade tu tem que ter alguma referência, eles tem que ter, senão eles não te entendem, eles não te decodificam, eles não conseguem fazer uma leitura do que é, os caras ficam: mas o que é mesmo esse troço aqui que um aparece aqui outro alí... A visão que eu tenho hoje sobre isso é que precisa ter uma coordenação sim, mas o que fórum precisa ter uma rotatividade de atores à frente (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

A coordenação do FEESMA passou a ser definida como porta-voz autorizada para falar e responder pelo movimento de economia solidária. Dessa forma, a constituição do FEESMA é ao mesmo tempo síntese das diferentes atuações das várias organizações e um ato político que, de acordo com Bourdieu (2004) gera uma institucionalidade porque se torna representativa de um segmento. Logo, pode constituir-se como força para fazer-se ouvir, para fazer-se entender e para constituir necessidades, fazendo visível um segmento antes sem visibilidade, pois na visão deste autor "os dominados só existem quando se mobilizam ou se munem de instrumentos de representação" (2004, p. 189). Acrescenta-se a esse pressuposto o argumento de que além dos dominados se munirem de instrumentos coletivos de representação, os dominantes também criam seus espaços de representação que passam a gerar um choque na arena política em determinadas circunstâncias ou de cooperação em outras.

Considerando a questão da lógica, a economia solidária no Maranhão passou a ter respaldo com a instituição do FEESMA, como o órgão de representação que respondeu tanto à conjuntura nacional das articulações em torno da economia solidária quanto às necessidades de legitimar um movimento em ascensão, dotando-o de delegação, de porta-vozes, de siglas, de símbolos e de um corpo de militantes com uma causa e sentidos comuns. (BOURDIEU, 2004). A economia solidária é assim ascendida, num longo processo, ao patamar de movimento pelos seus porta-vozes e o FEESMA passou a ser o agente coletivo por agregar um conjunto de organizações antes dispersas, compondo um segmento específico. Passou também a definir quem seriam os representantes nas instâncias nacionais a exemplo do Fbes e do Conselho Nacional de Economia Solidária. O que antes era definido de forma descentralizada e as representações do estado nas instâncias nacionais eram feitas pelas organizações unilateralmente, passou a ser definido pelo FEESMA como parte de um conjunto de relações institucionalizadas.

> [...]eu me lembro que foi aí que a gente começou a se integrar mais enquanto coletivo e menos enquanto organização ao fórum brasileiro. Porque do fórum brasileiro participavam a ASSEMA, o CENTRU, a Cáritas, mas não se via falar muito no fórum

> maranhense. Começou foi nessa época, inclusive nessa época o fórum brasileiro botava muita fé na gente aqui, admiravam muito a nossa rapidez na reação do que o fórum brasileiro mandava, nas nossas reações e no que a gente inclusive provocava nas plenárias presenciais por lá também (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

Esse fato não é menosprezável e se constitui de uma grande complexidade, pois representa um novo segmento que desponta envolvendo uma confluência de interesses, criando ao mesmo tempo redes de cooperação. Há nisso algumas questões interessantes que precisam de um olhar mais atento. Primeiro, analisamos que a produção coletiva como estratégia de autonomia econômica e como víeis de sustentabilidade dos movimentos não é uma novidade inaugurada pelos fóruns de economia solidária. O MST já organizava, no período mencionado, cooperativas, associações e inúmeras experiências de produção coletiva. Assim também as diferentes organizações que representam o segmento da agricultura familiar com suas associações e cooperativas de produção e de bens coletivos. No entanto, o FEESMA, no Maranhão, seguindo a lógica nacional impressa pelo Fbes, conseguiu colocar a economia solidária como projeto antagônico ao capital e como "estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Solidário" [...] (FBES, 2013, p. 27).

Para isso foi essencial nomear e separar institucionalmente a economia solidária de outras práticas dando-lhe uma perspectiva que ao mesmo tempo guarda raízes com muitas tradições da organização social tais como: campesina, quilombola, indígena, mas também destacando como algo novo, já discutido nos capítulos I e III, pois o debate em torno da construção conceitual contribuiu para afirmar a economia solidária como um fenômeno social emergente e digno de atenção.

Nessa lógica, a instituição do FEESMA como agente coletivo da economia solidária também lhe reveste do poder, como afirma Bourdieu (2004) de delegar quem fala em nome da economia solidária, de constituir seus porta-vozes individuais, dando-lhes legitimidade para falar em nome de um coletivo maior. Contudo, é interessante notar que na composição do Fbes no Brasil e do FEESMA há ausências de outros movimentos amplos que também trabalhavam a produção e a comercialização coletiva e solidária, a exemplo do MST.

> Olha é como se diz, assim, teoricamente nós temos uma base teórica dessa questão da economia solidária, a própria relação que se constituiu aqui no Estado dificulta você criar... Por exemplo, você chega no MST hoje você tem alguns assentamentos que trabalham bastante essa questão da economia solidária. Se você chega hoje na própria base assim que a gente aprendeu no CENTRU, ainda tem uma equipe bastante boa nesse Maranhão, a gente fez essa inter-relação na criação das cooperativas. Todas elas que a gente tem criado, que a agente tem discutido, a base de discussão, a base teórica é uma base da economia solidária. Agora termina tendo uma interferência do Estado e você termina fazendo algumas coisas que... É preocupante pro futuro da economia solidária. Você não faz mais isso sozinho, você já faz isso com o Estado. Você já faz isso com alguém que tá com a mentalidade meio... Mas é um caminho que a gente

> acredita muito, essa questão da economia solidária, essa questão das cooperativas, das associações também. E aí os assentamentos têm bastantes associações que estão dentro das... Se você forem cada associação você ainda sente que tem aquela coisa da economia solidária: da coletividade, da troca de serviço, a hora da pessoa adoecer tem alguém que faz a conta, faz a rifa, faz o bingo, tem muitos sinais. (Joaquim Alves. Entrevista realizada em 15/06/2017)

O debate desenvolvido até aqui sobre a economia solidária está marcado pelas relações estabelecidas com o Estado. No entanto, achamos interessante analisar melhor, a partir da visão dos/as agentes entrevistados/as e da institucionalização do FEESMA, como espaço autorizado para falar em nome do movimento, as relações deste com outros movimentos sociais e com o Estado. Sendo esta última uma das mais emblemáticas, discutiremos que tipo de alianças ou entraves estas relações têm estabelecido, especialmente na ocupação de cargos públicos por militantes do movimento. A análise aqui não se apoia na crítica de tais processos como cooptação ou instrumentalização de agentes e/ou do movimento, mas, ao contrário, busca-se demonstrar que essa interface com o Estado é fruto de um padrão estabelecido entre movimentos sociais e Estado nos dois governos comandados por Lula.

Se retomarmos os dados históricos da emergência da economia solidária como movimento social nos anos iniciais da década 2000, os agentes mobilizadores dessas articulações e como foram tecidas as mobilizações em torno da visibilização da economia solidária como força social, fica evidente a atuação de militantes com trânsito em diferentes esferas – entre movimentos sociais, partidos políticos e estado, espaço aberto pela conjuntura daquele momento, que favoreceu a rápida ascensão da economia solidária à agenda política pública.

Portanto, a instituição da SENAES e a indicação de Paul Singer como secretário possibilitou que suas ideias pudessem ser implementadas. Singer (2002, 2006), diz que o Estado tem um papel estruturador e insubstituível para criar as condições de reprodução da economia solidária, considerando-a uma política de Estado. Nesse sentido, abriu-se o leque de oportunidades entre economia solidária e estrutura estatal, com vinculação com o Partido dos Trabalhadores (a SENAES era composta, majoritariamente, por militantes do quadro do PT). Com o acesso de militantes às instituições do Estado responsáveis pela política pública de economia solidária, fica evidenciada a chamada "militância múltipla", mesmo sendo reconhecido que coexistiam projetos políticos diferenciados. (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

Há dois fatores, nas nossas observações, que possibilitaram esse trânsito de militantes. O primeiro relaciona-se ao acúmulo de conhecimentos que esses agentes adquiriram nas experiências de luta do movimento. O segundo visava garantir a visibilidadade do partido ao

qual o agente é filiado dentro do movimento. Como exemplo, podemos citar o relato de Carlos Pereira e Luiza Mendes ao retratarem o encontro de empreendimentos no Maranhão como um evento que além de contar com o apoio da extinta DRT foi realizado com recursos da SENAES, instituída em 2003. Como a DRT tinha à frente Bira do Pindaré, militante do PT e de movimentos sociais, percebemos que esse trânsito possibilitou a execução de algumas ações, podendo ter algum tipo de impacto nas políticas públicas (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006). Tal fato demonstra que, em alguns contextos, a atuação dos movimentos sociais não é exatamente de confronto, visto que se abrem estruturas de oportunidade políticas (TARROW, 2009) que possibilitam uma ação institucionalizada dos movimentos sociais numa interface com o Estado.

Os depoimentos de Carlos, Luiza, Joaquim e Rubenice demonstram posicionamentos diferenciados na questão da relação do FEESMA com o Estado e os reflexos desta nas relações com outros movimentos sociais. Da sua instituição oficial em 2006, o FEESMA dialogou com três governos, em tese, representando três projetos diferentes: Jackson Lago (2007-2009), Roseana Sarney (2011-2014) e o atual, Flávio Dino que a partir de 2015 governa o estado. Percebemos também posturas e sentidos diferenciados relacionando-se com cada governo e com o Estado como estrutura de poder. Assim como o próprio Fbes e outros fóruns pelo Brasil, o FEESMA, a partir de sua institucionalização, tem uma atuação muito próxima com o poder público nas três gestões, mas com percepções de uma diferença entre estas. Joaquim Alves aponta que a própria criação de uma estrutura no Estado para pensar a política pública de economia solidária está relacionada ao controle do movimento.

> Essa discussão eu não participei dela não. Mas a gente sabe que foi para garantir algum recurso, entendeu? O governo não acreditou e nem vai acreditar e nem vai confiar em nós, tá entendendo? Então se tu vai colocar um recurso aqui e na época isso visibilizou na época da Roseana mesmo, estava os companheiros, a Mariana, estava o menino, o filho de Helena estava na Secretaria e isso foi bem transparente mesmo: olha nos vamos botar um dinheiro aqui, mas nós vamos ter que cooptar alguém da economia solidária, fazer a cooptação mesmo, porque era selecionado, mas nós vamos ter que tá lá dentro, o Estado vai ficar de olho, vocês não vão fazer o que querem. Então não foi também uma coisa discutida democraticamente um negócio um pouco, se pensou aqui de longe, mas as coisas se concretizou muito lá de cima para baixo, foi intervenção mesmo e eu acho que em termos de construção a gente atrasou. Porque logo você deixou as pessoas na expectativa de um projeto de um recurso, uma coisa assim, que além de não ter saído foi uma coisa discutida por cima. Eu acho que não tem lógica a gente pensar um fórum hoje... Eu nunca concordei com essa história da gente tá dentro do Estado e institucionalizando um fórum por dentro de um governo, e pior não era nem esse governo de hoje, um governo de outrora era muito pior e muito mais capitalista. Por mais que a gente diga que esse é do agronegócio, da ajuda de todo mundo, mas tem uma perspectiva de se um dia a gente se constituísse como força tem uma perspectiva muito diferente do outro. É isso (Joaquim Alves. Entrevista realizada em 1/06/2017).

Para Joaquim, estas relações estreitas com o Estado se contrapõem ao movimento de construção da autonomia das experiências de economia solidária na sua emergência. As articulações em torno da economia solidária nascem vinculadas aos movimentos de resistência e constituem-se como alternativas para a construção da autonomia política e econômica das comunidades, passando em seguida a incorporar outros grupos, especialmente urbanos. Ao acentuar a importância daquelas construções que tinham como base a autonomia, Joaquim Alves faz o contraste com o financiamento estatal às atividades da economia solidária.

> [...] olha, veja o quanto a gente construía autonomia a gente pegava o saco de farofa da gente e botava nas costas, a gente se juntava, às vezes procurava uma entidade, você ia buscar as condições de chegar em qualquer lugar sem um compromisso de atrelamento. Hoje quando você trabalha com o Estado você começa a sair de um caminho de autonomia pra começar a justificar. Você está no Estado hoje você começa a justificar mil e uma coisas pra que a gente não faça isso como alternativa, porque o Estado jamais vai trabalhar a economia solidária, não vai. Tem companheiros que acreditam e que até entram no Estado por achar que vão... eu não acredito né. E você acaba criando a simbologia dos coitados que o Estado tem que ajudar. [...] (Joaquim Alves. Entrevista realizada em 1/06/2017).

O que Joaquim quer dizer com a imagem "dos coitados que o governo tem que ajudar" é justamente a posição da economia solidária na sua interlocução com o Estado. Essa relação tem resultado, na compreensão de alguns militantes, numa profunda confusão entre o papel do poder público e o papel do movimento, que fica muito claro no posicionamento de Rubenice.

> Do jeito que está eu vejo algo sem futuro. Não dá certo. Porque, por exemplo, como é que pode tu juntar poder público e movimento. Acho muito complicado, não que não tenha que ter essa relação, mas cada um fazendo seu papel. O movimento cobrado do poder público e o poder público executando aquilo que está dentro de suas possibilidades executar. Mas não juntos discutindo tudo.... Acho que o movimento tem que cobrar, tem que ir lá apresentar sua pauta, mas não decidindo tudo junto. Acho que o movimento tem que apresentar a pauta dele e o gestor público tem que olhar a pauta e ver o que que dá pra ele fazer. Acho que no caso do Maranhão tem sido assim: Estado e Fórum assumindo as coisas tudo junto. Uma coisa muito doida. Dá até uma confusão na cabeça da gente (Rubenice Costa Rodrigues. Entrevista realizada em 03/07/2017).

Analisamos que essa relação dilui ou "nubla", como afirma Rubenice, algumas fronteiras institucionais, sendo fruto, entre outros, do "trânsito" de militantes com relações com partidos políticos assumirem cargos nas instâncias de governo mantendo elo mais ou menos próximo com o movimento social de origem. Neste caso, os partidos políticos atuam na mediação de indicação dos militantes de seus quadros com acúmulo naquele campo específico. E, no caso específico da economia solidária há um agravante, que é o fato de as organizações representativas desta, como o Fbes, ter sido criado numa total interação com o poder público e com a intervenção de agentes estatais, como discutido no capítulo III, fato que resultou na

presença de representantes do Estado na coordenação do movimento através da rede de gestores, nome criado para justificar e amenizar a dependência ao aparelho estatal.

Esta "participação" do e no Estado é vista, por alguns, como oportunidades de acesso a determinadas condições para fortalecer a ação política (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Tal perspectiva é muito presente no depoimento de Carlos e de Luiza Mendes. Este/esta afirmam que mesmo sendo o Estado um espaço de disputas a presença de militantes ligados à "causa" nos cargos públicos são oportunidades de afirmar a própria "causa" e garantir a efetivação de ações estatais.

> A realidade atual, a perspectiva, eu estou um pouco mais otimista do que eu estava um pouco tempo atrás, de que a gente não avance. Primeiro a gente tem uma Secretaria que a gente conseguiu incidir e colocar umas companheiras lá dentro. Temos que abrir um diálogo com elas mais franco e pra isso acho que o Fórum tem que estar mais fortalecido também. Até porque já fomos demandados várias vezes por uma ação mais incisiva, uma ação mais de diálogo lá e não fizemos, fizemos sempre de uma forma mais fragmentária. Mas eu vejo que o fato delas estarem lá hoje à frente pode aproveitar várias coisas, vamos ter conflito vamos porque aquela história, um gestor público embora saia daqui, do nosso meio, do movimento, ele chegando lá tem tarefas que são colocadas para ele, ele tem uma estrutura que não é a melhor, tem correlação de forças internas horrorosas dentro desse negócio aí, da própria estrutura do Estado que já traz vícios antigos aí, eu acho que elas vão precisar muito do Fórum aqui (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

> [...] Nós temos várias coisas aí que tão meio que paradas e eu gostaria que o movimento tivesse uma cobrança maior. Nós temos o centro de referência que a gente iniciou e é um espaço muito importante para o movimento e que eu sinto muito essa falta da presença do movimento lá, de tá cobrando. Nós temos a questão do conselho, que foi criado. A lei já tá posta aí, já foi tudo acertado e nem a gente sabia. [...] As demandas são muitas e as oportunidades também são muitas. E aí a gente precisa do movimento para acompanhar essas oportunidades. Porque, por exemplo, a gente, num espaços desses, a gente tem oportunidade de ir em espaços que o movimento não consegue alcançar. Mas, pra isso, o movimento precisa tá colado pra aproveitar dessas oportunidades e a gente não tem conseguido fazer isso (Maria Luiza Mendes. Entrevista realizada 5/06/ 2017).

As duas declarações ressaltam a perspectiva de avanço da economia solidária a partir do aparato estatal, entendendo as relações estreitas com o Estado, e inclusive cobrando essas relações "mais próximas" do movimento com o Estado, como oportunidades políticas. Analisamos que essa visão não é algo isolado ou assumido individualmente por esses agentes, mas exemplificam as práticas que foram socialmente construídas pelo movimento de economia solidária na sua relação com o Estado, na indefinição de fronteiras entre o que é Estado e o que é movimento social. Estas práticas confundem, inclusive, quem assume cargos públicos e, nos depoimentos, dão-nos a entender o Estado como um campo neutro, abertos a determinadas possibilidades. O "olhar" sob este prisma, omite a necessária crítica ao papel do Estado numa sociedade capitalista, marcada pelas desigualdades de classes, e não coloca em debate as obrigações com o próprio Estado que estas "oportunidades" com limites tão "nublados" exigem.

Obrigações que se referem à manutenção da própria ordem, mesmo que estes mecanismos não sejam refletidos pelos agentes (BOURDIEU, 1999).

Há, nas falas dos agentes, certa convicção de que a presença de militantes da "causa" em cargos públicos podem garantir a própria "causa", notadamente, no acesso a recursos raros. No entanto, o caráter dessa "participação" está atrelada, também, às expectativas que o Estado espera que aqueles que assumem tais cargos desempenhem. Portanto, se relaciona aos atos de categorização instituídos pelo Estado que se impõem aos movimentos sociais através dessa "militância múltipla" e da interconexão de redes de agentes (BOURDIEU, 2004).

Se, para Joaquim, a forma de relação do FEESMA com o Estado tem confundido outros movimentos sociais e dificultado uma maior interação, Carlos indica que outros movimentos sociais também fizeram indicação para cargos públicos estratégicos para esses movimentos no governo Flávio Dino e exigiram estruturas estatais de apoio às suas "causas". Na sua visão essa pouca aproximação com outros movimentos sociais está relacionada tanto à composição das redes de apoio à economia solidária composta por diferentes ONGs, passando pelas formas de incidências política e até mesmo as condições de acesso aos recursos públicos.

> E se for dizer por que não houve essa aproximação? Porque houve um certo afastamento e se houve essa pequena aproximação, porque não ela não teve repercussão. Acredito que por conta da própria situação que os movimento vivem do ponto de vista de criminalização do ponto de vista deles terem que focar nas ações deles pra sobrevierem, principalmente o MST e o MAB era criminalização o tempo todo, isso mais do ponto de vista do ambiente político. Eu também acho que essa turma aqui eles têm muito internamente traçada as visões deles enquanto movimento: movimento parece que não gosta muito de redes de ONG, essa que é a realidade, tem certo preconceito até. Pessoal acha que esse povo de ONG pega dinheiro do governo (embora eles também peguem), que povo de ONG não tem o viés político que eles têm de chegar e ser mais incisivo, uma coisa que eu não concordo. Eu acho até que às vezes a gente é até mais incisivo que o próprio movimento a depender da configuração política que ele tá envolvido também, Que os dirigentes todos eles também têm envolvimento político partidário. Tem ONGs e ONGs e tem movimento e movimento (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

Em seu depoimento Carlos suscitou outro elemento importante para nossa análise, quando se refere à questão do financiamento às ações de economia solidária. Quanto a este aspecto, Paul Singer (1996, 2000, 2002) defende o financiamento estatal como garantia para a sustentabilidade da economia solidária. No Maranhão as ações que tiveram em curso foram financiadas, quase em sua totalidade, pelo aparato estatal.

> Como em todo o Brasil foi mesmo o financiador do movimento infelizmente foi mesmo 90% dos recursos governamentais por conta da SENAES. Isso inclusive não foi nada ocasional, isso tudo pelo que eu entendo, não estava lá, mas quando a SENAES assumiu a plataforma FÓRUM, se chamava plataforma que saiu lá dos FSMs, quando a SENAES aderiu ali e muitos quer eram do movimento e foram assumir cargos na SENAES, se pensou num fórum enquanto um conjunto de

> organizações que tinham personalidade jurídicas, também poderem acessar aos recursos públicos, o que não há nada de errado nisso, aliás foi uma luta nossa, o acesso aos recursos púbicos foi uma luta histórica do nosso movimento, das nossas organizações. A gente acessou muito, eu te diria até que achava o acesso exagerado. Não porque a gente não deveria, mas o fórum brasileiro criou uma megaestrutura organizacional que dependia de muita grana e a gente ficou extremamente dependente dos recursos do governo federal através de projetos e criava uma dependência muito grande, chegando a ponto até de que essa história de gestores dentro do fórum, acho que foi muito por conta disso, era quase tudo o estado que bancava. Eu lembro que no final da 4ª plenária, um cara lá da Convergência Socialista lá [...] teve uma hora que ele disse: esse dinheiro é nosso rapaz, é nosso, o que que vocês querem? Esse dinheiro é nosso da convergência socialista. Entendeu? Rolou isso aí. Os orçamentos não governamentais foram muito poucos que eu lembre, até quando o IMS fez o processo de feiras aqui, ele estava operando com recursos públicos também (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).
>
> .

Nesse sentido, a situação do financiamento estatal para as ações do FEESMA gera uma situação que atinge as condições de construção da autonomia do movimento, muito claro nos depoimentos de Rubenice e de Joaquim Alves. Para estes, os diferentes militantes que ocuparam cargos públicos, em diferentes governos, pouco conseguiram efetivar de ações estatais permanentes. Algo que não se dá por possibilidades individuais de atuação, mas pelas relações de forças que se encontram na arena estatal que Joaquim descreve muito bem.

> A gente, se você for olhar, assim, a história da primeira cooperativa que foi criada pelo Manuel ali em Santa Inês, o pessoal não tinha dinheiro e você chega um momento que você cria vários armazéns de arroz, inclusive esse foi um dos motivos da perseguição do Manuel, porque tinha essa autonomia, porque os agricultores já estavam começando construindo uma economia para a autossustentação do movimento, todo mundo contribuía. O Manuel chegou com contribuição da cooperativa a fretar avião para levar médico aqui de São Luís para Santa Inês sem nenhuma interferência do Estado. Hoje, tudo, tudo, tu tem que dizer pro Estado ajudar. E aí? Então Tem muita dificuldade. Eu já tô te dizendo assim: eu não acredito muito hoje no avanço da economia solidária porque nós criamos um vício: tudo hoje tem que ter o Estado pelo meio. Inclusive há tentativa de institucionalizar isso por dentro do Estado. Hoje a gente consegue ter não é só uma relação com o Estado, a gente tem gente dentro da estrutura, que acham que representam a gente, Eu acho que as pessoas até nos representam, mas as pessoas nos representam dentro das condições deles, não dentro das condições do Estado, porque a legislação não permite (Joaquim Alves. Entrevista realizada em 1/06/2017).

Os relatos de Carlos Pereira e de Luzia Mendes indicaram referência aos avanços da economia solidária, ao identificarem esses avanços no campo da ação política estatal: como centro de referência, Conselho de Economia Solidária e outras ações que se efetivam por dentro do Estado, reforçando a fala de Joaquim de uma atuação do FEESMA numa relação imbricada com o Estado. Não houve sinalização de ações da economia solidária como um movimento articulado e suas "lutas" por transformação social, sendo que somente Luiza fez referência a processos de interiorização dos debates do FEESMA em algumas regiões, com ensaios de criação de fóruns locais de economia solidária. As ações do Fórum têm, em sua maioria, sido

circunscritas às demandas das políticas públicas, mesmo sendo estas ações estatais respostas às "demandas" do movimento.

Este fato passa-nos a impressão da ausência de uma pauta de "luta" do movimento para além daquelas cujas execuções são partilhadas com o poder público. A falta dessas ações autônomas do FEESMA é reconhecida pelos agentes. Na perspectiva de Rubenice falta ao FEESMA uma ação própria, visão que é compartilhada por Carlos sobre a ausência de uma pauta e uma proposta específica.

> A gente não avançou muito foi na nossa autonomia de criar as nossas próprias demandas pra gente implementar. Por exemplo, criar um processo de troca de experiências massiva entre os empreendimentos como uma coisa nossa e não uma coisa que vem da política pública. Mas enfim o que eu quis dizer: que a gente sempre foi pautado de fora. A grande maioria das vezes, não quer dizer que foi tudo: CFES vai ter que ser implementando agora e aí vai o coletivo; as feiras tem que serem feitas, então tinha que fazer as feiras; chegou dinheiro para fazer o processo de conferência, a quarta plenária tá vindo, ou seja, a gente sempre foi um pouco dependente das pautas de fora e não é só o nosso fórum não. A leitura que faço disso não é boa não. Agora nos tempos que ver os porquês também. Porque não temos autonomia pra criar nossas próprias pautas: aí a gente vai entrar na fragilidade das organizações, incluindo as de apoio e empreendimentos. Parece que a institucionalidade que a gente vive interna ela te toma todas as tuas preocupações e a grande maioria do teu tempo tu te volta para aquilo ali, pouco te sobra quando tu vai pras ações externas (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017).

Ao analisar essa situação, Carlos ressalta os entraves à organização da economia solidária como movimento social e os obstáculos para dar continuidade às suas práticas, sendo um dos grandes empecilhos, em sua opinião, a própria condição de sobrevivência dos empreendimentos e das organizações de apoio.

> [...]A gente sabe as fragilidades. Isso quer dizer o que também [...] os espaços institucionais de socialização ficam perdidos um pouco por conta dessa dinâmica vamos dizer assim atroz que tá aí é pra quem trabalha com recursos público, mais complicado ainda. Dedica uma parte do seu tempo para a gestão da sobrevivência da sua organização (Carlos Pereira. Entrevista realizada em 1/06/2017)..

O depoimento de Carlos reforça as dificuldades de concorrer na arena estatal e que o simulacro da "participação" na execução das políticas públicas está diretamente relacionado à aceitação tácita das obrigações impostas, contribuindo com os atos estatais de categorização (BOURDIEU, 1996). Outra questão, a partir da visão de Carlos, se refere à situação dos EES que o Mapeamento 2010-2013 visibiliza, como demonstra o gráfico 4.

Benefícios, garantias e direitos para sócios (as)	EES	%
Descanso remunerado (incluindo férias)	6	2%
Licença-maternidade	24	9%
Creche ou auxílio-creche	2	1%
Qualificação social e profissional	25	9%
Equipamentos de segurança	11	4%
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	3	1%
Previdência Social	31	11%
Plano de saúde e/ou odontológico	0	0%
Auxílio-educação	1	0%
Auxílio-transporte	1	0%
Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes	2	1%
Nenhum destes	224	80%

Gráfico 4: Benefícios, garantias e direitos para os sócios nos empreendimentos
Fonte: Relatório do Mapeamento EES/UFMA/SIES/MTE, 2010-2013

Ao analisarmos a realidade dos empreendimentos e dos e das trabalhadores/as da economia solidária a partir dos dados acima e quanto às condições de garantias trabalhistas, podemos afirmar que a situação das/os trabalhadoras/es da economia solidária é de uma total insegurança. Esse fato indica que vivem numa "lógica da sobrevivência", o que tem dificultado as ações de autonomia, aprofundando a situação de dependência do apoio estatal e às empresas do capital.

Nas condições debatidas até aqui e com perspectivas mais diversas na sua conformação, o FEESMA tem sido o espaço de articulação das experiências de trabalho produtivo. Para essa articulação era importante que a economia solidária se legitimasse com um segmento com força de atrair militantes e apoiadores. Para garantir isso, o FEESMA importou símbolos e categorias específicas que tinham o objetivo tanto de criar uma identidade comum, agregar e legitimar uma causa e uma luta específica capaz de provocar adesões e de acionar formas de solidariedade e de identidade. Logo abaixo, exemplificamos esse argumento.

Ilustração 3: Bandeira exposta durante a VI Plenária de Economia Solidária do Maranhão. Realizada nos dias 29 e 30/09/2017, em São Luís, MA.

A foto acima mostra alguns símbolos acionados pelo FEESMA para mobilizar, agregar e formar sua base de militância. Os depoimentos de Rubenice comprovam que as ideias da autogestão e da sustentabilidade se tornaram classificações-chaves para a economia solidária. A logomarca representada por digitais em forma de uma flor e de uma circularidade muito comum nas imagens da economia solidária e em diferentes representações da mesma em desenhos e nas diferentes dinâmicas, indicam um apelo à adesão de grupos que buscam relações mais horizontais, contrapondo-se, pelo menos simbolicamente, à organização social verticalizada, cuja lógica da organização empresarial exemplifica.

A promoção dessas noções correntes na economia solidária encerram significados e jogos de interesses, como discutido nos capítulos I e III. Essas ideias incorporadas no fazer da economia solidária indicam também um trabalho pedagógico de inculcação que se dá nas próprias práticas, transmitidas entre os agentes.

Há muitos significados encobertos na frase "autogestão para o bem viver e para um desenvolvimento justo e sustentável" que têm sido comuns nas bandeiras, falas e nas propostas da economia solidária e de outros segmentos populares. Os termos "autogestão", "sustentabilidade" e "desenvolvimento justo e sustentável" passaram a ser palavras com o poder de identificar a economia solidária. Portanto, todas as construções linguísticas construídas como "bandeiras de lutas" enaltecem essas noções que se tornam valores para a economia solidária no Maranhão.

É relevante assinalar que essas categorias – "autogestão", "desenvolvimento justo e solidário", "sustentabilidade", foram continuadamente reafirmados pelo Estado através de seus normativos. Na análise de alguns poucos materiais que guardam o histórico de ações do FEESMA, encontramos alguns que nos ajudaram a interpretar a importância dada a essas categorias de "luta" como imperativos para organização da economia solidária.

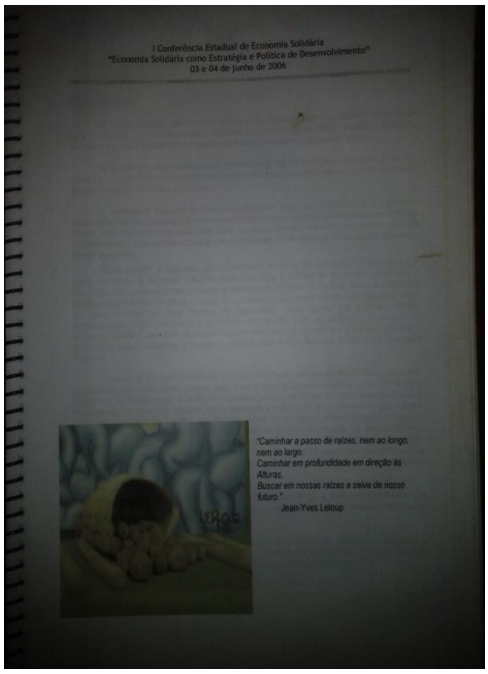

Ilustração 4: Subsídio da I Conferência Estadual de Economia Solidária
Fonte: Arquivo do FEESMA

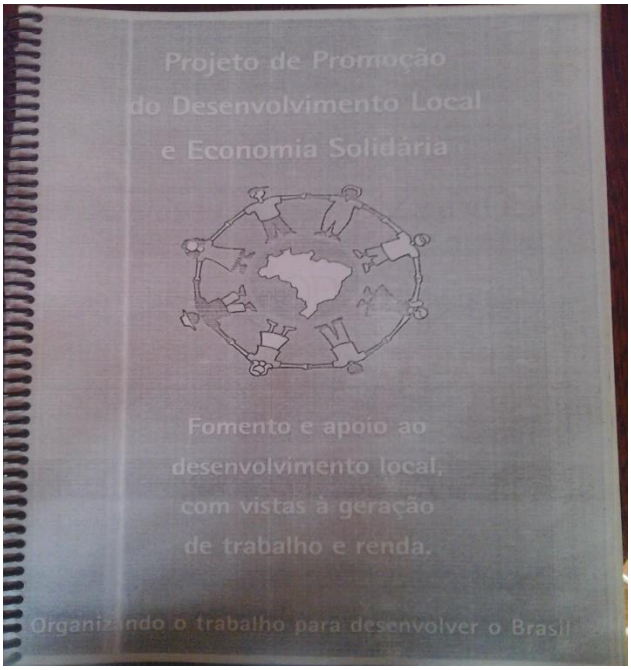

Ilustração 5: Subsídio do Programa PPDLES da SENAES
Fonte: Arquivo do FEESMA

O primeiro evento se refere à Conferência Estadual de Economia Solidária realizada no ano de 2006, com o tema: "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento". O segundo, um subsídio que orientou a ação de "agentes de desenvolvimento solidário[45]" que atuavam nos projetos da SENAES no Maranhão. Nos dois eventos estão presentes as categorias que são "bandeiras de luta" do movimento.

Nesses instrumentos a economia solidária é expressa como "um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo" e o "desenvolvimento sustentável solidário" (outro termo), significa o "desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção".

A ideia do "desenvolvimento justo e solidário" sendo reformulação do desenvolvimento, como argumentamos no capítulo I, virou o slogan nas políticas públicas direcionadas para a economia solidária, por ser tão evidente e naturalizado, raramente é

[45] O Agente de Desenvolvimento Solidário é aquele/a que atua nas comunidades e territórios no apoio aos empreendimentos econômicos solidários, mobilizando e apoiando a construção de estratégias de desenvolvimento local permeadas pela economia solidária. Portanto, a atribuição do/a Agente de Desenvolvimento Solidário é, de forma geral, a promoção da economia solidária junto às comunidades e/ou áreas de sua atuação. O Agente é um articulador, mobilizador e animador para o desenvolvimento da economia solidária. Acessível em http://www.trabalho.al.gov.br/editais/economia-solidaria-edital 02/ANEXO%20I%20SENAES_002_2011.pdf

contestado. A economia solidária se apropria desses discursos de forma irrefletida e amplifica as situações de inculcação dessas temáticas nas suas práticas cotidianas. Desse modo, a ação evidencia apreensão prática e simbólica dos códigos institucionais de funcionamento do Estado que passam a ser naturalizados e valorizados. Nota-se uma tendência em pensar o Estado com o pensamento de Estado que, conforme Bourdieu (2014, p. 175) é

> [...] a ilusão inerente à percepção propriamente sincrônica, isto é, com a adesão dóxica resultante do fato de que o Estado e todas as criações – a língua, o direito, a ortografia, etc. – são inscritos ao mesmo tempo na realidade e nos cérebros; assim como todos os efeitos que podemos chamar de psicológicos e que eu chamo, de preferência, simbólicos [...].

Essa situação é mais visível pela interpenetração entre economia solidária e aparato estatal com a presença de militantes do movimento nas instituições do Estado que fomentam a economia solidária e de representantes estatais na estrutura organizativa do movimento. Juntam-se a isso, como comprova o trabalho empírico, os agentes com "trânsito" entre essas esferas num trabalho pedagógico de inculcação de disposições para aceitar as regras do jogo e um sistema de classificações que dão consistência às práticas concretas (BOURDIEU, 2014).

4.2 O FEESMA COMO SUJEITO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA: os conhecimentos nas dinâmicas da "luta"

O objetivo desta seção é refletir como acontecem os processos de produção de conhecimentos na economia solidária a partir da atuação do FEESMA como sujeito coletivo de uma prática. Nesse contexto, poderíamos nos perguntar: Por que fazer tantos recortes históricos para reconstruir a história da economia solidária e só no último ponto refletir sobre as perspectivas pedagógicas que esse fazer encerra? Porque para nós a própria construção histórica do FEESMA como sujeito coletivo de uma prática é um ato politico pedagógico que pode ser visualizado no cotidiano de suas práticas.

Usamos, assim, para ilustrar esses pressupostos, as observações de campo realizadas em diferentes circunstâncias: três feiras de economia solidária e uma plenária do segmento. As observações das feiras aconteceram nos meses de março, abril e maio de 2017 e a plenária ocorreu no mês de outubro de 2016. A escolha desses espaços se justifica por ser a plenária local máximo de deliberação e de construção dos discursos em torno dos sentidos da economia

solidária. As feiras são consideradas, pelo FEESMA, como um dos locais onde se materializam as aprendizagens da economia solidária.

A plenária de economia solidária

A Plenária de economia solidária é um evento que reúne os segmentos do movimento para deliberar qualquer assunto de interesse para o setor. A plenária que foi objeto de nossa observação aconteceu de 18 a 20 de outubro de 2016 em São Luís–MA. Teve como tema "Bem viver de forma sustentável e solidária" cujos objetivos visavam discutir a política pública de economia solidária, as estratégias de articulação e de comercialização e eleger a nova coordenação.

Os debates na plenária tiveram como foco maior as estratégias de sustentabilidade da economia solidária e da interlocução com o governo num momento em que militantes do movimento assumiam a pasta da política pública de economia solidária no Estado. As preocupações mais tangentes dos presentes no evento centraram-se na pauta da política pública, ou seja, estabelecer pontes com a nova gestão da pasta na Secretária de Estado de Trabalho e Economia Solidária que possibilitaria uma "efetividade" de ações para o segmento. Na pauta da sustentabilidade, a continuidade das feiras de economia solidária e outras estratégias de comercialização.

Uma dinâmica abordada durante a plenária foi a retrospectiva da história do FEESMA. De acordo com o que apuramos é algo recorrente nas plenárias do Fórum e funciona como um elemento de reafirmação de uma identidade de aspectos distintivos.

Um aspecto relevante observado foi o fato de a plenária ser organizada a partir da participação de cada um e cada uma. O primeiro momento se referiu à organização de grupos de trabalho que assumiram tarefas durante toda a plenária: coordenação, memória/registro e sistematização, cuidados, cultura e animação, mística e avaliação. Todos os presentes envolveram-se na construção da plenária, o que significa trabalhar com a percepção dos/as agentes de economia solidária, algo que caracteriza a autogestão, dado discutido na própria formação destes grupos.

É importante registrar a presença majoritária das mulheres em todo esse processo e com voz de comando durante toda a plenária, indicando ser o FEESMA um espaço com uma forte atuação feminina.

Tanto o tema da plenária "Bem viver de forma sustentável e solidária", quanto as demandas discutidas durante a plenária do FEESMA reproduziram os discursos que a economia

solidária importou e incorporou ao longo dos anos. A Plenária é, portanto, um lugar de reafirmar os discursos que o FEESMA adota como orientações de suas práticas, promovendo definições que estruturam o seu campo de atuação. Percebemos que essas definições já são incorporadas pelos agentes, mas não identificamos nenhuma problematização do que se quer quando se adota como lema o "bem viver" e "desenvolvimento sustentável", dois temas que, de acordo com Acosta (2011), se repelem semântica e politicamente. Essas categorias mobilizadas durante toda a plenária são naturalizadas por serem categorias práticas, do fazer cotidiano.

As feiras de economia solidária

Quanto às feiras, estas são nomeadas de Circuito de Feiras Agroecológicas e da Economia Solidária de São Luís. Destacamos que ocorrem mensalmente, na Praça Deodoro, no centro da cidade de São Luís, reunindo em média 15 grupos das seguintes regiões: metropolitana e do Baixo Munim. Sua constituição foi uma iniciativa da Associação Agroecológica Tijupá e, posteriormente, assumida pelo FEESMA.

A estrutura da feira é composta por barracas padronizadas que são organizadas em forma de um grande retângulo, sendo que na parte central ficam os empreendimentos que irão comercializar e as estruturas de apoio como balanças, água e cadeiras. O formato das barracas possibilitam duas coisas: na parte interna a comunicação e o trânsito dos feirantes e na parte externa a visualização dos produtos pelos consumidores.

Ilustração 6: Estrutura da parte externa da feira
Fonte: Arquivo próprio

Ilustração 7: Estrutura da parte interna da feita
Fonte: arquivo próprio

Os produtos vendidos são aqueles produzidos diretamente pelos empreendimentos de economia solidária que não estão restritos àqueles presentes na feira, visto que um feirante comercializa os produtos de vários grupos de seu município. São comuns os seguintes produtos

na feira: verduras agroecológicas, azeite, mel, farinha de mandioca, ovos, frutas, polpas de fruta, produtos de panificação, artesanato, vestuários, e outros.

Chamou-nos a atenção, nas três feiras que tivemos a oportunidade de observar, a mobilização e o aspecto integrador na estruturação física da feira. As barracas são montadas coletivamente, bem como a divisão e a organização do espaço interno. Da mesma forma, ao final da feira, são desmontadas todas as barracas, guardados e recolhidos todos os detritos decorrentes da comercialização. Isso se repete em todas as feiras e envolve todos os feirantes num processo já incorporado dito de autogestão, pois é o fazer coletivo que, para esse setor, identifica um dos elementos da autogestão.

É relevante ressaltar a presença, ao longo de toda a estrutura física da feira, dos símbolos que identificam aquela feira como de economia solidária e a distingue, num espaço voltado para diferentes formas de comercialização, das demais inciativas presentes na mesma Praça Deodoro. Observamos que além da bandeira do FEESMA, a feira dá visibilidade a um conjunto de temáticas que o movimento considera "bandeiras de lutas", a exemplo da campanha: "Diga Não aos Agrotóxicos" e de faixas e banners que ressaltam as ideias da sustentabilidade, do bem viver e da autogestão, indicando o caráter prático dessas categorias para o movimento, como já ressaltamos.

Ilustração 8: Banner da campanha contra agrotóxicos
Fonte: arquivo do FEESMA

Ilustração 9: Bandeira do FEESMA
Fonte: arquivo do FEESMA

Outro aspecto forte são as relações que se estabelecem na feira tanto entre os feirantes, desde aquele momento inicial de chegada como a montagem das barracas, e, durante a feira no

apoio mútuo que se dá de diferentes formas entre os feirantes com consumidores/as. Foi possível visualizar vários momentos que consumidores desejaram conhecer os processos da produção de determinado produto, no que eram atendidos pelos produtores/feirantes que explicavam com muita propriedade e orgulho as técnicas que envolviam aquela produção específica. Neste caso, a aquisição de um produto extrapolava o ato da compra.

Ilustração 10: Relação direta produtores e consumidores

Há o cuidado com a divulgação antecipada da feira, mesmo sendo a sua realização em dias fixos da semana – toda primeira quarta-feira de cada mês. Essa divulgação é feita em diferentes redes sociais e num grupo específico de *Whatsapp* criado com consumidores/as que desejavam ser lembrados da próxima feira. O modelo de chamada de consumidores é o mesmo em cada feira. Além da divulgação antecipada, durante a feira há um serviço de som contratado que anima com música e realiza chamadas constantes divulgando o evento.

Ilustração 11: Banner de divulgação da feira

O registro fotográfico acima também comprova a presença majoritariamente feminina, bem como observamos que são as que mais se dedicam a dar visibilidade às temáticas que o

FEESMA defende, posto que as barracas que estas ocupam são aqueles que se percebe maior visibilidade dessas categorias apropriadas. Possivelmente o fato de serem também estas mulheres que têm maior presença e voz de comando nas plenárias do FEESMA, uma vez que elas que incorporaram melhor esses valores.

Considerando o que já argumentamos até aqui, resta-nos questionar: Mas o que esses ambientes de práticas do FEESMA nos dizem política e pedagogicamente?

4.3 Notas sobre o "Proclamado" e o Vivido nas Práticas do FEESMA

Na tentativa de buscar uma explicação mais crítica sobre tal questão, observamos que há muito de pedagógico a considerar nos processos de produção da economia solidária como movimento social e do FEESMA como espaço de interlocuções e de antagonismos que esta pesquisa identifica. Podemos iniciar colocando em suspenso as próprias intencionalidades político-pedagógicas declaradas pelo segmento, de que suas ações se referem à construção de estratégias para superar o capitalismo. Nossas observações de algumas de suas práticas, os símbolos que estes consagram, os discursos de seus principais porta-vozes e as ações que o FEESMA empreende, dizem respeito à própria lógica reformista que perpassa, no momento atual, o movimento de economia solidária.

As práticas dos EES e do FEESMA possuem o mérito de demonstrar as possibilidades de outras formas de gestão do trabalho. A proposta da autogestão no trabalho coletivo indica as condições de trabalhadores e trabalhadoras assumirem, de forma associada, a condução do trabalho produtivo. No entanto, sob o domínio do capital é necessário, para constituir alternativa de uma nova ordem de estrutura social, a clareza dos limites da própria experiência e o exercício da crítica coletiva à ordem imposta.

> Reinventar o poder ou alterar padrões de consumo e organização social, como preconiza a economia solidária, não é um processo dado a priori, mas uma possibilidade de construção coletiva de novas formas de gestão do trabalho e da própria vida. Nesses processos, cabe à educação criar condições para o exercício coletivo da crítica aos padrões hegemônicos e hierarquizados sob os quais se organiza a sociedade (GADOTTI, 2009, p.).

As práticas analisadas neste estudo, os dados que as entrevistas forneceram, demonstram a ausência de uma preocupação com a questão da centralidade das intencionalidades políticas pedagógicas da economia solidária e, consequentemente, com a transformação dos espaços de debate e de práticas dos EES em *locus* de processos educativos permanentes para a contestação, como afirma Gadotti (2009) dos padrões hegemônicos. Numa situação de "luta" pela sobrevivência, as práticas de economia solidária se inserem, sem a crítica

necessária, no sistema mercantil dominante, logo, as ideias em torno do trabalho com princípio educativo não se concretizam na prática. Para Tiriba (2007, p. 88),

> [...] um de nossos desafios é descobrir como articular estes dois campos de conhecimento e de ação, por meio de um processo práxico que redimensione a racionalidade dos processos educativos em consonância com a racionalidade dos processos de trabalho e das relações econômico-sociais que os trabalhadores pretendem construir.

Nesse sentido, nas ações do FEESMA, como sujeito de uma prática coletiva rica em sentidos para aqueles e aquelas que delas participam, não conseguimos identificar o movimento teórico-prático que conduz como afirma Paulo Freire (1987), a uma *práxis* que desvela as contradições da realidade, possibilitando a organização politica pedagógica em torno de concepção de mundo para intervir nessa mesma realidade. São nestes processos que se forjam, numa perspectiva freiriana, novos sujeitos de uma nova prática e são estes, "forjados na luta" para Freire (1987), os agentes de transformação social.

As práticas que a economia solidária articula têm, em si, um valor que é relevante no que se refere à intervenção social, mas está restrita aos próprios grupos, nas relações internas que alguns estabelecem na produção das condições objetivas de sobrevivência, na visibilidade das mulheres nestes espaços, nas resistências que os grupos constroem quando participam de diferentes contestações nas suas regiões: pela reforma agrária, em defesa da agricultura familiar, em defesa da diversidade, pela agroecologia, entre outros. Aliás, algo interessante é a participação dos empreendimentos em diferentes espaços de contenda mais diversas, como demonstra o gráfico abaixo.

Tipo de movimento ou luta social	EES	%
Movimento de luta pela terra ou agricultura familiar	277	37%
Movimento sindical urbano ou rural	634	85%
Movimento popular ou comunitário	163	22%
Movimento de luta por moradia	204	27%
Movimento étnico/ racial	69	9%
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	8	1%
Movimento ambientalista/ agroecologia	145	20%
Movimento de mulheres ou de gênero	94	13%
Movimento religioso ou pastoral	129	17%
Movimento de desempregados	9	1%
Movimento dos catadores	3	0%
Luta antimanicomial	0	0%
Movimento LGBTT	2	0%
Movimento cultural	51	7%
Movimento de defesa dos Direitos Humanos	59	8%
Movimento de jovens/ juventude	43	6%
Movimento de combate à fome	66	9%
Outro movimento	25	3%

Gráfico 5: Tipo de movimento ou luta sindical
Fonte: Relatório do Mapeamento EES/UFMA/SIES/MTE, 2010-2013

Este envolvimento político dos empreendimentos em diversas "causas" reforça a situação relacional entre economia solidária e movimentos sociais. Nessa perspectiva, é interessante evocar o relato de Manuel da Conceição para quem os processos pedagógicos de educação devem se voltar para formar sujeitos que para "pensar num mundo diferente, ele tem também que começar a ser diferente nos seus procedimentos, nos seus contatos, nas suas relações, nas suas conversas, nos seus pensamentos, no tratamento das questões e conflitos..." (MANUEL DA CONCEIÇÃO apud ARAÚJO, 1998, p. 128).

No entanto, todas essas "lutas de resistência e resiliência" parecem ser obscurecidas nas práticas específicas do FEESMA e da economia solidária, cuja emergência, pela nossa pesquisa, está entrelaçada aos movimentos de transformação social, de autonomia. As reflexões, como comprovadas através das observações das práticas do FEESMA, e entrevistas, têm permanecido circunscritas às possibilidades que podem ser criadas a partir do Estado. No entanto, sendo o Estado, estruturalmente organizado para garantir a reprodução do capitalismo (Marx, 2010), não é possível fazer um contraponto ao capital sem negar todo o aparato ideológico sustentado pelo Estado que configura e institucionaliza as assimetrias necessárias para a manutenção da ordem.

Portanto, há um paradoxo na economia solidária: por um lado, seus principais porta-vozes a representam como sujeito coletivo de transformação social, por outro, aquela dimensão

de luta política que Gaiger (2009a) ressalta como diferencial nas experiências de economia solidária na América Latina parece perder espaços para os debates e as ações voltadas para a "sustentabilidade" dos grupos, pensada e efetivadas através dos processos de comercialização. Estes são importantes naquela "luta desigual" para garantir a sobrevivência dos membros dos EES, mas, não incorporam, como alerta Tiriba (2007), a reflexão necessária para que estes processos de trabalho sejam também educativos.

> *Quem será beneficiado com o produto? Quais são as necessidades reais da comunidade local? Em que medida é possível atender às necessidades da comunidade? De que maneira?* A definição de "para quem vamos vender" e se "vale a pena produzir", além de ter como referência o que os trabalhadores entendem por necessidades humanas, pressupõe a compreensão dos conceitos de valor de uso e valor de troca, até porque, no capitalismo, o segundo se sobrepõe ao primeiro, provocando a produção de riqueza e a degradação do planeta (2007, p. 91, grifos da autora).

São estes questionamentos, que possibilitam que a prática seja o ponto de partida de um processo pedagógico de reflexão das condições objetivas e subjetivas de vida. Sem esta crítica, as ações podem não incidir na "luta" mais ampla por transformação social, mas por mudanças nas relações mercantis, priorizando a circulação e a distribuição de produtos.

> O mercado, nessa concepção, se tornaria subordinado à sociedade, como nas culturas pré-industriais, permitindo que a sociedade construísse sua economia de acordo com seus valores e cultura e regulado por instituições do Estado. No entanto, é na produção e não na circulação que o capitalismo revela sua essência e estabelece a desigualdade. O mercado pode adquirir variadas formas, garantidas pela regulação estatal, sem que o modo de produção capitalista deixe de existir. Faz parte da lógica expansionista do capital submeter outras formas de sociabilidade à sua reprodução ampliada, deste modo, a existência de formas de sociabilidades que remontam aspectos pré-capitalistas engendra contradições próprias do capital (PAGOTTO, 2010, p.171).

Tanto estes espaços – a plenária e as feiras, aglutinadores de experiências da economia solidária, quanto os relatos da/os entrevistada/os não evidenciam a perspectiva política da economia solidária na direção de construir contrapontos ao capital. As práticas de comercialização, a exemplo das feiras, indicam que, no plano da circulação das mercadorias, a lógica é a inserção mercantil nas condições do capital para garantir as condições financeiras de sobrevivências dos empreendimentos de economia solidária. As ideias do comércio justo e solidário ficam restritas aos esquemas discursivos para atrair consumidores (preço justo, solidariedade...).

As plenárias retratam a ausência de um projeto político do FEESMA que poderia orientar suas práticas. As discussões ficam circunscritas ao alcance das políticas públicas, como forma de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários. Os espaços que problematizam as temáticas difundidas pela Economia Solidária são limitados em termos de autonomia. Exemplifica essa questão a ausência dos debates que envolvem a elaboração crítica de

concepções de mundo, passando a impressão de que é aceita aquela visão imposta mecanicamente, incorporando-se símbolos mais diversos, sem a necessária reflexão sobre seus condicionantes.

Os princípios que o FEESMA afirma que identificam a economia solidária - a solidariedade, a autogestão, a cooperação, o trabalho como princípio educativo e a propriedade coletiva dos meios de produção, encontram fortes contradições nas suas práticas internas e não conseguem se refletir num projeto de articulação com outros segmentos populares. Destacamos que a relevância desses princípios está circunscrita ao nível interno das práticas dos empreendimentos solidários e entre estes em momentos como plenárias e feiras. Mas não extrapolam os limites das próprias práticas internas da economia solidária.

Para Tiriba (2007) a superação desses antagonismos, requer que as práticas da economia solidária sejam espaços de práticas de educação popular que possibilite a organização política em vista da emancipação, estabelecendo, assim, uma profunda e indissociável relação entre educação e trabalho, entre pensamento e ação.

> A solidariedade somente pode se tornar um valor real na medida em que ela se incorpore na própria organização do trabalho. Assim, o objetivo da educação popular não é que os trabalhadores associados apenas assimilem, de forma abstrata, os pressupostos filosóficos e políticos de uma nova cultura do trabalho ou de uma economia que se pretenda solidária. Não basta idealizar uma nova cultura do trabalho ou uma cultura popular baseada no trabalho participativo e solidário. Mais do que nunca, é preciso aprender a construí-la, materializá-la no dia-a-dia da produção (TIRIBA, 2007, p.94).

Há, portanto, contradições marcantes nas práticas da economia solidária que devem ser reconhecidas e aprofundadas. O reconhecimento pode ser uma das vertentes por onde se possa elaborar um movimento por uma nova *práxis* que não se limite a reivindicar benefícios pontuais e maior eficiência do sistema. Para isso, o necessário e dolorido esforço de buscar construir um pensamento que não seja subordinado aos imperativos globais do capital e do mercado, mesmo entendendo que nada está garantindo e que o salto qualitativo necessário vai depender de um conjunto de fatores, notadamente, das relações de forças na arena onde atua a economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões do tema economia solidária suscitadas nesta dissertação, buscaram compreender as intencionalidades político-pedagógicas das práticas do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão, como representante da "causa" da economia solidária no estado.

Desse modo, a caracterização mais ampla permitiu identificarmos o contexto de emergência da economia solidária a partir de processos de resistência de movimentos populares, da educação popular e de uma situação de desemprego estrutural em toda a América Latina, num período histórico de avanço do desenvolvimento capitalista e do projeto imperialista norte-americano. No Brasil, a implementação das políticas neoliberais, nos anos 1990, gerou uma crise de emprego sem precedentes anteriores. Nessa conjuntura desenvolveram-se inúmeras manifestações, mobilizações e um conjunto de alternativas de trabalho coletivo que foram articulados a partir de um trabalho de diferentes agentes ligados a sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organismo da Igreja Católica, universidades, partidos políticos, agentes do Estado, ONGs, diferentes intelectuais que atuaram como promotores da economia solidária elevando-a a uma condição de "problema social".

A definição do "problema" e a busca das "soluções", no contexto dos anos 2000 e num cenário político dito "favorável", oportunizaram que militantes e intelectuais com "trânsito" em diferentes domínios dessem um impulso político definitivo para a criação de instâncias de governo com a função da formulação de políticas específicas para o segmento. Por meio dessa conjuntura mais geral e das interconexões entre economia solidária e estruturas estatais foi possível compreender a constituição e afirmação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Fbes e suas relações com o Estado.

Identificamos que no contexto maranhense o debate sobre a economia solidária estava diretamente relacionado com as "lutas" de resistências de diferentes povos e comunidades contra o avanço do desenvolvimento capitalista, cujo Programa Grande Carajás é o símbolo mais emblemático. O debate e as práticas da economia solidária multiplicaram-se a partir dessas experiências campesinas e do trabalho de diferentes organizações que nos anos 1970 promoveram ações de educação e projetos alternativos em diferentes regiões do estado.

Esse conjunto de agentes com elos diferenciados articularam-se politicamente no Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão - FEESMA, que passou a ser o agente coletivo representativo do segmento. Verificamos que a institucionalização do FEESMA seguiu

a dinâmica nacional de uma estreita relação entre agentes da economia solidária e agentes estatais.

Demonstramos, com a pesquisa empírica, como essas interconexões e esses elos contribuem para um trabalho de inculcação e renovação dos discursos do desenvolvimento capitalista e dos mecanismos de seleção e de manutenção da ordem do Estado. O processo contínuo de atualização dessas noções através de símbolos e discursos é ativado nos espaços e nas práticas do FEESMA que, de tão naturalizados, não são debatidos como deveriam.

Nesse sentido, há uma dupla face na economia solidária cujas práticas apontam: por um lado há valores, especialmente circunscritos aos grupos de economia solidária, que a lógica do capital não suprime: o trabalho coletivo, a solidariedade e a ajuda mútua, as relações de confiança. Esses valores são aprendidos nas práticas dos empreendimentos enquanto tentam criar as condições objetivas de sobrevivência de forma coletiva. Por outro lado, há uma atuação funcional ao capital: nos discursos que reproduzem a lógica dominante, na articulação de estratégias de comercialização nos parâmetros do mercado, na busca de construir "autonomia" a partir do aparato estatal. De um lado, sendo funcional ao capital, fetichiza as relações econômicas, por outro, pela história de sua emergência, pode ser repensada como recurso na organização da autonomia econômica dos movimentos sociais.

Consideramos, no entanto, que todas essas questões argumentadas ao longo desta dissertação, não são conclusivas, uma vez que na economia solidária tudo está em curso. E, desse modo, os processos de elaborações de suas intencionalidades político-pedagógicas vão depender, como já ressaltamos, da correlação de forças internas e externas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2011

ANTUNES, Ricardo**.** Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: **La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 35-48

_____. A era da informatização e a época de informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, Mediação e Campesinato:** as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010

ARCANGELI. Alberto. **O Mito da Terra** (Uma análise da colonização Pré-Amazônia maranhense)**.** São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA. 1987

ARRUDA, Marcos. BOFF, **Leonardo. Globalização e desafios socioeconômicos, éticos e educativos:** uma visão a partir do sul. Peropólis, RJ: Vozes, 2003

BACHELARD, Gaston. **A noção de obstáculo epistemológico**. In. A Formação do Espírito Científico. Rio de Janeiro: Contratempo, 1996.

BARRETO, Pedro Henrique. **Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos**. Revista Ipea. 2009, Ano 6 . Edição 48. Acessível em < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39>

BETTO, Frei. **O que é Comunidades Eclesiais de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1985

BEZERRA, Ainda; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **A questão política da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (pp. 174-207).

_____. **O Campo Político**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, nº 5, 2011.

_____. **A Delegação e o Fetichismo Político**. In: BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Violência Simbólica e Lutas Políticas**. In. BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude **O ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira Rio de Janeiro, Petropólis: Vozes, 1999.

_____. **Os Ritos de Instituição**. In: BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Linguísticas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. Introdução à uma Sociologia Reflexiva. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Em campo aberto**: escritos sobre educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, SENAES. **Mapeamento da Economia Solidária do Maranhão – 2010/2013.** Coord. Aurora Amélia B. de Miranda. São Luís: Gráfica e Editora Liceu, 2014.

BUCLET, Benjamim. **Os Peritos Não Governamentais da Biodiversidade Amazônica e seus Financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns**. Revista Pós-Ciências Sociais, vol. 6, nº 12, 2009.

BURAWOY, Michael. **Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 219-230, out. 2009

CARCANHOLO, Marcelo dias. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In. MALAGUTI, Manuel L. et. Al (Orgs.). **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 2002

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; et al. Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2010.** Goiânia: CPT, 2010.

CÁRITAS. **20 anos de economia popular e solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva (Orgs.). Brasília, maio de 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **O ciclo militar na América do Sul**. 2014. Acessível em <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/24/o-ciclo-militar-na-america-do-sul/> Acessado em 14/12/2016 às 21:00hs.

_____. **O poder e a glória:** crescimento e crise no capitalismo do pós-guerra. São Paulo: Pradense, 2010

CORAGGIO, Jose Luis. **Desenvolvimento humano e educação**: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos. São Paulo: Cortez, 2000

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: Kraychete, Gabriel e outros (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja**: a atuação da CPT no Maranhão (1976-1981). Monografia de Licenciatura em História – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.

_____. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo":** a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. Acessível em http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf

CPT. O Maranhão na Rota de Coalisão: experiências camponesas versus políticas governamentais. Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.). São Luis: CPT, 1998.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. **La disputa por la construcción democrática en América Latina.** Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS). México, 2006

DUBEUX, Ana. Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e solidário. In: FBES. **Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**, 2013

DUSSEL, Enrique D. **Caminhos de libertação latino-americana.** Volume I: Interpretação histórico-teológica. Trad. José Carlos Barcellos, Hugo Toschi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 59-83. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003, p. 181-211

FBES. Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Acessível em http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais**. RAP - Revista de Administração Pública. FGV, 37(1): 11-31, jan. /fev., 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Vol. 1.

_____.GUTIÉRREZ, Francisco (org.). **Educação comunitária e economia popular**. 4ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1993

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento de Economia Solidária. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, Jean-Louis e outros. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil, 2009b, pp. 181-187

_____. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Edição Temática: Os desafios da economia solidária n º 84, 2009a, p.81-99

_____. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes.** Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 jan./jun. 2008, p. 11-19

_____. **A outra racionalidade da economia solidária**. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais 79, 2007 Número não temático

_____. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários.** *Soc. estado.* [online]. 2006, vol.21, n.2, pp.513-545.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. et al. **A Economia Solidária no RS:** viabilidade e perspectivas. Movimentos sociais e cultura. Ano 10, n.15, Unisinos, 1999

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010

GODBOUT, Jacques. Homo Donator versus Homo Oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

HARVEY, David. A **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2002

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia. In: Kraychete, Gabriel e outros (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

KREIN, José Dari. PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Escritório da OIT no Brasil. - Brasilia: OIT, 2010, 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4)

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: CATTANI, A.D; LAVILLE, Jean-Louis e outros. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil, 2009, pp. 310-314

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004

LENOIR, Remir. Objeto Sociológico e Problema Social. In. CHAMPAGNE, Patrick et al. Iniciação à Prática Sociológica. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, autores associados, 1995.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como proposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135-158

_____. **Constelação Solidarius** - As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica. IFiL; Editora Berthier, 1a. Ed., 2008;

MANCE. Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária.** Curitiba: IFiL, Editora Gráfica Popular, 2004

_____. **Redes de Colaboração Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p.219-225.

_____. (org). **Como organizar redes solidárias.** Rio de Janeiro: DP & A, FASE, 2003

_____. **Redes de Colaboração Solidária:** aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A Revolução das redes.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Trad. E Org. Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2010

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Nelfy, 2003

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST**. A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo, Expressão Popular, 2001.

NETTO, J.P. Repensando o Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 29-34

NOVAES, Henrique Tahan. **Notas sobre Fábricas Recuperadas na Argentina e no Uruguai**. Revista Idelcoop, Número 165 / Ano 2005. Acessível em < http://www.idelcoop.org.ar/revista/165/notas-fabricas-recuperadas-argentina-y-uruguay

OIT. **A OIT e a economia informal**. Escritório da OIT em Brasília, 2006. Acessível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf

PAGOTTO, Claudete. **Produção associada na era da precarização estrutura**l: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho. São Paulo: Campinas, 2010

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adulto**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973

PALUDO, Conceição. Educação Popular – Dialogando com redes latino-americanas: (2000-2003). IN: PONTUAL, Pedro. IRELAND, Timothy. **Educação popular na América Latina:** diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2015, pp. 41-62

POCHMANN, Márcio**. O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Editora Contexto, 2002

POCHMANN, Márcio**. Economia Solidária no Brasil:** limites e possibilidades. In: IPEA, Nota técnica. Nº 24, agosto/2004

PORTELA, Camila da Silva. **Entre a cruz e o fuzil:** análise das ações do clero católico no período da ditadura civil-militar no Maranhão. / Camila da Silva Portela. – 2015.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense (1945), 1990.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (org.). **Educação comunitária e economia popular**. 4ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1993

_____. **ECONOMIA POPULAR DE SOLIDARIDAD:** Identidad y proyecto en una visión integradora. Area Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile, Programa de Economía del Trabajo (PET), Santiago, 1986.

_____. Taller "economia de solidaridad y mercado democratico", 1985. Acessível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/20839/D-11777.01_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y

_____. Empresas de Trabajadores y economia de mercado. Ediciones PET, Santiago, 1984.

_____. **Las Organizaciones Económicas Populares.** Ediciones PET, Santiago, 1983

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 17ª ed rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001

SADER, Emir. Brasil: uma historia de pactos entre elites. In BORON, Atlio (comp.), ***Tiempos violentos***. Buenos Aires: Clacso, 1999

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 300-316

SILVA, Marcelo Kunrath. Construção da **"Participação Popular": análise comparativa de processos de participação social na discursão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGS/UFRGS, 2001.

SINGER, Paul. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). **Economia Solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p. 9-16.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como proposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 11-28.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como proposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 123-133.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Economia Solidária contra o desemprego, 1996. Acessível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opiniao/9.html

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TIRIBA, Lia. **Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção associada.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007 85. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br